

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Administração
Doutorado em Administração

CLÉVERSON VASCONCELOS DA NÓBREGA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA APOSENTADORIA: UM ESTUDO COM
DOCENTES E EX-DOCENTES UNIVERSITÁRIOS**

João Pessoa - PB
2017



CLÉVERSON VASCONCELOS DA NÓBREGA

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA APOSENTADORIA: UM ESTUDO COM DOCENTES
E EX-DOCENTES UNIVERSITÁRIOS

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba, na área de Administração e Sociedade, com linha de pesquisa em Gestão Estratégica, Trabalho e Sociedade, com ênfase em Trabalho e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Diogo Henrique Helal

João Pessoa - PB

Agosto de 2017

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N754r Nóbrega, Cléverson Vasconcelos da.

Representações sociais da aposentadoria: um estudo com
docentes e ex-docentes universitários / Cléverson
Vasconcelos da Nóbrega. - João Pessoa, 2017.
145 f. : il.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Processo de aposentadoria. 2. Representações
sociais. 3. Professores universitários. I. Título

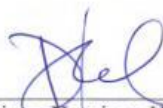
UFPB/CCSA

CLÉVERSON VASCONCELOS DA NÓBREGA

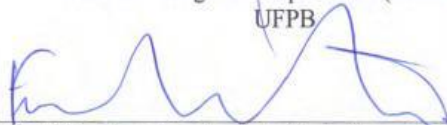
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA APOSENTADORIA: UM ESTUDO COM
DOCENTES E EX-DOCENTES UNIVERSITÁRIOS

Tese aprovada em: 08/08/2017

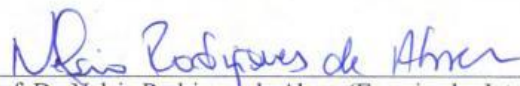
Banca examinadora:



Prof. Dr. Diogo Henrique Helal (Orientador)
UFPB



Prof. Dr. Francisco José da Costa (Examinador Interno)
UFPB



Prof. Dr. Nelsio Rodrigues de Abreu (Examinador Interno)
UFPB

Profª. Dra. Tatiana de Lucena Torres (Examinadora Externa)
UFRN

Profª. Dra. Vera Lúcia Cançado Lima (Examinadora Externa)
FPL

RESUMO

Esta tese tem como objetivo principal compreender como se configuram as representações sociais da aposentadoria entre os docentes e ex-docentes universitários que atravessam o período de transição para a aposentadoria, compreendido entre o período de pré-aposentadoria e a pós-aposentadoria. Para isso, adotou-se como aporte teórico-conceitual a Teoria das Representações Sociais (TRS), concebida pelo psicólogo social Serge Moscovici em 1961, que defende uma articulação entre o psicológico e o social a partir da inseparabilidade entre o sujeito, objeto e sociedade. O estudo se justifica pelo fato de, atualmente, no Brasil ocorrer uma transição demográfica de sua população, cuja situação traz consigo uma des-institucionalização do curso de vida, com mudanças na estrutura das famílias, (re)significação da velhice, alterações no mercado de trabalho, com o adiamento da saída dos indivíduos desse mercado e, de maneira geral, uma ruptura na forma tradicional de aposentadoria, com a possibilidade de retorno ao trabalho. Neste contexto, a apreensão do processo de aposentadoria dos docentes e ex-docentes universitários requer uma visão multidimensional do fenômeno, a partir da observação de aspectos individuais (micro), familiares e organizacionais (meso) e também sociais, culturais, políticos e econômicos (macro), em detrimento de uma visão meramente pontual. Metodologicamente, se trata de uma abordagem qualitativa apoiada por dois estudos de caso, realizados em sequência, sendo primeiro em Lisboa-Portugal e o segundo em João Pessoa-PB, ambos caracterizados por uma pesquisa documental precedida da realização de entrevistas. Na primeira pesquisa documental, realizada no Jornal Correio da Manhã, o aposentado é representado como fragilizado moral e financeiramente, possivelmente, em virtude da crise econômica que atingiu Portugal durante o período pesquisado (2010–2015). Nos dois jornais selecionados para a pesquisa no Nordeste (Jornal do Commercio e Correio da Paraíba), apresenta-se o aposentado preocupado com sua saúde e bem estar mas, na maioria, das vezes, também fragilizado, vulnerável e endividado. Tem a aposentadoria como um frustrante arrependimento, talvez pelo fato de, mesmo consciente de seus direitos, se sentir impotente ao tentar garanti-los, dada a capacidade limitada de articulação política que se traduz em um sentimento discriminatório, pela diferença de direitos entre trabalhadores da ativa e “inativos”. Assim como em Portugal, as condições econômicas desfavoráveis do Brasil, representadas nos jornais em virtude do déficit previdenciário, sugerem a figura do aposentado como grande vilão e “culpado” pela dívida. Sobre os pesquisados portugueses, se observou que a aposentadoria é, muitas vezes, revestida de sutilezas e vista como um tabu, causado pelo isolamento se aproximando de uma espécie de morte social. Já com relação às representações sociais relacionadas à aposentadoria nas narrativas dos sujeitos, algumas podem ser destacadas: a) abono pecuniário – embora este benefício seja um motivador para retardar o pedido de aposentadoria, não é o mais relevante, haja vista a possibilidade de continuidade de trabalho fora da academia; b) atividades domésticas – as docentes, em geral, conseguem enfrentar com maior naturalidade do que os docentes a chegada da aposentadoria porque comumente acumulam responsabilidades domésticas; c) idade – é possível perceber algum preconceito ou distanciamento entre pares na instituição, provocado pela idade mais avançada de alguns, sugerindo falta de atualização de conhecimento, possivelmente, decorrente do cansaço físico e/ou mental; d) tal distanciamento também pode ser alimentado pela falta de reconhecimento dos mais jovens em relação aos mais velhos, aspecto inclusive citado na pesquisa pelos dois grupos entrevistados, incomodando os aposentados que sentem ainda poder contribuir com a instituição. A heterogeneidade das representações sociais obtidas entre os docentes e ex-docentes da UFPB, revela que o processo de aposentadoria é sentido de diferentes formas, reforçando o entendimento de seu caráter complexo e singular.

Palavras-chave: Processo de aposentadoria. Representações sociais. Professores universitários.

SUMMARY

The purpose of this thesis is to understand how the social representations of retirement are configured among teachers and former university teachers who go through the period of transition to retirement between the pre-retirement and post-retirement periods. For this, the Theory of Social Representations (TRS), conceived by the social psychologist Serge Moscovici in 1961, adopted as a theoretical-conceptual contribution that advocates a link between the psychological and the social, based on the inseparability between the subject, object and society. The study is justified by the fact that a demographic transition occurs in Brazil, whose situation brings with it a de-institutionalization of the life course, with changes in the family structure, (re) signification of old age, changes in the market with the postponement of the exit of individuals from this market and, in general, a rupture in the traditional form of retirement, with the possibility of returning to work. In this context, the apprehension of the retirement process of university professors and former university teachers requires a multidimensional view of the phenomenon, based on the observation of individual (micro), family and organizational (meso) as well as social, cultural, political and economic aspects (macro), to the detriment of a merely punctual vision. Methodologically, this is a qualitative approach supported by two case studies, carried out in sequence, being first in Lisbon-Portugal and the second in João Pessoa-PB, both characterized by documentary research preceded by interviews. In the first documentary survey, carried out in the *Correio da Manhã* newspaper, the retiree represented as morally and financially fragile, possibly due to the economic crisis that hit Portugal during the period studied (2010-2015). In the two newspapers selected for research in the Northeast (*Jornal do Commercio* and *Correio da Paraíba*), the retiree is concerned about his health and well-being, but most of the time, he is also fragile, vulnerable and indebted. It has retirement as a frustrating regret, perhaps because, even though it is aware of its rights, it feels powerless to try to guarantee them, given the limited capacity for political articulation that translates into a discriminatory feeling, for the difference of rights between active and "inactive". As in Portugal, Brazil's unfavorable economic conditions, represented in the newspapers as result of the pension deficit, suggest that the retired figure is a big villain and "guilty" of the debt. On the Portuguese surveyed, it observed that retirement is often clothed with subtleties and seen as taboo, caused by isolation approaching a kind of social death. The social representations related to retirement in the narratives of the subjects, some can be highlighted: a) pecuniary allowance - although this benefit is a motivator to delay the application for retirement, is not the most relevant, given the possibility of continuity of work outside the gym; b) domestic activities - teachers, in general, are able to cope more naturally with teachers than the arrival of retirement because they commonly accumulate household responsibilities; c) age - it is possible to perceive some prejudice or distance between peers in the institution, caused by the older age of some, suggesting a lack of knowledge updating, possibly due to physical and / or mental fatigue; d) this distancing can also be fueled by the lack of recognition of the younger ones in relation to the older ones, aspect mentioned in the research by the two groups interviewed, annoying the retirees who still feel they can contribute to the institution. The heterogeneity of the social representations obtained between UFPB teachers and former teachers reveals that the retirement process felt in different ways, reinforcing the understanding of its complex and unique character.

Keywords: Retirement process. Social representations. Professors.

Para a minha família, razão da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, por guiar os meus passos e iluminar o meu caminho, sempre;

Ao meu orientador Diogo Henrique Helal, por ter acreditado em minha capacidade, por estar sempre à disposição, mesmo quando distante, com palavras de incentivo e apoio, por sua competência profissional e por ter me dado a oportunidade amadurecer como pesquisador e como indivíduo;

Aos professores da banca de defesa, Franzé Costa, Anielson Barbosa, Nelsio Rodrigues de Abreu, Tatiana de Lucena e Vera Cançado, pelas contribuições e melhorias do trabalho;

À Universidade Federal da Paraíba, por minha formação na graduação, mestrado e doutorado em Administração;

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Administração e seus funcionários, todos sempre atenciosos e prestativos;

Aos demais membros do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), cujos ensinamentos levarei por toda minha vida profissional;

À Universidade Federal do Piauí, pela possibilidade de afastamento de minhas atividades como docente na instituição;

À CAPES, pela bolsa de estudos concedida para a realização do estágio de doutorado sanduíche no ISCTE-IUL em Lisboa, Portugal;

Ao Sindicato dos Professores da Universidade Federal da Paraíba (ADUFPB), por permitir o contato com os professores e a divulgação da minha pesquisa;

Ao ISCTE-IUL (Instituto Universitário de Lisboa) pelo acolhimento e pela oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional;

Às professoras Sibila Marques e Susana Batel, pelos conhecimentos transmitidos e pela disponibilidade;

Ao Diretor do Instituto do Envelhecimento, professor Manuel Villaverde Cabral, por sua simpatia e ensinamentos sobre o processo de envelhecimento e reforma da sociedade portuguesa;

A todos os colegas do mestrado e doutorado da UFPB, que compartilharam comigo seus conhecimentos, em especial a Tatiana Aguiar, com quem muito aprendi sobre aposentadoria;

Aos meus pais, Cléves e Zélia, por mostrar que por meio da educação conseguimos crescer como seres humanos;

A minha esposa, Fabrícia, por acreditar em meu potencial, sempre estar ao meu lado e compreender os momentos de ansiedade, impaciência e cansaço;

Ao meu filho, Aluísio, pelos abraços e sorrisos que serviram de estímulo em toda minha trajetória no doutorado;

A minha irmã, Clévia, que apesar da distância, sempre torceu por mim;

Ao meu sogro, cunhado, concunhado, cunhadas, sobrinhos e demais familiares, pela energia revigorante transmitida, pelos inúmeros incentivos e palavras de apoio;

À Dona Francisca (*in memoriam*), minha segunda mãe, por ter me “adotado” como um genro querido e por ter me ensinado que Deus é mais;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Modelo temporal da aposentadoria	31
Figura 2	A perspectiva multidimensional da aposentadoria	32
Figura 3	Modelo dinâmico baseado em recursos para o processo de ajuste da aposentadoria	33
Figura 4	Quadro de referência multidimensional para o estudo da aposentadoria ...	35
Figura 5	Universos consensuais x universos reificados	40
Figura 6	O campo de estudos da representação social	41
Figura 7	<i>Design</i> sequencial da pesquisa	47
Figura 8	Evolução da estrutura etária de Portugal entre 1950 e 2010	62
Figura 9	Pirâmides etárias do Brasil (anos 1950, 2010, 2050 e 2100)	77
Figura 10	Sistema previdenciário brasileiro	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução da taxa de fecundidade geral em Portugal entre 1961 e 2016	60
Gráfico 2	Evolução da taxa bruta de mortalidade e da taxa de mortalidade infantil em Portugal entre 1961 e 2016	61
Gráfico 3	Evolução do índice de envelhecimento em Portugal entre 1991 e 2080 (estimativas e projeções)	62
Gráfico 4	Evolução do déficit previdenciário (RGPS) em bilhões de reais	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Conceitos de aposentadoria, teorias correspondentes e exemplos de pesquisas	29
Quadro 2	Níveis de análise, famílias e respectivos códigos elaborados pelo pesquisador no jornal analisado	49
Quadro 3	Níveis de análise, famílias e códigos criados pelo pesquisador na pesquisa documental nos jornais do Nordeste	54
Quadro 4	Perfil dos entrevistados	56
Quadro 5	Níveis de análise, famílias e códigos que emergiram no Atlas.ti na pesquisa de campo	57
Quadro 6	Princípios gerais do Sistema de Segurança Social de Portugal	64
Quadro 7	Gerações de servidores públicos	85
Quadro 8	Resumo das principais mudanças propostas nas atuais regras da	
Quadro 9	Previdência Social	88
Quadro10	Síntese das representações sociais encontradas nos jornais selecionados ..	96
	Níveis de análise, famílias e códigos criados no Atlas.ti na etapa das entrevistas	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quantidade de matérias selecionadas no jornal português por ano	49
Tabela 2	Quantidade de matérias selecionadas nos jornais do Nordeste por ano	53
Tabela 3	População por grupos de idade e indicadores selecionados – Brasil (1950-2100)	79

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
1.1	Objetivo geral	17
1.2	Objetivos específicos	17
1.3	Justificativas	17
1.4	Estrutura da tese	20
2	PERSPECTIVAS CONCEITUAIS DA APOSENTADORIA	22
2.1	As diferentes lentes para a aposentadoria	22
2.2	Conceituações teóricas da aposentadoria	24
2.3	Modelos teóricos da aposentadoria	30
2.4	Quadro de referência sugerido para o estudo do processo de aposentadoria	34
3	A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	37
3.1	Origem e sua inserção no Brasil	37
3.2	Perspectivas teóricas e metodológicas em representações sociais	39
3.3	Representações sociais e aposentadoria	44
4	O PERCURSO METODOLÓGICO	46
4.1	A coleta de dados em um jornal português	47
4.2	O tratamento e análise das matérias jornalísticas	48
4.3	A fase de entrevistas com <i>experts</i> em Lisboa	50
4.4	O tratamento e análise das entrevistas com os <i>experts</i> portugueses	51
4.5	A coleta de dados nos jornais do Nordeste	51
4.6	O tratamento e análise dos dados das matérias jornalísticas	53
4.7	A coleta de dados com os sujeitos da pesquisa	54
4.8	O tratamento e análise dos dados provenientes do campo	57
5	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO 1	59
5.1	O envelhecimento da sociedade portuguesa: o ontem, o hoje e o amanhã	59
5.2	Reforma e reformados	63
5.3	A análise do jornal Correio da Manhã	66
5.4	Reflexões sobre as entrevistas com pesquisadores portugueses	70
6	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO 2	78
6.1	O envelhecimento da sociedade brasileira	78
6.2	A população idosa no Brasil: características e representações	80

6.3 Aposentadoria no Brasil	83
6.4 Propostas de mudança na previdência social	87
6.5 As representações sociais do aposentado em jornais do Nordeste	89
6.5.1 Jornal Correio da Paraíba	89
6.5.2 Jornal do Commercio	92
6.6 As representações sociais da aposentadoria entre docentes e ex-docentes da UFPB	97
6.6.1 Nível Micro	98
6.6.2 Nível Meso	103
6.6.3 Nível Macro	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	120
APÊNDICES	132

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A aposentadoria é considerada, tradicionalmente, um momento marcante da vida do indivíduo de um modo geral, capaz de suscitar sentimentos de alegria, prazer e júbilo pelo dever cumprido, mas também aborrecimento, insegurança, sensação de inutilidade e isolamento social, decorrentes de possíveis perdas dos vínculos sociais no trabalho. Por este motivo encontra-se, frequentemente, associada a um fenômeno ambíguo e contraditório (ECKERDT, 2010; ROESLER, 2012; 2014).

De certo modo, o momento da aposentadoria coincide e se confunde com as próprias representações do envelhecimento, visto que, na sociedade moderna ocidental, a aposentadoria está representada por duas concepções distintas: a primeira, clássica, e ainda dominante, que ganhou força com o advento da Revolução Industrial, vincula a saúde física à capacidade laboral; a segunda, mais contemporânea, aos poucos, assume um papel mais relevante na sociedade, ao apontar para sentimentos positivos baseados em novas experiências, adaptações e aprendizagem (DEBERT, 2012; MENEZES et al, 2013; SILVA, 2008).

Percebe-se, assim, que a adoção da perspectiva mais atual do envelhecimento, em alguma medida, tem auxiliado a sociedade a suprimir alguns mitos e preconceitos relacionados à aposentadoria, ao questionar o seu caráter estritamente tradicional do ponto de vista cronológico e, desse modo, permitir reconhecê-la como parte de um contexto mais amplo, que se desenvolve sob várias influências e ao longo do tempo, portanto, sob a forma de um processo (BEEHR, 1986; BEEHR; ADAMS, 2003; SILVERSTEIN; GIARRUSSO, 2011; SZINOVACZ, 2003; 2013; WANG; SHULTZ, 2010).

Ao repousar a atenção nesses aspectos, em detrimento de uma perspectiva negativa com a qual a aposentadoria sempre foi determinada, a presente tese procura repensá-la e admitir que, para sua efetiva compreensão, deve-se considerar o seu lado multifacetado, sua natureza multidimensional e sua abordagem complexa. Por esta razão, argumenta-se que a aposentadoria é um processo, e não apenas uma decisão pontual.

Argumenta-se também que, em tal processo, a decisão em si pela aposentadoria, bem como, a trajetória percorrida entre a pré-aposentadoria e a pós-aposentadoria sofrem a influência de aspectos de natureza individuais (micro), familiares e organizacionais (meso) e contextuais (macro) (SILVERSTEIN; GIARRUSSO, 2011; SZINOVACZ, 2003, 2013; WANG; SHULTZ, 2010).

O nível micro é constituído por questões que interferem no processo de aposentadoria em decorrência de atributos individuais como aspectos demográficos, saúde, condições financeiras etc; em um nível meso, o processo de aposentadoria sofre influência de aspectos ligados ao trabalho (organizacionais e emprego) e do não trabalho (aspectos familiares); e em um nível macro, são levadas em conta as características dos sistemas de apoio à aposentadoria, valores culturais, normas sociais, aspectos econômicos e as condições do mercado de trabalho (SZINOVACZ, 2003; 2013).

Nesse contexto, considera-se relevante investigar o processo de aposentadoria entre os servidores públicos a partir desta concepção ampla, uma vez que, já no ano de 2010, segundo dados da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), constatou-se que mais da metade desses servidores encontravam-se acima dos 50 anos e, portanto, próximos da aposentadoria (MACÊDO; BENDASSOLLI; LUCENA, 2017). Esse fenômeno pode ser um reflexo da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, instituída por meio do Decreto Lei nº 5.707 em 2006, que movimentou a dinâmica social das universidades brasileiras com a realização de concursos públicos, criação de novos *campi* e cursos, alterando o perfil docente nessas instituições (CARMO; MEDEIROS; LOEBEL, 2015).

No caso específico dos docentes universitários, objeto de investigação desta tese, dados fornecidos pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), em setembro de 2016, para subsidiar o Projeto do CNPq intitulado “Desvendando o processo de aposentadoria de servidores da Universidade Federal da Paraíba: imaginários e realidades”, MCTI/CNPQ/MEC/CAPES nº 22/2014, revelaram que a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) destacava-se, entre 2004 e 2015, como a quarta universidade do Brasil e a primeira do Nordeste com maior número de docentes (385) pré-aposentados (em abono pecuniário), ficando atrás apenas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (MPOG, 2016).

A escolha dos docentes pós-aposentados na mesma instituição, aconteceu como uma consequência natural dos dados anteriormente levantados, uma vez que se pretende compreender o processo de aposentadoria, considerando os dois grupos – docentes em abono de permanência e docentes aposentados. A seleção desses dois grupos justifica-se por se tratar de um segmento que se diferencia dos demais por suas características próprias, entre elas o fato de à medida que envelhecem acumulam mais experiência e conhecimento. Assim, ao selecionar esse trabalhador, o docente, para o estudo da tese, argumenta-se que esse profissional está inserido em um ambiente organizacional que apresenta características específicas as quais se diferenciam de outras realidades.

Desse modo, apresenta-se o seguinte argumento de tese: o processo de aposentadoria de docentes universitários é influenciado por questões de natureza distintas, inseridas em nível micro (individuais), meso (institucionais) e macro (sociais), particulares a este grupo profissional, em função de suas características intelectuais que se inserem em suas condições de trabalho, cujo significado e significação social extrapolam o ambiente organizacional.

Cumprir destacar que, no Brasil, as discussões sobre a aposentadoria ocorrem em um momento importante em que se debate mais uma proposta de mudança na Previdência Social, por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/2016 que, entre outros pontos, visa ao aumento da idade mínima do trabalhador para se aposentar, como forma de acompanhar a reestruturação demográfica, o aumento da população idosa e minimizar o *déficit* previdenciário.

Pelo que se percebe também em diversos países, as preocupações com o envelhecimento demográfico e a aposentadoria não parecem ser muito diferentes, já que, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) (2015), o envelhecimento demográfico revela-se no século XXI como um fenômeno irreversível para muitas sociedades. Tal cenário ocorre especialmente nos países desenvolvidos, onde a reestruturação etária já está mais avançada. Nestes, percebe-se nitidamente uma preocupação maior com aspectos relacionados ao trabalho, à aposentadoria e à sustentabilidade da Segurança Social.

Com relação a esse aspecto, a participação do pesquisador no Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), durante quatro meses, em Lisboa (Portugal), um dos países com população mais envelhecida da União Europeia (UE), foi determinante para se observar *in loco* o fenômeno investigado, conhecer as mudanças políticas, econômicas e legais, seus reflexos para a sociedade e entender as implicações da reestruturação etária do ponto de vista do trabalho e da aposentadoria dos indivíduos e, servindo de suporte para compreender melhor o fenômeno investigado.

Para compreender o processo de aposentadoria, resgata-se a Teoria das Representações Sociais (TRS), sob a ótica de Moscovici (2013), como uma tentativa de elucidar o seu caráter simbólico, enquanto componente chave da organização social do trabalho, que ocorre através das imagens, crenças, valores, ideologias, estereótipos e linguagens que auxiliam na formação e na (re)significação de sentidos, por meio da interação entre o psicológico e o social (MOSCOVICI, 2013).

É justamente esse caráter de indissociabilidade entre os sujeitos pré-aposentados e os pós-aposentados e seu contexto social – entre o universo interno individual e o universo externo a este – que valoriza a utilização da TRS. Uma de suas principais características é o fato de que

é entendida como uma “forma de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p. 26). Considera-se assim, que os meios de comunicação podem ser um importante instrumento de produção, reprodução e disseminação de representações sociais que determinam a própria apreensão que um grupo social pode possuir acerca de si mesmo (auto-imagem) e do outro (vida social) (ALEXANDRE, 2001), por essa razão, para conhecer tais representações sociais, segue-se o estudo clássico de Moscovici (2012).

Diante do exposto, o trabalho desta tese busca responder ao seguinte problema de pesquisa: **Como se configuram as representações sociais da aposentadoria entre os docentes e ex-docentes universitários?**

1.1 Objetivo geral

A tese tem como objetivo geral compreender como se configuram as representações sociais da aposentadoria em face das experiências vividas pelos docentes universitários pré-aposentados e pós-aposentados.

1.2 Objetivos específicos

A seguir são destacados os objetivos secundários da pesquisa:

- Identificar quais são as principais representações sociais atribuídas aos aposentados nos jornais impressos portugueses e do Nordeste do Brasil selecionados;
- Verificar as implicações das dimensões micro, meso e macro no processo aposentadoria;
- Identificar semelhanças e contradições entre as representações sociais dos dois grupos de entrevistados – docentes em abono de permanência e pós-aposentados.

1.3 Justificativas

A realização deste trabalho de tese é particularmente importante no atual cenário em que se discute sobre aspectos relativos ao envelhecimento populacional e suas implicações para

aposentadoria. Nesse sentido, verificou-se a possibilidade de contribuições advindas de algumas lacunas teóricas encontradas em trabalhos correlatos, seja em relação à perspectiva teórica assumida, os sujeitos ou o *locus* de pesquisa.

De maneira geral, no contexto nacional, as pesquisas que têm se voltado ao estudo da aposentadoria ainda podem ser consideradas relativamente recentes e direcionam seu foco principalmente à qualidade de vida do sujeito aposentado (ALVARENGA et al., 2009; BRESSAN et al., 2013); à relação entre aposentadoria e o ambiente familiar (ANTUNES; SOARES; SILVA, 2013); à etapa da pré-aposentadoria (BARBOSA; TRAESEL, 2013; CAMBOIM et al., 2011; CARVALHO; COSTA; PIMENTA, 2013; FRANÇA, 2012; FRANÇA; MENEZES; SIQUEIRA, 2012); à relação entre aposentadoria, trabalho e identidade (BERTONCINI, 2002; FERNANDES; MARRA; LARA, 2016;); ao sentido do trabalho no processo de aposentadoria (BITENCOURT et al., 2011; BULLA; KAEFER, 2003); à relação entre aposentadoria, salário e o mercado de trabalho (CAMARGO; REIS, 2008); à relação entre aposentadoria, trabalho e lazer (FALEIROS; SILVA, 2012); à relação com o envelhecimento (COLUSSI et al., 2014; FÉLIX; CATÃO, 2013); às atitudes durante o momento da transição (FRANÇA; VAUGHAN, 2008); às influências sociais na decisão de aposentadoria (FRANÇA, 2009); a um programa de preparação (FRANÇA; SOARES, 2009, MUNIZ, 1997); como um processo de decisão (FRANÇA et al., 2013; MACÊDO; BENDASSOLLI; LUCENA, 2017); às representações sociais da aposentadoria (BEGER; DERNTL, 2005; LIBERATTI; MARTINS, 2012); ao padrão de ajustamento (MAGALHÃES et al., 2004); aposentadoria e sua relação com a previdência (MARQUES; EUZEBY, 2005); à sua dimensão imaginária e simbólica (MARRA et al., 2011; MOREIRA, 2011; SELIG; VALORE, 2010) e retorno ao trabalho após a aposentadoria (JOGAIB; MUNIZ, 2015).

Especificamente com relação à área de administração, ainda são considerados poucos os trabalhos que se apropriam do tema. Em uma busca realizada no mês de junho de 2017, nos anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD), durante o período de 18 anos (1999 a 2017), foram encontrados apenas 23 registros e, ao se tomar como referência a base eletrônica Spell (*Scientific Periodicals Eletronic Library*), que reúne os artigos científicos publicados em periódicos da área de administração, foram encontrados apenas 20 trabalhos, reforçando o sentimento de que alguns pesquisadores da área de administração no Brasil parecem começar a despertar seu interesse pelo tema, sugerindo ainda a existência de um amplo campo a ser explorado.

Também no contexto internacional, as questões relacionadas à aposentadoria têm recebido pouca atenção dos pesquisadores da área de gestão, se comparada a outras áreas do

conhecimento como economia, psicologia, direito e gerontologia (FELDMAN, 1994; WANG; SHULTZ, 2010). Silverstein e Giarrusso (2011, p. 39), por exemplo, destacam que “a maioria dos estudos examinam apenas dois níveis ou dimensões”, (embora não deixem explícito qual dimensão é excluída de tais análises), e quando desenvolvidos sob uma ótica organizacional, preocupam-se em investigar o fenômeno apenas a partir de uma determinada perspectiva teórica (BAMBERGER; BACHARACH, 2014), que se mostra incompleta, ao negligenciar aos demais fatores influenciadores associados aos diferentes níveis de análise.

No Brasil, especificamente com relação ao ambiente universitário, pesquisadores, nos últimos anos, decidiram investigar questões relacionadas ao trabalho e à aposentadoria, a exemplo de Alves (2016); Bragança (2004); Bressan (2013); Carmo; Medeiros; Loebel (2015); Ceres (2007); Colussi et al. (2014); Cruz (2015); Deps (1994); Fernandes; Marra; Lara (2016); Fôlha; Novo (2011); Jogaib; Muniz (2015); Silva et al. (2012). Não obstante, embora tais trabalhos tenham selecionados servidores públicos, ora técnico-administrativos, ora docentes, ora ambos, a fim de explorarem suas atitudes, crenças e comportamentos quanto à aposentadoria, não foram encontradas nessas discussões o objeto aposentadoria sob a ótica das representações sociais, conforme propõe esta pesquisa de tese.

Com relação a essa perspectiva teórica, os estudos encontrados, seja em nível nacional (BEGER; DERNTL, 2005; GRAEFF, 2002; MACÊDO; BENDASSOLLI; TORRES, 2017; LIBERATTI; MARTINS, 2012; TORRES et al., 2013; SILVA, 1999), seja internacionalmente (CHUYKOVA; POLKINA, 2012; ROLAND-LÉVY; BERJOT, 2009), em nenhum deles, contudo, foi verificada a intenção de considerar o processo de aposentadoria. Esta pesquisa de tese, portanto, diferencia-se dos demais estudos aposentados por se preocupar em identificar como as representações da aposentadoria se assemelham e se diferenciam nestas duas etapas distintas da vida profissional considerando-se, a transição da pré-aposentadoria para a pós-aposentadoria, evidenciando-se portanto, dois momentos específicos. Entende-se que estas duas etapas ainda não foram investigadas conjuntamente, a partir de sua inserção em um contexto cultural, histórico e social característicos. Essa contribuição, ganha novo fôlego ao utilizar os três níveis de análise (aspectos micro, meso e macro) no estudo desse processo.

Do ponto de vista empírico, acredita-se que o recente crescimento em termos de trabalhos relacionados à aposentadoria nos últimos anos confirma a ideia de que o bom desempenho da administração pública requer o conhecimento da sua força de trabalho, o que inclui o planejamento quantitativo e qualitativo daqueles que prestam serviço à sociedade. Citando o MPOG, Silva et al (2012) esclarecem que o Ministério da Educação (MEC) representa o maior contingente de funcionários da União e, ao analisarem o estágio desta força

de trabalho, alertam para o fato de que, em longo prazo, para que o alcance das metas desejadas pelo Governo Federal para a educação superior sejam alcançadas, faz-se necessário o conhecimento e o acompanhamento de seus recursos humanos.

Assim, empiricamente, verifica-se uma oportunidade de contribuição na área de concentração do curso de doutorado, com a divulgação dos resultados desta pesquisa, não apenas em relação ao governo federal, mas especificamente em relação às instituições diretamente envolvidas, enfatizando uma preocupação no sentido de gerenciar sua força de trabalho, suas políticas internas e o seu funcionamento adequado.

1.4 Estrutura da tese

A estrutura da tese está organizada em cinco capítulos:

O Capítulo 1 discorre sobre as considerações iniciais do trabalho, apresentando o argumento defendido, a problemática de pesquisa, os objetivos geral e específicos que a norteiam e as justificativas para sua realização trabalho; também nesse capítulo se busca demonstrar a relevância da pesquisa.

O Capítulo 2 discute o marco teórico da tese, ao resgatar as perspectivas conceituais da aposentadoria, esclarecer como os diferentes campos do conhecimento têm estudado o assunto, além de apresentar os principais modelos teóricos abordados na literatura.

O Capítulo 3 discorre sobre a Teoria das Representações Sociais, sua origem e aceitação no Brasil, principais perspectivas teóricas e metodológicas e o que se tem avançado, em termos de pesquisa, ao se investigar a aposentadoria;

O Capítulo 4 apresenta o percurso metodológico da tese, as escolhas adotadas pelo pesquisador e suas justificativas tendo, em vista a natureza do fenômeno investigado;

O Capítulo 5 caracteriza-se por iniciar as discussões dos resultados da pesquisa. Em um primeiro subcapítulo se apresenta o contexto lusitano, representado pelo envelhecimento demográfico da sua sociedade e a aposentadoria. Continua destacando a pesquisa documental em um jornal local e encerra com as discussões acerca das entrevistas realizadas, que representam o estudo de caso 1. O segundo subcapítulo apresenta o estudo de caso 2, representado pelo contexto brasileiro, em cujo espaço se demonstram algumas estatísticas da realidade brasileira para, em seguida, se discutir algumas questões relacionadas à aposentadoria tratadas empiricamente, por meio das análises das matérias dos jornais e das entrevistas realizadas com os docentes (pré-aposentados) e ex-docentes (pós-aposentados) da UFPB;

Nas considerações finais do trabalho se discute os resultados da pesquisa em conjunto, apresentando semelhanças e contradições dos dois estudos analisados. Rediscute-se o argumento de tese, expõe-se contribuições advindas deste estudo e apresentam-se sugestões para futuras pesquisas;

A tese é finalizada com as referências utilizadas e os apêndices.

2 PERSPECTIVAS CONCEITUAIS DA APOSENTADORIA

2.1 As diferentes lentes para a aposentadoria

A aposentadoria é um daqueles fenômenos que conseguem atrair, ao mesmo tempo, a atenção do público em geral e de pesquisadores, por pelo menos três importantes aspectos: a centralidade do trabalho é um elemento marcante na vida dos indivíduos, notadamente nas sociedades ocidentais; a população idosa está em constante crescimento e o envelhecimento humano é algo natural, ainda que, algumas vezes, não seja bem recebido. Destaca-se ainda, que ambos fenômenos, aposentadoria e envelhecimento, são objetos de estudo dos mais variados campos do conhecimento, a exemplo da psicologia, sociologia, gerontologia, demografia, administração, economia etc.

A ambiguidade e imprecisão acerca do entendimento sobre o que vem a ser aposentadoria é amplamente discutida na academia (BEEHR; BOWLING, 2012; ECKERDT, 2010; ECKERDT; DeVINNEY, 1990; HARDY, 2011; McVITTIE; GOODALL, 2012; SARGENT et al, 2013), em função da complexidade do fenômeno em si e pela frágil delimitação cronológica do que se entende por idoso. Denton e Spencer (2009), por exemplo, esclarecem que a fluidez do seu conceito e a dificuldade conferida ao seu entendimento estão ligados à falta de consenso acerca do termo “velhice”, que tem se modificado ao longo do tempo, assim como as condições sociais e as expectativas individuais.

Na pesquisa que teve como objetivo revisar os conceitos e a maneira como a aposentadoria era avaliada, os mesmos autores demonstraram que a maioria dos trabalhos analisados associa o fenômeno: a) à não-participação ou à redução da participação na força de trabalho; b) ao recebimento de um benefício; c) à mudança de um emprego ao final da carreira; d) à condição de auto avaliação do sujeito; e) à redução dos ganhos/horas de trabalho; f) à saída do principal empregador; g) à mudança de carreira ou emprego no estágio avançado da vida; h) à combinação dessas características (DENTON; SPENCER, 2009).

Acredita-se que as distintas percepções são influenciadas pelo tipo de análise que se deseja conduzir e pela base teórica adotada pelo pesquisador. De certa maneira, isto sugere que as variadas lentes com que o fenômeno tem sido observado, ao mesmo tempo em que auxiliam no seu desenvolvimento, contribuem, involuntariamente, para gerar certa confusão quanto ao seu significado.

A gerontologia, por exemplo, justifica o interesse do estudo da aposentadoria como uma consequência natural do desenvolvimento do campo e pela estreita ligação que possui em relação aos aspectos epidemiológicos. Trata-se, contudo, de um objeto de investigação que ultrapassa o aspecto biológico isoladamente e procura, a partir da redução dos fatores de risco à senilidade, estimular um envelhecimento mais saudável e ativo que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é definida como “o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (WHO, 2005, p. 13). Assim, a aposentadoria se insere neste contexto por sua ênfase social e por possibilitar o preenchimento do tempo de vida dos idosos em decorrência do aumento da expectativa de vida da população mundial.

A sociologia tem procurado se aproximar e contribuir com os estudos da aposentadoria por meio da subárea sociologia do envelhecimento (ATCHLEY, 1974; ATCHLEY, 1982). Nessa perspectiva, o idoso, enquanto ator social, desenvolve relações sociais, busca reconhecimento da sociedade, luta por seus direitos e contra estereótipos, adapta-se a uma “nova” identidade social, algumas vezes marcada pela ausência da centralidade do trabalho; ademais, contribui com a perspectiva do curso da vida, a qual tem demonstrado importância pelo fato de proporcionar o entendimento dos fenômenos socioeconômicos, permitindo verificar como as formas e os processos de aposentadoria se desenvolvem e as estruturas sociais mudam ao longo do tempo (SZINOVACZ, 2013; WIND et al, 2016).

A psicologia também tem se destacado e avançado nas discussões sobre a aposentadoria ao defini-la como a “saída do indivíduo da força de trabalho seguindo uma diminuição do compromisso psicológico e comportamental” (WANG; SHI, 2014, p.211). Assim, alguns trabalhos estão frequentemente associados a um processo de decisão, um processo de ajuste, um estágio de desenvolvimento de carreira ou como parte da administração de recursos humanos (WANG; SHI, 2014; WANG; SHULTZ, 2010).

No campo do direito, volta-se a atenção aos aspectos jurídicos e normativos estabelecidos em leis que regularizam o funcionamento da seguridade social e instituem a aposentadoria como um direito legal, especialmente aplicados na subárea do direito previdenciário. São objetos de estudo desse campo as normas que estabelecem quem e como os indivíduos têm acesso ao benefício além da idade instituída para tornar-se aposentado seja voluntariamente, compulsoriamente ou em razão de alguma sequela física ou mental.

A administração, por sua vez, aponta para o lado organizacional abordando a necessidade do planejamento da força de trabalho, dado o seu grau de envelhecimento e seus

impactos para a produtividade nas empresas; o planejamento para a sucessão; os benefícios relacionados à aposentadoria e o planejamento financeiro; o recrutamento para a volta ao mercado de trabalho dos mais velhos; os estágios de desenvolvimento de carreira; a questão geracional e a transferência de conhecimento, enfim, resumidamente, a administração busca relacionar as questões vinculadas a aposentadoria à estratégia organizacional (HELAL, NOBREGA; LIMA, 2017; RAU; ADAMS, 2012).

As distintas perspectivas sobre a aposentadoria a associam, portanto, a três grandes entendimentos. Entende-se aposentadoria como uma instituição, uma experiência ou um processo (SZINOVACZ, 2003). Reconhecê-la enquanto instituição implica a existência de estruturas sociais que regulam a saída dos trabalhadores do mercado de trabalho e, em troca, lhes fornecem algum tipo de retribuição pecuniária; ao ser tratada como experiência, permite ao indivíduo construir, ao longo dos anos, sua própria condição de aposentado; e, por fim, a aposentadoria sob a forma de processo, refere-se a uma perspectiva relacionada às decisões e aos diversos contextos que incidem na escolha do indivíduo, sobre se vai aposentar e quando fazê-lo, sendo esta última a perspectiva adotada para a presente tese.

A seguir, comenta-se sobre algumas dessas distintas formas de compreender a aposentadoria em maiores detalhes.

2.2 Conceituações teóricas da aposentadoria

- **Aposentadoria como processo de decisão**

Segundo Wang e Shultz (2010), o processo que envolve a tomada de decisão em relação à aposentadoria é identificado como a principal estrutura teórica encontrada nas pesquisas sobre a temática. Pautada especialmente como um processo psicológico individual complexo que é formado ao longo do tempo a partir de circunstâncias diversificadas, porém singulares, a aposentadoria tem a Teoria da Escolha Racional como a principal abordagem para explorar os motivos que levam à decisão sobre a continuidade ou não do trabalho.

Classificado em torno de duas categorias, dimensão micro (fatores individuais) e dimensão meso (fatores relacionados à família e ao trabalho), que ocorrem em um ambiente macro (aspectos sociais, políticos e econômicos), esse processo tem como principais influenciadores na decisão:

- o nível educacional, as condições de saúde e financeiras em nível individual;

- o *status* de dependência do cônjuge e dos filhos, a condição financeira do cônjuge no plano familiar
- as características do trabalho e o papel desempenhado pelo indivíduo na organização, as oportunidades de crescimento na carreira, o comprometimento, as atitudes e os sentimentos individuais em relação ao trabalho, no aspecto organizacional e de carreira;
- e, por fim, os fatores ambientais que interferem na decisão para aposentadoria, associados às normas políticas, econômicas e sociais, a exemplo de mudanças na legislação que dificultam o acesso a aposentadoria dos indivíduos, aumento de impostos ou corte do valor do benefício, bem como discriminação e estereótipos ligados aos mais idosos (WANG; SHULTZ, 2010).

Embora as pesquisas sobre a decisão de se aposentar estejam mais fortemente associadas à utilização da Teoria da Escolha Racional, especialmente quando usadas para comparar os recursos financeiros acumulados e os recursos financeiros necessários para a vida na pós-aposentadoria (HATCHER, 2003), verificam-se também estudos que se utilizam de outras teorias, a exemplo da Teoria da Imagem, da Teoria do Papel, do Comportamento Planejado e da Teoria Explicativa (CRON; JACKOSSKY; SLOCUM, 1993; KIM, 2003; TALAGA; BEEHR, 1995).

A Teoria do Papel e a Teoria da Imagem muitas vezes são usadas de maneira intercambiável. De maneira geral, ambas declaram que cada situação requer expectativas específicas de um indivíduo, e a resposta (papel) que se desempenha em relação a isto, é um reflexo das expectativas de cada um. Nesse contexto, a decisão de se aposentar ou não irá depender da percepção que o sujeito terá de si em relação ao seu papel em relação a um contexto social maior, ou seja, comparando se a ação de aposentar-se interfere em sua auto imagem ou sobre o papel que desempenha.

Aplicada ao contexto analisado, a Teoria do Comportamento Planejado refere-se à importância dada *a priori* pelas pessoas às suas atitudes em relação ao desejo de se aposentar; desse modo, geralmente vinculam essa decisão às atitudes em relação aos seus empregos, empregadores, carreiras e aposentadoria, bem como às normas no local de trabalho (WANG; SHI, 2014).

Por fim, a Teoria da Expectativa tem sido usada para vincular a produtividade dos trabalhadores, às características do trabalho, às condições de saúde e à expectativa de vida numa análise subjetiva para influenciar sobre decisões de aposentadoria (SHULTZ; WANG 2007; VAN SOLINGE; HENKENS 2010). Nessa teoria argumenta-se que, quando os aposentados

percebem uma baixa expectativa para alcançar boa produtividade ou receber recompensas de seu trabalho (devido ao seu estado de saúde, características do trabalho, ou habilidades e habilidades), eles são mais propensos a se aposentar em vez de continuar a trabalhar.

- **Aposentadoria como processo de ajuste**

Como um processo de ajuste, a aposentadoria incorpora duas etapas: o de transição e a pós-aposentadoria. Isto pressupõe que a aposentadoria seja investigada como um processo que se desenvolve ao longo do tempo, observando-se aspectos que incidem antes e após este momento. Esta abordagem assim se desenvolve pelo fato de estar mais interessada nas características embutidas no processo do que propriamente à decisão *per si*, sendo esta a mais apurada forma de estudar a natureza da aposentadoria (SZINOVACZ, 2003).

De maneira geral, alguns estudos têm demonstrado a existência de um pressuposto que estabelece que a transição à aposentadoria ocorre de forma menos impactante quando o indivíduo já é acostumado a lidar com momentos de transitoriedade em sua vida ou tem o trabalho como secundário. De forma contrária, quanto mais dependente do trabalho mais dificuldade o indivíduo terá para se adaptar à aposentadoria (FRANÇA et al, 2013; MACEDO; BENDASSOLLI; TORRES, 2017; SETTERSTEN, 1998; VAN SOLINGE, 2011; VAN SOLINGE; HENKENS, 2008; WANG; HENKENS, 2011). Os principais *frameworks* teóricos que apoiam este entendimento são a Teoria da Continuidade, a Perspectiva do Curso da Vida e a Teoria do Papel, esta última já comentada.

A Teoria da Continuidade enfatiza que as pessoas tendem a manter um padrão de consistência ao qual já estão acostumados, como uma espécie de zona de conforto, evitando transições causadoras de desgastes físico e emocional (ATCHLEY, 1999). No âmbito do estudo da transição e ajuste da aposentadoria, encontram-se estudos que revelam que a decisão de aposentar tende a ser eliminada quando os indivíduos percebem, por exemplo, que o processo de ajuste, poderá acarretar dificuldades financeiras ou de saúde (ADAMS; PRESCHER; BEEHR; LEPISTO, 2002; GAL; EVANS; HOWARD, 1997; KIM; FELDMAN, 2000; WANG 2007).

A Perspectiva ou Teoria do Curso da Vida tem suas raízes na sociologia com contribuições advindas da história, da psicologia do desenvolvimento e da economia. Tem como premissa a compreensão da vida do indivíduo levando em conta aspectos do contexto histórico e socioeconômico, com base em cinco princípios fundamentais: desenvolvimento da

vida, agência humana, tempo histórico, local geográfico, tempo de decisão e vidas ligadas (BENGTSON; ELDER JR.; PUTNEY, 2005; ELDER JR; JOHNSON; CROSNOE, 2003).

Ao incluir a Perspectiva do Curso da Vida no quadro de referência, assume-se que:

[...] a perspectiva do curso da vida considera que a transição à aposentadoria ocorre como um estágio da vida e argumenta que a história de um indivíduo, os atributos, bem como os contextos da transição, influenciam os caminhos tomados para realizar esta transição (WANG; SHULTZ, 2010, p.177).

Esta perspectiva ratifica a visão da necessidade de se conceber a aposentadoria enquanto processo e, ao mesmo tempo, esclarece, nesta tese, o processo de transição por que passam os indivíduos ao considerar não apenas as trajetórias profissionais mas também aspectos particulares, presentes em comportamentos e características individuais, a interdependência das esferas da vida em uma perspectiva familiar, além de aspectos macrosociais que interferem nesta transição e se consolidam como modificações formadas ao longo do tempo.

- **Aposentadoria como estágio de desenvolvimento de carreira**

O relacionamento da aposentadoria com a carreira é uma outra possibilidade de conceituação encontrada na literatura. Aqui, em vez de um fim da carreira, a aposentadoria é percebida como uma espécie de “estágio” de desenvolvimento do indivíduo, enfatizada pelo potencial de crescimento e recompensas adquiridas com sua chegada (KIM; HALL, 2012; WANG; SHI, 2014). Nesta perspectiva, o próprio indivíduo assume papel central na progressão de seu desenvolvimento e procura levar em consideração suas metas pessoais em relação ao trabalho e às atividades que deseja experimentar na aposentadoria, ou seja, faz um balanço entre o potencial da carreira e aquilo que almeja. Para essa nova configuração adota-se o nome de modelo de carreira proteana (NEVES; TREVISAN; JOÃO, 2013).

Por esta razão, frequentemente, os estudos desenvolvidos sob essa perspectiva focam no trabalho obtido após a aposentadoria (*bridge employment*) e no comportamento relacionado ao trabalho, na vida, como aposentado. A pesquisa de Shultz e Wang (2008) demonstrou que é possível encontrar três níveis de fatores que impactam no desenvolvimento da carreira: individualidade (envelhecimento físico e cognitivo), emprego (necessidades tecnológicas requeridas e o fato de lidar com trabalhos estressantes) e organizacional (clima percebido relacionado a discriminação pela idade) (WANG; SHULTZ, 2010).

- **Aposentadoria como parte da administração de recursos humanos**

Como parte da gestão de recursos humanos, a visão de Wang e Schultz (2010) enfatiza uma preocupação da organização no sentido de gerenciar sua força de trabalho com vistas à manutenção do alcance dos objetivos organizacionais. Desse modo, a gestão procura estar atenta às alterações oriundas da prática sistemática de aposentadoria e ao estabelecimento de políticas que garantam o funcionamento eficaz e a sobrevivência da organização, como por exemplo, fornecimento de incentivos à aposentadoria antecipada ou benefícios adicionais para o seu retardamento, jornadas de trabalho mais flexíveis ou mudança de funções para aqueles que se aproximam desta fase, assistência médica pós-aposentadoria como uma retribuição pelo compromisso com a organização etc. (WANG; SHULTZ, 2010).

No contexto nacional, Helal, Nóbrega e Lima (2017) desenvolveram um trabalho que, ao seu final, defendem um papel mais ativo para a Gestão de Pessoas, tratando a aposentadoria como uma construção processual e a partir de suas múltiplas dimensões, voltando o olhar para questões relacionadas à multiplicidade de gerações no ambiente organizacional e à possibilidade de formação de espaços de aprendizagem, combate ao ageísmo e o desenvolvimento de programas de preparação para a aposentadoria.

Para ilustrar esses quatro *frameworks* teóricos, apresenta-se a seguir o Quadro 1 com um breve resumo das principais abordagens utilizadas pela Academia sobre a aposentadoria. Na primeira coluna são indicados os principais conceitos associados ao fenômeno; na coluna seguinte explicitadas as ideias centrais que esclarecem os respectivos conceitos; na terceira são destacados alguns modelos e teorias que têm sido utilizados e, por fim, na quarta coluna, são reunidos alguns estudos que demonstram como as pesquisas têm sido operacionalizadas tomando como base essas diferentes perspectivas.

Quadro 1 - Conceitos de aposentadoria, teorias correspondentes e exemplos de pesquisas.

Conceito	Ideia central		Teorias e modelos correspondentes	Autores de referência internacionais
Aposentadoria como processo de decisão	Quando os trabalhadores decidem se aposentar, orientam-se para, gradualmente diminuir seu compromisso psicológico com o trabalho. Em contrapartida, voltam-se mais as outras atividades da vida como lazer, família etc.		Teoria da escolha racional Teoria da imagem Teoria do papel Teoria do comportamento planejado Teoria da expectativa	Cron; Jackosky; Slocum (1993) Feldman (1994) Talaga; Beehr (1995) Hatcher (2003) Kim (2003)
Aposentadoria como processo de ajuste	Transição para a aposentadoria	Neste contexto, ressalta-se que mais importante do que a decisão em si são as características do processo de transição enraizadas nesta decisão, seja antes ou após a aposentadoria	Teoria da continuidade Teoria do papel Teoria do curso da vida	Wang (2007) Kim; Feldman (2000) Adams; Prescher; Beehr; Lepisto (2002) Gal; Evans; Howard, (1997)
	Trajetória pós-aposentadoria			
Aposentadoria como estágio de desenvolvimento de carreira	Compreendida como um estágio final de desenvolvimento de carreira que reconhece o potencial contínuo de crescimento e renovação das carreiras da vida de um aposentado		Modelo de carreira proteana Modelo de desenvolvimento de carreira de aposentado	Freund; Baltes (1998) Shultz; Wang (2008) Kim; Hall (2012)
Aposentadoria como parte de administração de recursos humanos	Enfatiza os valores da gestão de aposentadoria com vistas ao alcance dos objetivos organizacionais		Teoria geral dos sistemas Teoria do contexto social	Birati; Tziner (1995) Greller; Stroh (2003)

Fonte: Adaptado de Wang e Shultz (2010, p.175).

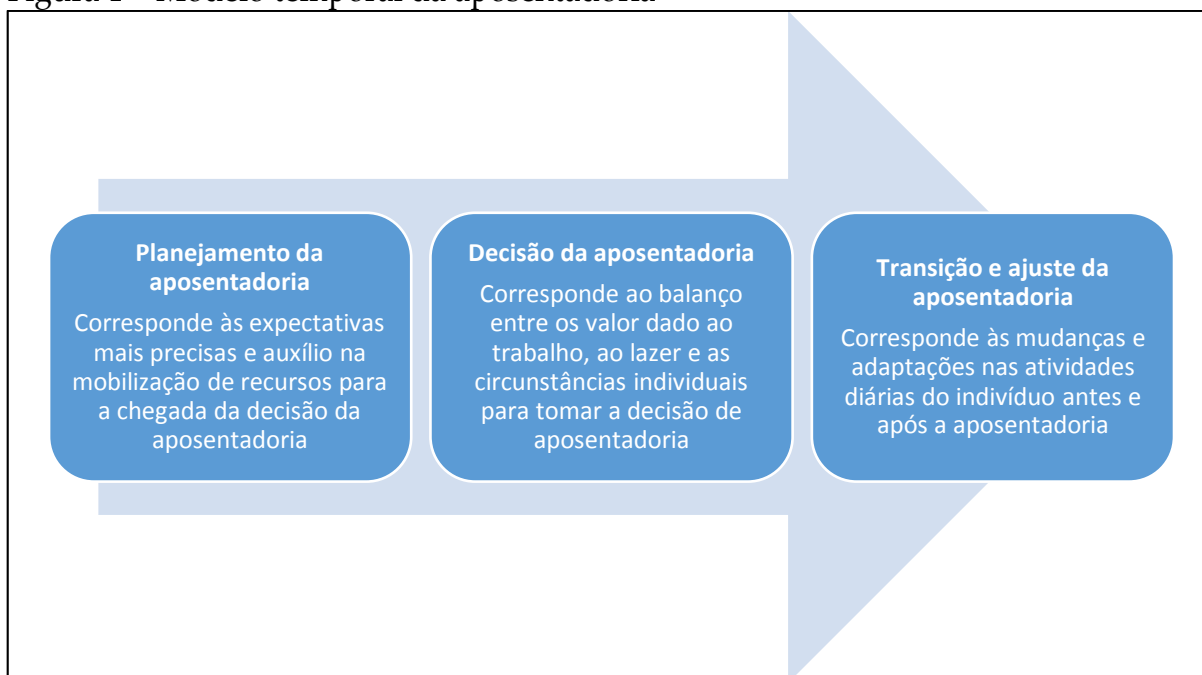
Na seção seguinte apresentam-se e discutem-se os três principais modelos teóricos advindos da área da psicologia e adotados pela área de administração com vistas ao estudo da aposentadoria. Tais modelos serviram de base para a elaboração do quadro de referência adotado para o estudo dos indivíduos na presente tese.

2.3 Modelos teóricos da aposentadoria

O modelo denominado de processo temporal de aposentadoria tem como fundamento a ideia de que a aposentadoria geralmente corresponde a uma sequência de três etapas: a) planejamento da aposentadoria; b) decisão da aposentadoria; c) transição e ajuste da aposentadoria (SHULTZ; WANG, 2011; WANG; SHI, 2014; WANG; SHULTZ, 2010).

No primeiro modelo, representado pela Figura 1, a primeira etapa, denominada de **planejamento da aposentadoria**, é caracterizada pelo momento em que o indivíduo começa a discutir com amigos, colegas de trabalho e familiares acerca da chegada da aposentadoria. Aqui são geradas as primeiras expectativas e são buscadas informações para auxiliar a etapa seguinte. Na etapa da **decisão da aposentadoria**, o indivíduo procura estabelecer uma comparação, a partir da importância dada ao trabalho e ao lazer, em relação às circunstâncias individuais que o levam a essa decisão. Por fim, a etapa da **transição e ajuste da aposentadoria** corresponde ao momento em que o sujeito, já aposentado, procura se adaptar à nova rotina, geralmente marcada por atividades de lazer, mais atenção à família, às atividades religiosas, ao trabalho voluntário etc. (WANG; SHI, 2014).

Figura 1 – Modelo temporal da aposentadoria

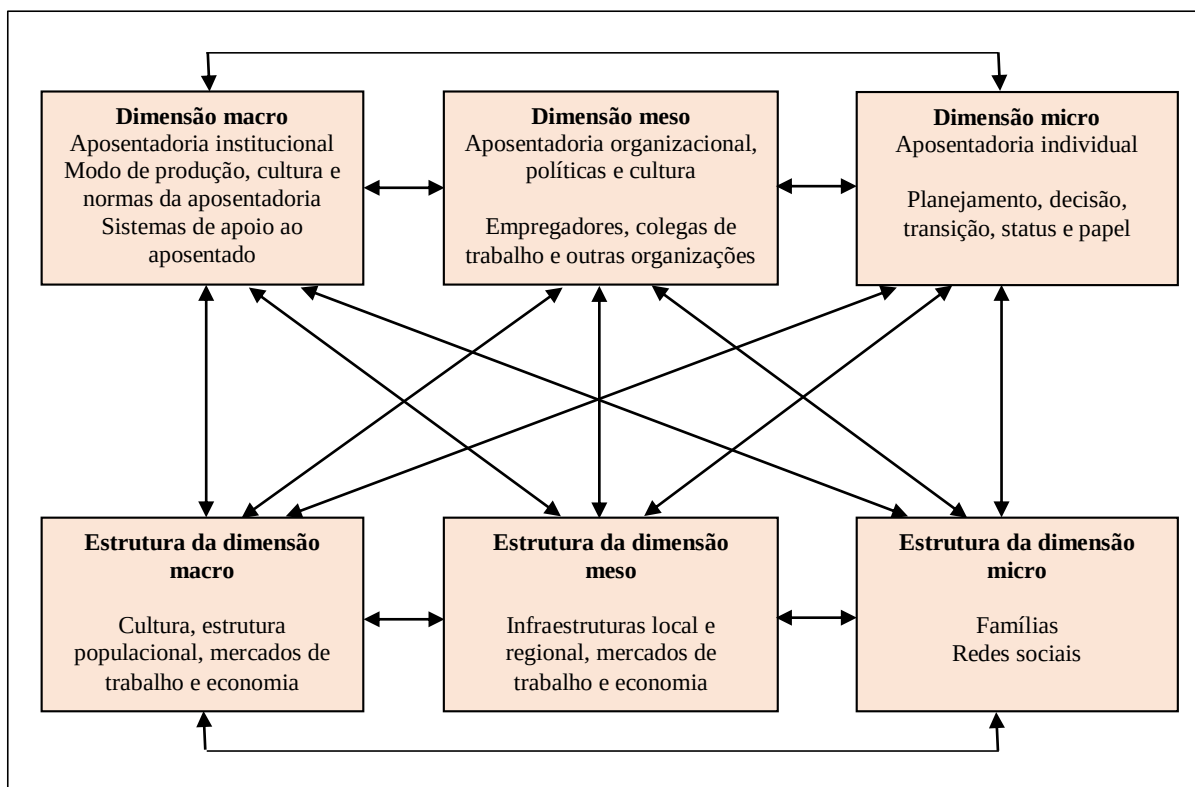


Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Wang e Shi (2014).

Muito embora o modelo apresentado ainda seja utilizado pelo potencial que possui de examinar a interdependência entre suas fases, cabe destacar que cada vez mais a insegurança no emprego e as características de flexibilidade associadas às carreiras modernas reforçam uma tendência de não-linearidade (descontinuidade) ao processo de aposentadoria (DUBERLEY; CARMICHAEL; SZMIGIN, 2014). Isto quer dizer que, sob certas circunstâncias, os indivíduos têm tomado decisões no sentido de antecipar a aposentadoria, retardar ou até mesmo se aposentar e continuar trabalhando, especialmente no Brasil, onde a legislação por enquanto, ainda permite tal situação.

O modelo multidimensional da aposentadoria (Figura 2) é originado da sociologia e preconiza que sua complexidade não pode ser totalmente compreendida por meio de apenas uma única dimensão de análise. Trata-se de um reconhecimento de que é necessário levar em consideração o contexto em que ocorre. Assim, são apresentadas três dimensões de análise: micro (individual ou biográfica), meso (institucional) e macro (societal) - que abrangem aspectos específicos e refletem a dinâmica do modelo por meio da inter-relação entre estes níveis (SILVERSTEIN; GIARRUSO, 2011; SZINOVACZ, 2003; 2013;).

Figura 2 - A perspectiva multidimensional da aposentadoria



Fonte: Szinovacz (2013, p.153)

Na dimensão micro, manifesta-se como um conjunto de experiências reunidas por um indivíduo ao longo do processo de aposentadoria, que contempla as etapas da pré-aposentadoria até a pós-aposentadoria. São as decisões determinadas no contexto individual baseadas em atitudes e comportamentos, conduzindo à saída do mercado de trabalho.

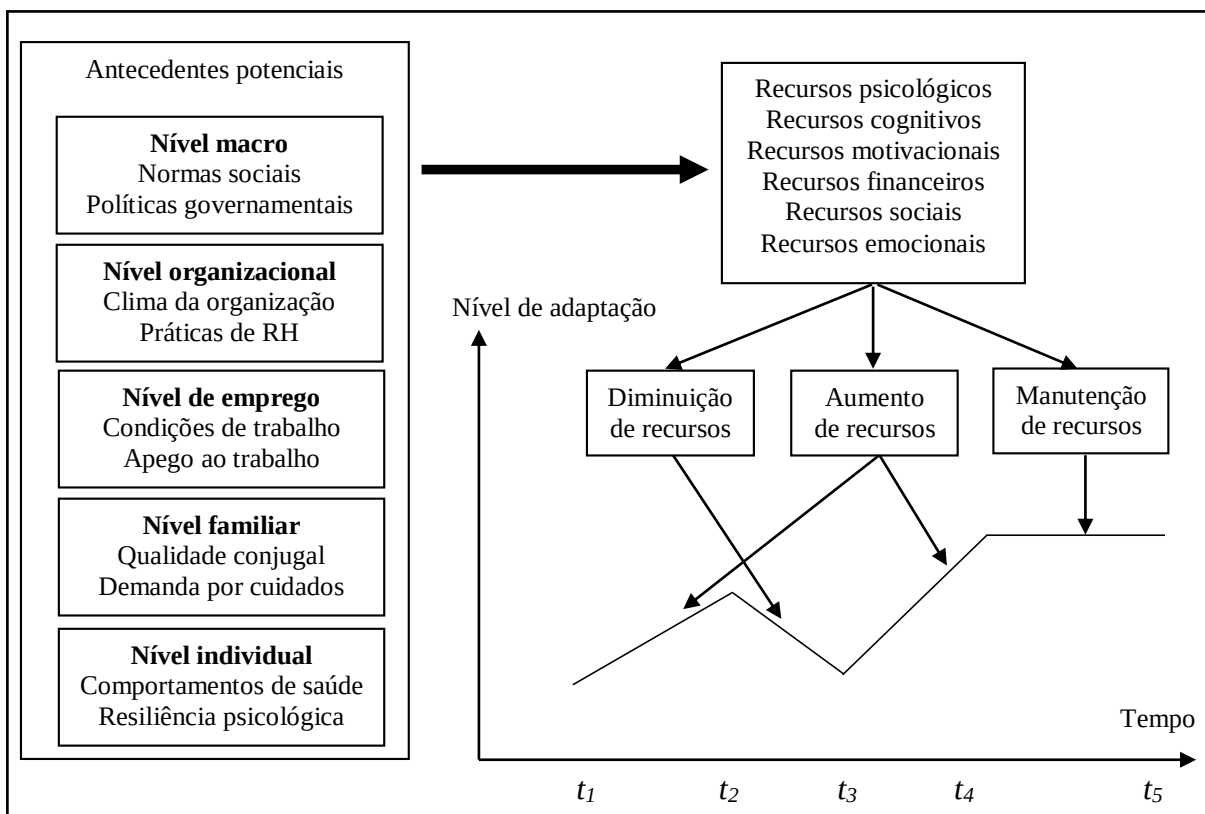
Na dimensão meso, a aposentadoria é concebida como um conjunto de normas, políticas e culturas inseridas em nível organizacional, manifestadas explícita e implicitamente, seja por intermédio da concessão de benefícios e expectativas geradas com a chegada da aposentadoria, da valorização e reconhecimento do indivíduo pela dedicação à organização, seja pelas imagens negativas, estereótipos e discriminações propagadas por colegas no ambiente de trabalho em relação aos mais idosos etc.

Na dimensão macro, a aposentadoria é concebida como uma instituição, ou seja, como uma estrutura condicionada cultural, econômica e socialmente. São as leis que determinam a idade de aposentadoria, as condições econômicas do país que influenciam o indivíduo a retardar a aposentadoria, os sistemas de apoio ao aposentado, os valores compartilhados por uma sociedade, enfim, são aspectos que, embora influenciem a aposentadoria e sua transição, situam-se fora do seu controle.

Além de sua complexidade em relação ao modelo temporal, a perspectiva multidimensional se destaca por servir como “um *framework* teórico geral para buscar e examinar antecedentes potenciais que podem ser usados para compreender e prever o processo de aposentadoria” (WANG; SHI, 2014, p. 218).

O modelo dinâmico, baseado em recursos, (Figura 3) permite o estudo do processo de ajuste da aposentadoria longitudinalmente e preconiza que tal adaptação ocorre em função da capacidade que um indivíduo possui para acessar diferentes recursos (físicos, cognitivos, motivacionais, financeiros, sociais, emocionais). Assim como o modelo multidimensional, esses recursos são provenientes de distintos níveis de análise (social, organizacional, de empregabilidade, familiar e individual), mas variam em virtude de as atenções estarem direcionadas ao impacto que a aposentadoria tem sobre o bem-estar do aposentado, em vez de enfatizar os aspectos positivos ou negativos (WANG; HENKENS; van SOLINGE, 2011; WANG; SHI, 2014).

Figura 3 - Modelo dinâmico baseado em recursos para o processo de ajuste da aposentadoria



Fonte: Wang; Henkens; van Solinge (2011)

Os três modelos apresentam distintas maneiras de estudar o processo de aposentadoria. Entende-se que sua complexidade não consegue ser plenamente verificada pela análise de uma

dimensão isolada ou tratando seu processo como uma sequência de etapas que ocorrem de maneira uniforme.

Desse modo, para o estudo do processo de aposentadoria, propõe-se uma visão alternativa cuja estrutura teórica seja integrada e considere a perspectiva do curso da vida para compreender como são formadas e estruturadas as representações sociais dos indivíduos na passagem da pré-aposentadoria para a pós-aposentadoria.

2.4 Quadro de referência sugerido para o estudo do processo de aposentadoria

Para a discussão do quadro de referência elaborado para esta tese, assume-se inicialmente que a aposentadoria necessita ser concebida enquanto um processo (BEEHR, 1986; BEEHR; ADAMS, 2003; SILVERSTEIN; GIARRUSSO, 2011; SZINOVACZ, 2003, 2013; VAN SOLINGE, 2013; WANG; SHULTZ, 2010), por entender que sua construção ocorre pelo indivíduo ao longo do tempo, mesmo que sua tomada de decisão seja cronologicamente determinada. Argumenta-se que, cada vez mais, as mudanças na concepção do envelhecimento, decorrentes da reestruturação demográfica, apoiam essa visão, transformando a antiga concepção da aposentadoria enquanto fim, para outra mais dinâmica, em que se permite até mesmo o retorno ao trabalho.

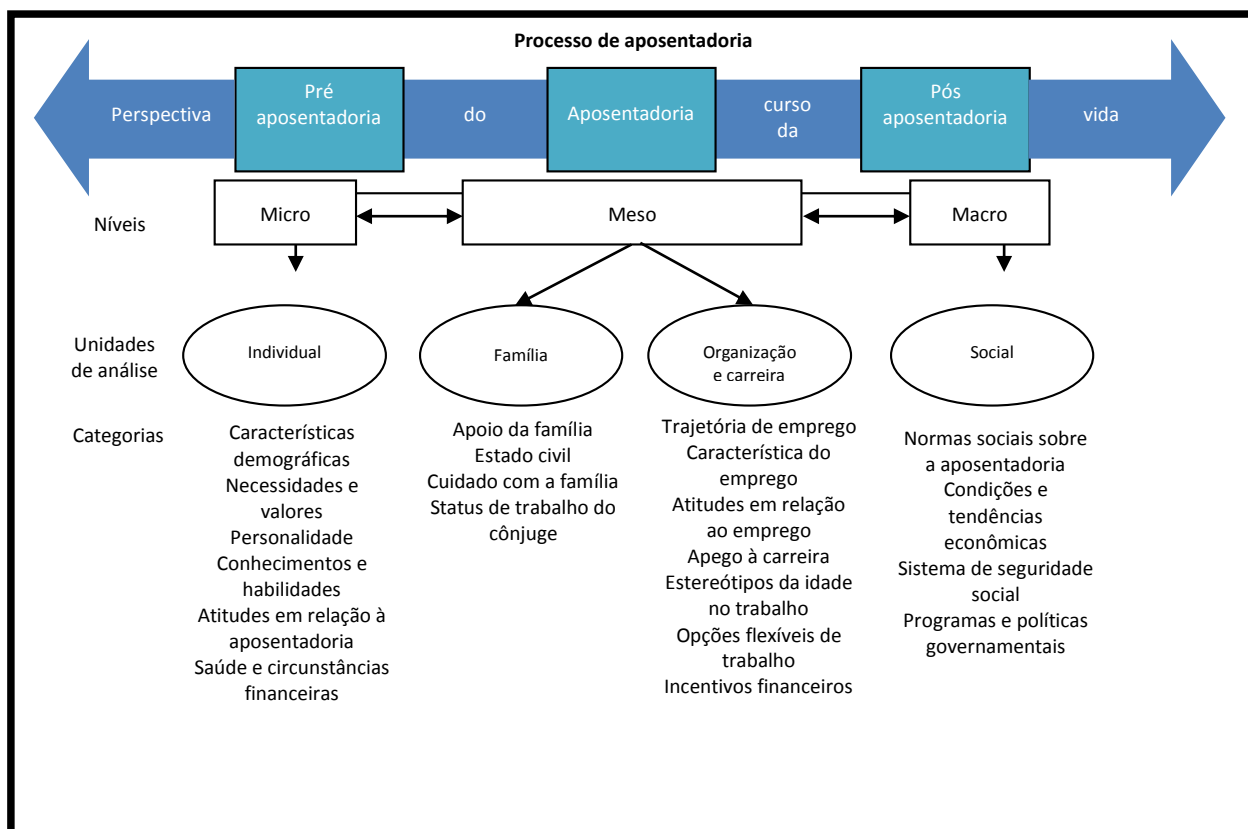
Esse caráter de não linearidade que molda a atual realidade dinâmica da vida social e que se reflete no trabalho, antes, durante e após a aposentadoria, valoriza o uso da perspectiva sociológica do curso da vida, ao introduzir características contidas nesse processo configuradas histórica e socialmente (BENGTSON; ELDER JR; PUTNEY, 2005; ELDER JR., 1988).

O conceito de curso da vida está centrado na noção de que ocorre um conjunto de eventos em sequência socialmente definidos e papéis que o indivíduo desempenha ao longo do tempo (GLEN; KIRKPATRICK; CROSNOE, 2003); para isso, esse conceito enfatiza a ligação entre o indivíduo e o contexto sócio histórico em que vive.

Segundo França (2009), tanto a história individual quanto o contexto podem criar “caminhos” para a transição, determinando os significados e moldando as histórias antes e durante a transição para a aposentadoria. Esta orientação teórica permite, por exemplo, que trajetórias, individuais ou coletivas dos sujeitos, sejam relacionadas a contextos variados, determinadas por forças individuais (dimensão micro), institucionais e familiares (dimensão meso) e sociais (dimensão macro) capazes de moldar a formação e a estrutura das representações sociais, marcadas por experiências de vida ao longo do processo de

aposentadoria. Os três níveis de análise reforçam a necessidade de se estudar esse processo em uma perspectiva multinível, uma vez que as diferentes unidades de análise se influenciam mutuamente e caracterizam, no tempo e espaço, as diferentes formas de configuração das representações sociais.

Figura 4 - Quadro de referência multidimensional para o estudo da aposentadoria



Fonte: Adaptado de Silverstein e Giarrusso (2011); Szinovacz (2013; 2003); Wang e Shultz (2010).

Graficamente, o quadro de referência (Figura 4) é composto por uma seta na parte superior da figura que representa a trajetória do tempo em dois sentidos, uma vez que é possível caminhar da pré-aposentadoria para a pós-aposentadoria e vice-versa, através da volta ao mercado de trabalho, por exemplo. Esse duplo sentido insere-se num contexto atual de (des)padronização da aposentadoria, cujas características são sentidas individualmente e determinadas socialmente.

No segundo plano do quadro, ressaltam-se os níveis de análise, que, segundo Szinovacz (2003; 2013), Silverstein e Giarrusso (2011) e Wang e Shultz (2010) estão associados às unidades de análise que foram empregadas no estudo; assim, o nível micro refere-se aos aspectos individuais ou biográficos; o nível meso corresponde aos aspectos familiares e

organizacionais/carreira; e o nível macro às condições sociais, políticas, econômicas e culturais, que influenciam o processo de aposentadoria.

A descrição da figura encerra-se com as categorias estabelecidas no terceiro plano correspondente aos respectivos níveis.

3. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Nesse capítulo apresenta-se a Teoria das Representações Sociais, selecionada para oferecer sustentação teórica ao estudo e tornar possível a compreensão do objeto de pesquisa. Discorre-se sobre sua origem no Brasil, o uso de suas perspectivas teóricas e seus desdobramentos, bem como as pesquisas desenvolvidas sobre aposentadoria.

3.1 Origem e sua inserção no Brasil

A Teoria das Representações Sociais (TRS), como forma sociológica de Psicologia Social, foi originalmente concebida por Serge Moscovici, em 1961, com a publicação da obra *La Psychanalyse: Son image et son public*¹ e pode ser compreendida como um aprimoramento da noção de Representações Coletivas (RC) proposta por Durkheim, que ao tratar da religião, do mito, da magia e dos costumes como protagonistas de suas representações, distanciou o estudo das representações individuais (do âmbito da psicologia) do estudo das representações coletivas (do âmbito da sociologia). Aquele, ao contrário deste, além de superar a dualidade entre os aspectos psicológicos e os sociais, atribuiu ao estudo das representações sociais (RS) um caráter de cientificidade e as relacionou à complexidade das sociedades modernas, marcadas, notadamente, pela dinâmica política, social, econômica e cultural (ALEXANDRE, 2004; FARR, 2013).

Vale lembrar que, durante o período de sua concepção, a Psicologia Social era fortemente influenciada pelo contexto anglo saxão, cujo pensamento repousava sobre os aspectos individuais em detrimento dos aspectos sociais, e apoiava-se principalmente por métodos experimentais (GUARESCHI, 2000). Se, por um lado, o estudo das RS ganhou força ao criticar os pressupostos positivistas e funcionalistas das teorias do *mainstream* da época que se mostraram incapazes de explicar a realidade sob determinadas dimensões (JODELET, 2001), por outro, no contexto britânico, as críticas em relação à teoria advinham, principalmente, da aparente falta de uma agenda crítica, do determinismo social, do reducionismo cognitivo e das ambiguidades teóricas.

Embora o debate tenha sido salutar para o refinamento da teoria, é possível que algumas das críticas tenham sido provenientes da dificuldade em compreender o complexo, dinâmico e

¹ Tradução: A psicanálise: sua imagem e seu público.

dialético relacionamento entre as agências individuais e as estruturas sociais que compõem o núcleo da TRS (VOELKLEIN; HOWARTH, 2005). Foi justamente a superação dessa dicotomia pela teoria que a permitiu avançar nas ciências humanas e sociais e obter a adesão de diversos pesquisadores, especialmente no Brasil.

A inserção das primeiras pesquisas sobre RS no Brasil ocorreu no início da década de 1980, como consequência do retorno de pesquisadores venezuelanos e brasileiros, especialmente do nordeste, que frequentaram durante os anos 1970 a *École de Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESC) em Paris, palco de debates e reflexões acerca de problemas relacionados à resistência, à repressão, característicos dos países na época (ALMEIDA, 2009; SÁ; ARRUDA, 2000).

A dificuldade de expansão imediata da teoria no Brasil, segundo os mesmos autores, foi uma resposta à crise instaurada na Psicologia Social, que se dividia entre a perspectiva marxista e os processos intrapessoais e interpessoais, e à localização geográfica das universidades, situadas no Nordeste e no Centro-Oeste, pioneiras na introdução da teoria, consideradas tanto periféricas em relação ao eixo Rio-São Paulo, quanto à produção científica nacional daquele momento histórico.

Desde os primeiros estudos sobre as RS no Brasil, vários trabalhos foram desenvolvidos no sentido de apresentar um panorama da produção científica no referido campo. Pode-se destacar Arruda (1987), que divulgou um levantamento da produção nordestina; Sá e Arruda (2000) que procuraram levantar a produção brasileira sobre RS entre 1988 e 1997; Camargo, Wachelke e Aguiar (2007), estudiosos que, para mapear o campo das pesquisas sobre as RS, cobriram o seu desenvolvimento metodológico entre 1998 e 2005 nas jornadas internacionais; Silva, Camargo e Padilha (2011), buscando analisar os aspectos metodológicos empregados nas teses e dissertações na área de enfermagem; Santos, Morais e Acioli Neto (2012), tomando como referência para analisar a produção científica em RS as dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação em Pernambuco; Martins, Rocha e Antunes-Rocha (2014) que identificaram e caracterizaram os grupos de pesquisa cadastrados na plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) os quais desenvolvem estudos com a TRS; e, mais recentemente, Collares-da-Rocha, Wolter e Wachelke (2016) analisando 55 artigos entre 1996 e 2015 sobre a TRS, publicados na Revista Psicologia & Sociedade.

De modo geral, os trabalhos atestam que a TRS tem se mostrado um terreno em franca expansão para pesquisas no Brasil, especialmente nas áreas de psicologia, educação e enfermagem. Por outro lado, essa mesma ampliação fornece, para muitos, uma falsa impressão:

a de que tudo pode ser representação social. Para desmistificar essa ideia, na seção seguinte, esclarece-se melhor sobre tal mal entendido.

3.2 Perspectivas teóricas e metodológicas em representações sociais

Algumas críticas e incompreensões marcaram o surgimento da TRS (LITTON; POTTER, 1985; MCKINLAY; POTTER, 1987). Sobre sua suposta controvérsia teórica que implicaria dificuldades para aplicação, em um dado momento a TRS chegou a ser denominada de “um conceito em busca de teoria” (POTTER; LITTON, 1985). Mas, afinal, em que se constitui uma representação social?

Segundo uma clássica definição, a representação social é “uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p.22). Ao tratá-las como tal, é importante destacar, todavia, que nem todo conhecimento se constitui em uma representação social, mas apenas aquele que faz parte da vida cotidiana, que atua interpretando, refletindo e agindo sobre a realidade, que se cria e se recria pelo senso comum (ALEXANDRE, 2004). Quanto à noção de senso comum, cabe ressaltar uma importante observação que é o pano de fundo sobre o qual repousa a perspectiva das RS, pois o contexto no qual se desenvolvem, retrata “uma mudança historicamente decisiva da gênese do nosso senso comum – o de socialização das descobertas científicas” (DURAN, 2012, p.232).

Pelo que se percebe, Moscovici (2013) reage contra o conhecimento científico que menospreza o conhecimento do advindo da experiência e das práticas do dia a dia que se revelam através da comunicação e da linguagem. Ao rechaçar tal postura, há nitidamente uma tentativa de esquivar-se da (re)produção de um saber científico, que considerava paradoxal, para um encontro com um saber (re)elaborado e (re)adaptado para um contexto social específico. Assim, ocorre uma significativa mudança de atitude que valoriza a importância do saber coletivo nascido do cotidiano e que atua como vetor de mudanças sociais.

Na Figura 5, é possível verificar, de forma ilustrativa, a distinção entre esses dois modos de pensar. De um lado, os universos consensuais, cujos atores são “amadores do saber”, aqueles que detêm o saber popular e que, por meio de suas consciências coletivas, criam e reelaboram suas representações. De outro, os universos reificados, representados pelos que detêm o conhecimento científico, em que a ciência é designada para retratar a realidade racionalmente, independente da consciência.

Figura 5 – Universos consensuais x universos reificados

Universos consensuais	Universos reificados
Indivíduo, coletividade	
<i>Opus proprium</i>	<i>Opus alienum</i>
Nós	ELE
Sociedade = grupo de iguais, todos podem falar com a mesma competência	Sociedade = sistema de papéis e classes diferentes – direito à palavra é desigual
Universos consensuais	<i>Experts</i>
Sociedade de “amadores”, curiosos:	Universos reificados
Conversação, cumplicidade, impressão de igualdade, de opção e afiliação aos grupos	Sociedade de especialistas:
Conhecimento parece exigência de comunicação	Especialidade – grau de participação
	Normas dos grupos – propriedade do discurso e comportamento
- alimentar e consolidar o grupo	Unidade do grupo por prescrições globais, não por entendimentos recíprocos
Representações sociais	- divisão por áreas de competência
- senso comum, consciência coletiva	Ciência
	- retratar a realidade independente de nossa consciência
- acessível a todos; variável	- estilo e estrutura frios e abstratos

Fonte: Arruda (2002, p.130)

Ao tratar do conhecimento popular como um modo de conhecimento característico da realidade social, as RS estão situadas em **nível de fenômeno**, que é considerado o mais elementar das RS; em **nível de teoria**, são concebidas como um conjunto de conceitos, definições metodológicas e formulação de construtos de RS; já em **nível de meta-teoria**, referem-se a um conjunto de comentários, críticas, respostas, refutações e comparações com modelos teóricos emergentes de um debate crítico da teoria das representações sociais (DE ROSA, 1995). Observa-se, assim, uma importante distinção entre o pragmático e o sistemático, pois “enquanto o fenômeno das representações sociais refere-se a teoria leigas, empregadas para organizar a ação cotidiana e a compreensão que os leigos têm do seu mundo, a teoria das representações sociais estabelece definições e pressuposições para que realizemos um estudo científico destas teorias do senso comum” (CAMARGO, WACHELKE; AGUIAR, 2007, p.184):

- **Perspectivas teóricas**

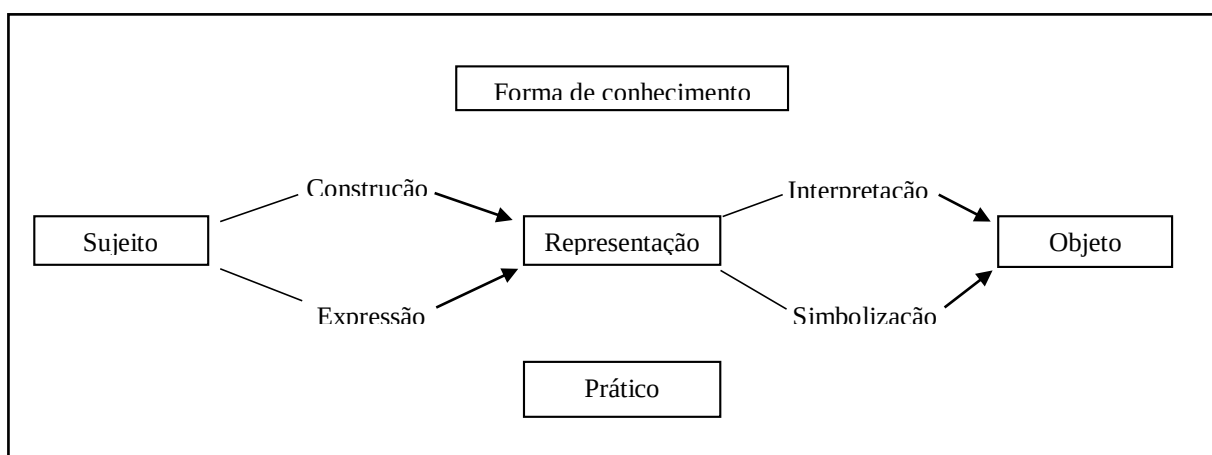
Encontra-se em Moscovici (2013) a principal referência e a denominação de “grande teoria” (SÁ, 1996; SÁ, 1998), cuja concepção é pautada na noção de “reabilitação do conhecimento comum”, ou seja, na (re)valorização do conhecimento considerado espontâneo,

baseado nas experiências do cotidiano, na comunicação e nas práticas do dia a dia. Com o seu natural amadurecimento, acolheu vários desdobramentos em termos de abordagens teóricas que complementam a concepção original de Moscovici, sendo três as correntes principais.

A perspectiva de Jodelet (2001) é considerada mais fiel à concepção tradicional e, segundo Sá (1998), mais relacionada aos métodos ditos qualitativos. A título de ilustração, sua perspectiva pode ser compreendida por meio da Figura 6, que apresenta o campo de estudos da representação social. É possível verificar, no centro verticalmente, que as RS são consideradas uma modalidade de conhecimento empírico situando o senso comum como conhecimento legítimo e como vetor de mudanças sociais (ênfase na natureza e pressupostos epistemológicos do conhecimento), enquanto que horizontalmente, são também relacionadas às formas pelas quais são elaboradas pelos sujeitos, levando em conta o contexto em que surgem e circulam, e expressas a partir de uma realidade intra-individual em que é sempre interpretada (funcionalidade) (SPINK, 1993).

Cabe ainda destacar que, ao relacionar as RS às formas de conhecimento empírico, algumas funções podem ser explicitadas, a saber: função social (que direciona as condutas e as comunicações); função afetiva (que protege e legitima as identidades sociais); e a função cognitiva (que é responsável por tornar o não familiar em familiar) (SPINK, 1993).

Figura 6 - O campo de estudos da representação social



Fonte: Spink (2013, p. 96).

As pesquisas sobre RS são, ainda frequentemente guiadas pela indicação de duas orientações que se destacam em termos de direcionamentos teóricos e que, conseqüentemente, conduzem as escolhas metodológicas presentes nas investigações. A primeira está voltada para os aspectos histórico-culturais e busca compreender os processos formadores e mantenedores das RS, presentes nas interações entre os indivíduos e os grupos sociais. A segunda, mais

voltada para as questões estruturais das RS, compartilhadas tanto em nível cognitivo quanto linguístico (NASCIMENTO-SCHULZE; CAMARGO, 2000).

Em relação aos aspectos formadores das RS, encontram-se dois processos sócio cognitivos que dão origem às RS, denominados ancoragem e objetivação. O primeiro diz respeito ao enraizamento social da representação, ou seja, agrega-se o desconhecido ao que já é conhecido, o não familiar ao familiar, o estranho ao que é natural, a partir da realidade social vivenciada, cuja função é a união cognitiva do objeto representado ao sistema de pensamento preexistente do indivíduo. O segundo refere-se ao processo de materialização de conceitos abstratos em realidades concretas, ou seja, transfere-se o que se encontra em nossa mente (ancorado) em algo que exista no mundo real, em que se pode ver, tocar e, conseqüentemente, controlar. Em resumo, enquanto a ancoragem é responsável por sua significação, a objetivação é responsável por criar a representação em si. Embora contraditórios, os processos são complementares e determinantes para que compreendamos como as RS funcionam (MOSCOVICI, 2013).

A linguagem também assume um papel de destaque para a formação das RS. Ao discutir tais questões, busca-se resgatar o conceito de dialogicidade, compreendida como uma “característica ontológica da mente humana de conceber, criar e comunicar realidades sociais através do mútuo engajamento do Ego e do Alter, no pensamento e na comunicação” (MARKOVÁ, 2006, p. 18) e que auxilia na reflexão sobre como tais pensamentos e linguagens são usados pelos sujeitos sociais com vistas à elaboração e (re)elaboração simbólica da realidade social e do conhecimento atribuído ao senso comum.

Uma outra orientação teórica diz respeito ao aspecto estrutural das RS e nos remete a Jean Claude-Abric e à Teoria do Núcleo Central (TNC), cuja concepção buscou trazer uma explicação para o fato de que as representações são estáveis e móveis, flexíveis e rígidas; e, também, são consensuais e marcadas por fortes diferenças interindividuais. A solução foi encontrada com a explicação da existência de uma estrutura dupla interna de uma representação que seria composta por um núcleo central (ou estruturante) e outro periférico, complementares e facilitadores da articulação das relações entre as representações e suas práticas sociais (sistemas de valores e normas sociais) (SÁ, 1996).

No sistema central estão representados os elementos consensuais definidores da representação e organizadores dos demais elementos, por esta razão têm tendência a serem mais estáveis, coerentes, resistentes à mudança e historicamente definidos. Já no sistema periférico situam-se os elementos mais particulares e individualizados de uma representação, portanto considerados menos estáveis em função das situações dinâmicas do cotidiano (SÁ, 1996).

- **Perspectivas metodológicas**

A TRS conseguiu, ao longo de seus pouco mais de 50 anos de existência, mostrar-se, conforme as palavras do próprio Moscovici, uma teoria “metodologicamente politeísta”, a exemplo de sua pesquisa sobre as representações da psicanálise, em que fez uso de um método de levantamento associado a uma análise de conteúdo e da pesquisa de Jodelet que, ao investigar as representações da loucura, baseou-se na etnografia e em entrevistas (DUVEEN, 2013).

Ainda sobre a variedade de abordagens encontradas nos estudos sobre RS, cabe destacar um artigo de Wagner et al (1999). Nesse trabalho, ao discutirem aspectos teóricos e metodológicos, esses autores apresentaram exemplos de estudos e investigações para os quais adotaram o método etnográfico, a entrevista, o grupo focal e material de mídia, o método de associação livre de palavras, o questionário ou o método experimental com uso de metáforas. Na TRS não há um método especialmente privilegiado, o que também não significa que todos sirvam para as investigações em RS e independam do seu enquadramento teórico-conceitual (FARR, 1993). A seleção de determinadas técnicas de coleta e análise de dados, além de depender da orientação teórica adotada, muitas vezes constitui-se de uma tradição proveniente da área.

O debate envolvendo métodos de pesquisa nos estudos sobre RS é intenso, e pelo fato de a TRS se propor a superar a dicotomia entre o individual e o social bem como entre o subjetivo e o objetivo, tem havido um esforço para se adotar uma abordagem metodológica consistente. O impasse é presente, por exemplo, entre Farr (1993), que apoia o uso de vários métodos, e Jodelet (1991), que sustenta que as opções metodológicas devem permitir a identificação das condições em que as RS surgem (WAGNER et al, 1999).

Ao se discutirem os métodos de pesquisa em RS, é preciso enfatizar, no entanto, que as RS não se constituem em uma abordagem metodológica. Segundo Camargo, Wachelke e Aguiar (2007, p.198), “quando se fala em métodos das representações sociais ou em representações sociais como uma abordagem teórico-metodológica, tem a indicação de um equívoco, uma confusão entre teoria e técnicas empregadas para o estudo do fenômeno do qual se ocupa”. Nesse sentido, Wagner et al. (1999) afirmam que, possivelmente, o mais importante é que as estratégias metodológicas levem em conta a complexidade dos fenômenos a serem investigados e “escutem” a diversidade de vozes.

3.3 Representações sociais e aposentadoria

As representações sociais da aposentadoria são, particularmente importantes, pelo fato de que a dinâmica de sua formação pelas pessoas percorre uma trajetória que caminha entre o saber individual e o saber social, que se constrói histórica e socialmente, portanto tais conhecimentos permitem se ligar à realidade, tornando essas pessoas possuidoras de uma visão de mundo particular que contribui para suas identidades (WACHELKE; CAMARGO, 2007).

Como objeto de estudo, a aposentadoria pode ser concebida como um desses processos sociais, que pela sua complexidade, apresenta-se ora como júbilo e recompensa, ora como castigo ou morte social (ROESLER, 2012). Além disso, ao se considerar, especificamente, os docentes, sejam eles pré ou pós-aposentados no contexto da pesquisa, verifica-se que diferentes gerações podem estar representadas, o que pode implicar processos de ancoragem e objetivação característicos que determinam como essas RS se configuram a partir das experiências vivenciadas pelos sujeitos.

Acredita-se que tais representações costumam ser expostas cotidianamente, pelos meios de comunicação, pelos discursos construídos entre os sujeitos e suas formas de conduta, sejam elas positivas ou negativas. Elas se manifestam na insegurança, na ansiedade, no medo e no constante adiamento da aposentadoria ou, por outro lado, por meio de sentimento de alegria e realização de dever cumprido com sua aproximação, influenciadas pelo modo como esses sujeitos se relacionam com o grupo do qual fazem parte e com os outros. Desse modo, a aposentadoria possa ser classificada como um fenômeno atual e do cotidiano, determinada pela denominação de “espessura social” (SÁ, 1998).

Embora os estudos sobre RS tenham encontrado um terreno muito fértil para o desenvolvimento de pesquisas no Brasil nas últimas décadas e tenham evoluído tanto quantitativa quanto qualitativamente, considera-se ainda muito escassos os trabalhos que se conciliam à aposentadoria (BEGER; DERNTL, 2005; CHUYKOVA; POLKINA, 2012; GRAEFF, 2002; LIBERATTI et al, 2015; LIBERATTI; MARTINS, 2012; MACÊDO; BENDASSOLI; TORRES, 2017; ROLAND-LÉVY; BERJOT, 2009; SILVA, 1999).

Percebe-se que essa carência se torna ainda mais evidente ao se procurar descobrir como a área de administração no Brasil tem se apropriado do tema. Durante o período de elaboração desta tese, ao se realizar uma busca na base eletrônica de dados Spell, que inclui trabalhos na área de administração, não foram encontrados artigos que tivessem ao mesmo tempo associadas as palavras-chave “aposentadoria” e “representações sociais”.

Entre os estudos encontrados que tratam da aposentadoria e representações sociais, pode-se citar o trabalho de Macêdo, Bendassolli e Torres (2017) que buscou analisar as representações sociais atribuídas à aposentadoria por servidores públicos federais, identificando os aspectos mais enfatizados pelos sujeitos investigados e suas implicações no processo de decisão. Os resultados indicaram a existência de padrões de significados de aposentadoria entre os pesquisados, estando a intenção de aposentar-se vinculada à ideia de usufruir o tempo e viver com mais qualidade e quanto ao adiamento, este se dá em resposta ao sentir-se atuante no trabalho, não ter atividades substitutivas, como forma de combate à ociosidade.

O estudo de Liberatti et al. (2015), publicado em uma revista científica da área de enfermagem, procurou analisar as RS da aposentadoria com enfermeiras docentes em uma universidade pública, cuja descoberta mostrou a representação da aposentadoria vinculada a uma expectativa de fazer o que se deseja e o sentimento de missão cumprida, mas, ao mesmo tempo, mostrou entre outros participantes, uma representação associada ao sentimento de frustração e decepção pela falta de reconhecimento pelo que desenvolveram ao longo do tempo.

O artigo de Chuykova e Polkina (2012), uma replicação de um trabalho anteriormente realizado na França por Roland-Lévy e Berjot (2009) com três categorias de sujeitos: estudantes, trabalhadores da ativa e aposentados, utilizando a técnica de associação livre de experiências, revelou diferenças significativas entre os dois grupos étnicos, bem como em relação aos participantes envolvidos.

Beger e Derntl (2005) investigaram o tema à luz das representações sociais, em que possível identificar por meio de entrevistas, o significado da aposentadoria do ponto de vista de um grupo de funcionários de uma instituição de ensino superior (IES). De certo modo, os resultados desse estudo confirmaram uma pesquisa anterior, desenvolvida por Graeff (2002), que demonstrou a ambivalência vinculada ao afastamento das atividades laborais, podendo a aposentadoria ser representada como sinônimo de perda ou uma nova perspectiva de recomeço. O trabalho pioneiro de Silva (1999) buscou identificar os conteúdos simbólicos das representações de idosos aposentados sobre seu cotidiano depois da aposentadoria.

Enfim, acredita-se que a TRS possa ainda oferecer algumas contribuições em termos de subtemas que, em alguma medida, podem se associar ao tema aposentadoria na área de administração. Como duas alternativas, citam-se: representações sociais e estereótipos e representações sociais e ideologia. Em ambos os casos, pesquisas podem ser elaboradas buscando explorar como os indivíduos constroem socialmente suas opiniões, crenças e atitudes acerca dos aspectos discriminatório (ageísmo) em relação àqueles que estão prestes a se aposentar ou já vivem nessa condição.

4. O PERCURSO METODOLÓGICO

Para se compreender como se configuram as representações sociais da aposentadoria em face das experiências vividas pelos docentes universitários pré-aposentados e pós-aposentados, optou-se pela Teoria das Representações Sociais como guia teórico-metodológico, o qual se mostrou capaz de potencializar a elucidação de um sistema de comportamentos, crenças, significados e atitudes socialmente elaborados, partilhados e enraizados pelos sujeitos.

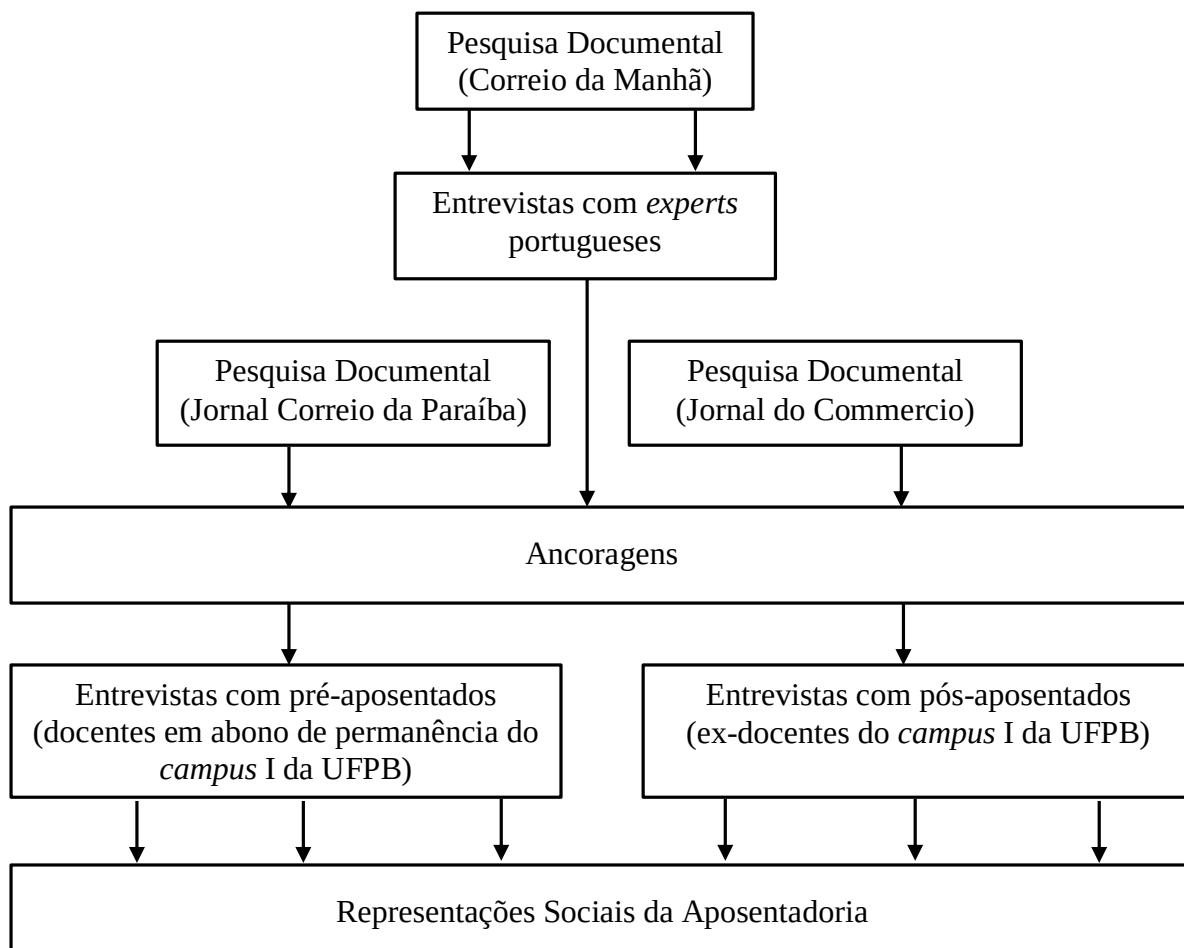
Ademais, por acreditar que uma postura epistemológica positivista seria incapaz de explicar adequadamente o fenômeno investigado, fez-se uso de uma abordagem epistemológica interpretativista, uma vez que tinha-se, *a priori*, a intenção de não apenas compreender a realidade social vivenciada pelos sujeitos, mas principalmente interpretá-la (SCHWANDT, 2013). Para isso, foi indispensável que o pesquisador se encontrasse no ambiente natural dos dados e, portanto, mais próximo do fenômeno, com vistas a explorá-lo com maior profundidade para melhor compreendê-lo, adotando-se o enfoque qualitativo como mais apropriado para a investigação (DENZIN; LINCOLN, 2006; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

Adiante, são apresentadas em seus pormenores as duas etapas que caracterizaram o percurso metodológico da tese, sendo a primeira realizada em Lisboa (Portugal), de caráter preliminar e mais exploratória, sob o âmbito do PDSE² (Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior) e a segunda, executada no *campus* I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), conforme Figura 7 a seguir.

Ambas as etapas caracterizaram-se por uma análise documental em jornal impresso, disponibilizado eletronicamente, e posteriormente, entrevistas semiestruturadas, seguindo a ideia original de Moscovi ao propor sua teoria.

² Programa financiado pela Comissão de Aperfeiçoamento Pessoal do Nível Superior (CAPES).

Figura 7 - *Design* sequencial da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

4.1 A coleta de dados em um jornal português

O jornal, enquanto meio de comunicação, sempre desempenhou um relevante papel no âmbito da sociedade. Mais do que informar, é capaz de proporcionar reflexões, influenciar pensamentos e inspirar ações, sendo talvez este, um dos principais motivos pelos quais tem sido usado em pesquisas que desejam captar as representações sociais de um determinado fenômeno (MOSCOVICI, 2013; ALLAIN; NASCIMENTO-SCHULZE; CAMARGO, 2009). Segundo Jodelet (2001, p.13), este tipo de comunicação tem sua importância para a constituição das RS pelos seguintes motivos:

É vetor da transmissão da linguagem e portadora de representações. Além disso, incide sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social, visto que engaja os processos de interação social, influência, consenso e dissenso e polêmica. Enfim, a comunicação concorre para forjar representações que, apoiadas numa energética social, são pertinentes à vida prática e afetiva dos grupos.

A escolha do jornal português, disponibilizado em seu formato eletrônico, ocorreu por meio de uma consulta realizada no sítio da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT), que até o terceiro bimestre de 2015, considerando o segmento informação geral, destacou os seguintes jornais diários, como os mais relevantes em número de circulação em Portugal: **o Correio da Manhã (328.023 exemplares)**, Jornal Destak (209.849 exemplares), Metro Portugal (208.856 exemplares), Jornal de Notícias (175.382), Público (107.476 exemplares), Diário de Notícias (47.907 exemplares) e I Informação (13.942) (Ver Apêndice F).

Cabe destacar que, pelo grande volume de matérias jornalísticas encontradas e por questões de limitação de tempo durante o estágio doutoral, foi adotada a estratégia de selecionar o jornal de maior circulação (Correio da Manhã) e apenas as manchetes dos domingos e quartas-feiras – o primeiro dia por, geralmente, ocorrer um panorama dos principais acontecimentos da semana, e o segundo, por representar um dia no meio da semana, quando frequentemente ainda se veiculam notícias dos dias anteriores. Essa escolha encontra-se respaldada em Bauer e Gaskell (2008), ao admitirem que as datas do calendário constituem-se em um importante referencial de amostragem confiável, de onde se pode extrair uma amostra estritamente aleatória.

4.2 O tratamento e análise das matérias jornalísticas

Após essa primeira filtragem, foram identificadas 197 matérias contendo as palavras-chave “pensões” e “aposentadoria”, que após a leitura do material empírico, foram reduzidas a 57 matérias que compuseram o *corpus* documental, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Quantidade de matérias selecionadas no jornal português por ano

Jornais	Ano						Total
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Correio da Manhã	2	7	3	16	21	8	57
Total	2	7	3	16	21	8	57

Fonte: Pesquisa realizada entre setembro e novembro de 2015.

Após a seleção das manchetes, o material passou por uma primeira leitura flutuante que buscou filtrar as notícias que realmente importavam. Posteriormente, em uma segunda leitura, mais intensiva, que resultou em 64 páginas de material empírico, selecionou-se os trechos que, mais tarde, foram classificados de acordo com os códigos que emergiram no processo. Essa descoberta permitiu associá-los às famílias (níveis de análise) micro, meso e macro.

O *software* de pesquisa qualitativa Atlas.ti, auxiliou o pesquisador no tratamento (seleção e classificação) dos códigos que são indicados mais adiante, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Níveis de análise, famílias e respectivos códigos elaborados pelo pesquisador no jornal analisado

Níveis de Análise	Famílias	Códigos
Micro	Aspectos individuais	Condições financeiras
Meso	Aspectos familiares	Geração “espremida”
	Aspectos organizacionais	Condições de trabalho
Macro	Aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais	Crise financeira do Estado Mudanças na legislação

Fonte: Elaborado pelo autor

As reflexões preliminares a partir da análise do material que foi submetido ao tratamento dos dados, permitiram a descoberta de quais representações sociais são construídas e transmitidas sobre as pessoas aposentadas pelo jornal português selecionado e que serviram como ancoragens para a etapa seguinte. Esse resultado preliminar foi apresentado em um seminário na cidade de Lisboa, no ISCTE-IUL, em dezembro de 2015, ao final do estágio doutoral e será detalhado no estudo de caso 1 no capítulo seguinte.

4.3 A fase de entrevistas com *experts* em Lisboa

As entrevistas com dois especialistas portugueses ocorreram no fim do mês de novembro de 2015, nos ambientes de trabalho dos pesquisadores, no Instituto do Envelhecimento (IE), o qual está vinculado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), e tiveram como objetivo compreender o processo de envelhecimento da sociedade portuguesa, suas implicações no processo de aposentadoria dos trabalhadores que vivenciam aquele contexto e, assim, descobrir possível ancoragens que pudessem .

O primeiro entrevistado, ainda na condição de pré-aposentado, atuava à época como docente e pesquisador, desenvolvia projetos e investigações em organizações portuguesas e do exterior sobre a temática do envelhecimento da mão de obra e seus impactos no cotidiano organizacional e, portanto, não só vivenciou a mudança demográfica do país, mas também conheceu as consequências do envelhecimento da sociedade da qual faz parte.

A primeira entrevista surgiu como uma consequência do agendamento de uma visita técnica ao IE, cujo objetivo fazia parte do projeto intitulado “Desvendando o processo de aposentadoria de servidores da Universidade Federal da Paraíba: imaginários e realidades”. A conversa transcorreu durante aproximadamente 30 minutos e seguiu sem um roteiro de perguntas definidas *a priori*, se equiparando ao que Godoi e Mattos (2006) denominam de entrevista conversacional livre, ou seja, um evento dialógico. Não obstante, foram feitos registros no diário de campo do pesquisador sobre os pontos abordados que serviram, mais tarde, para reflexão e análises.

Já o segundo encontro ocorreu mediante um agendamento prévio, durou aproximadamente 50 minutos, foi conduzido com o auxílio de um gravador e um roteiro semiestruturado. Não obstante tal preparação, o que se observou durante uma boa parte da entrevista foram estratégias adotadas pelo participante para se esvair dos questionamentos, cujas fugas e silêncios também foram fruto de anotações no diário de campo e puderam ser

analisadas qualitativamente. As reflexões e impressões oriundas dos dois momentos serão discutidas no capítulo seguinte.

4.4 O tratamento e análise das entrevistas com os *experts* portugueses

Com as entrevistas foi gerado um *corpus* de 25 páginas de material transcrito e 15 páginas de observações/anotações no diário de campo do pesquisador, onde além das narrativas, foram também destacadas as (longas) pausas, os desvios dos questionamento e os silêncios, no sentido de buscar, no momento de análise dos dados, os motivos que levavam àqueles comportamentos. Assim, ao adentrar no conteúdo latente, oculto e camuflado dos diálogos e dos não-diálogos, o pesquisador foi ser capaz de analisar os achados e obter algumas descobertas que, mais tarde, passaram a elucidar alguns dos silêncios captados durante as entrevistas.

Emergiram desses contatos dialógicos com os dois participantes, representações sociais da aposentadoria que de um lado demonstram a dificuldade dos portugueses idosos em lidar com situações como o idadismo, o choque cultural entre gerações, a desvalorização do reformado e a exclusão social, mas também preocupações em solucionar alguns desses problemas como, por exemplo, a solidariedade geracional e o fomento ao empreendedorismo entre os mais idosos entre outras, que serviram para complementar algumas representações sociais encontradas nas matérias veiculadas no jornal Correio da Manhã.

4.5 A coleta de dados nos jornais do Nordeste

A segunda etapa da pesquisa, ocorreu entre junho e outubro de 2016, no *campus* I da Universidade Federal da Paraíba e, assim como a anterior, também foi realizada por meio de uma investigação documental (em jornais da região Nordeste) associada a entrevistas semiestruturadas com docentes e ex-docentes (pré-aposentados e pós-aposentados), repetindo, de certo modo, o estudo clássico de Moscovi na obra *La Psychanalyse, son image et son public* (1961), quando da concepção de sua teoria. Esse segundo momento, teve como objetivo verificar se o fenômeno investigado no contexto local possuía características (representações sociais) semelhantes ou distintas das encontradas na etapa anterior em Lisboa.

Seguindo a recomendação de Pavarino (2004, p.137), foi selecionado para a pesquisa um jornal de João Pessoa-PB e outro de Recife-PE (Jornal Correio da Paraíba e Jornal do Commercio, respectivamente), levando-se em conta sua linha editoria e, principalmente, a proximidade do *locus* da pesquisa. Dessa forma, se evitou buscar jornais que embora fossem mais conhecidos do público e tivessem maior alcance por sua grande circulação nacional, se distanciavam da realidade local que se desejava compreender.

Nas pesquisas em jornais deve ser levado em consideração as regiões em que os jornais são produzidos, a linha editorial, o público que se espera atingir, quem realmente tem acesso às informações e se os conteúdos propostos são compreendidos.

O primeiro jornal, Jornal do Commercio, tem sede em Recife (PE), faz parte do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, do Grupo João Carlos Paes Mendonça (JCMP), e em sua linha editorial preconiza-se o caráter absolutamente legalista, submisso à Constituição e às leis do país, norteador por seus valores e sua independente visão opinativa a respeito dos acontecimentos (JORNAL DO COMMERCIO, 2016). De acordo com a Associação Nacional de Jornais (ANJ), está entre os três maiores jornais da região Nordeste em circulação digital e se destaca como o que teve o maior crescimento entre os anos de 2014 e 2015, com uma variação de 132,35%.

Já o segundo, Correio da Paraíba, foi acessado através de seu portal, denominado Portal Correio. É considerado o jornal de maior circulação paga e de maior alcance no Estado da Paraíba. Foi fundado em 1953 faz parte do grupo Sistema Correio de Comunicação e possui como slogan o “jornalismo com ética e paixão”, distribuído em quatro colunas (notícias, política, entretenimento e esportes).

O procedimento de coleta iniciou-se pelo Jornal do Commercio utilizando-se como palavra-chave “aposentados”, sendo possível encontrar 100 matérias entre 07/04/2011 e 12/04/2016 para serem observadas. Por não haver filtros que pudessem organizar a busca por data, como, por exemplo, da mais antiga para a mais recente, as matérias foram ordenadas pelo critério de relevância pelo próprio mecanismo de busca do jornal e, mais tarde, tiveram de ser organizadas cronologicamente. A seleção resultou em 35 matérias.

A busca no Portal Correio foi o que apresentou mais limitações, uma vez que não foi permitida a escolha de critérios para seleção das manchetes e nem eram disponibilizados filtros para refinar a busca. Apesar de serem apresentadas 50 matérias com a palavra-chave “aposentados”, já dispostas em ordem cronológica, que contemplaram o período de 19/03/2015

a 02/03/2016, ao final das leituras, foi possível selecionar apenas 6 notícias, todas elas do ano de 2015. Os resultados encontram-se na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Quantidade de matérias selecionadas nos jornais do Nordeste por ano

Jornais	Ano					Total
	2011	2012	2013	2014	2015	
Jornal do Commercio	2	2	4	5	22	35
Portal Correio	0	0	0	0	6	6
Total	2	2	4	5	28	41

Fonte: Pesquisa realizada entre os dias 11 de abril a 06 de maio de 2016.

4.6 O tratamento e análise dos dados das matérias jornalísticas

As 41 matérias resultaram em 49 páginas de material empírico que foram tratados e analisados. Essa etapa foi auxiliada pelo uso do *software* de pesquisa qualitativa Atlas.ti, em sua versão 6.2, que pode ser classificado como um programa CAQDAS – *Computer-Assisted Qualitative Data Analysis Software* – e tem como finalidade principal buscar, categorizar, organizar e registrar interpretações.

Para isto, contou-se com os seguintes elementos constitutivos: a unidade hermenêutica (*hermeneutic unit*), os documentos primários (*primary documents* ou *p-docs*), as citações (*quotes*), os códigos (*codes*), as notas de análise (*memos*), os esquemas gráficos (*netview*) e os comentários (*comments*) (BANDEIRA-DE-MELLO, 2006).

Embora a leitura e releitura do *corpus* tivessem sido feitas atentando para diversas referências como, por exemplo, Fisher et al. (2016), Silverstein e Giarrusso (2011), Szinovacs (2013) e Wang e Shultz (2010), que destacam as variáveis que influenciam o processo de aposentadoria, contempladas nos três níveis distintos de análise (micro, meso e macro), optou-se por permitir o aparecimento espontâneo dos códigos a partir do conteúdo das matérias, atendendo a uma recomendação de França et al. (2013) que alerta para o cuidado que se deve ter ao transportar estudos estrangeiros sobre aposentadoria para a realidade brasileira.

Em relação aos aspectos operacionais desta etapa, a unidade hermenêutica (UH) foi denominada de **RS da aposentadoria** e foi composta por um documento primário (P1 – Jornais do Nordeste) que contemplou o *corpus* dos dois jornais. As leituras do material permitiram a inclusão de 47 códigos, deles 17 códigos para os aspectos individuais (micro), 6 para os

aspectos organizacionais (meso) e 24 para os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais (macro). Curiosamente, não foram encontradas passagens que remetessem aos aspectos familiares durante o tratamento dos dados, assim no total foram relacionados 58 códigos ao Jornal do Commercio e 8 códigos ao Portal Correio.

Por fim, nesta etapa de tratamento, ao observar que alguns códigos eram muitos semelhantes e poderiam ser vistos como redundantes, achou-se conveniente combiná-los, resultando em **3 códigos para o nível micro** (condições financeiras, dificuldades cognitivas, necessidades de mobilização), **3 códigos para o nível meso** (falta de atenção às reivindicações, falta de reconhecimento e *ageism*) e **3 códigos para o nível macro** (condições da economia, políticas governamentais e mudanças na legislação), conforme o Quadro 3.

Quadro 3 - Níveis de análise, famílias e códigos criados pelo pesquisador na pesquisa documental nos jornais do Nordeste

Níveis de Análise	Famílias	Códigos
Micro	Aspectos individuais	Condições financeiras Dificuldades cognitivas Necessidades de mobilização
Meso	Aspectos Familiares	-
	Aspectos organizacionais	Falta de atenção às reivindicações Falta de reconhecimento Ageismo (idadismo)
Macro	Aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais	Condições da economia Políticas governamentais Mudanças na legislação

Fonte: Elaborado pelo autor

4.7 A coleta de dados com os sujeitos da pesquisa

A fase do campo teve início no fim de junho e durou até a primeira quinzena de outubro, com uma pausa durante o mês de julho de 2016 em virtude das férias no calendário universitário. Foram inicialmente identificados docentes em período de abono pecuniário e ex-docentes com pelo menos 1 ano de aposentadoria, situação esta considerada importante para que o sujeito, de fato, tivesse o sentimento de estar aposentado.

A priori, essa identificação ocorreu a partir de um banco de dados fornecido pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) que serviu para subsidiar um projeto de pesquisa financiado pelo MCTI/CNPq/MEC/CAPES denominado “Desvendando o processo de aposentadoria de servidores da Universidade Federal da Paraíba: imaginários e realidades”, finalizado em 2016 e no qual havia a nossa participação como um dos pesquisadores. Os primeiros contatos foram também facilitados pelo setor de Gestão de Pessoas do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da universidade, que pode fornecer a identificação dos departamentos, os melhores horários para encontrá-los e, em alguns casos, os ambientes em que estavam instalados.

A maior dificuldade para o acesso aos sujeitos ocorreu em relação aos docentes aposentados, em virtude da desatualização dos dados que são mantidos pelo setor de gestão de pessoas, consequência do afastamento das atividades e da perda de vínculo com a universidade. Para esse grupo, a grande maioria dos contatos foi viabilizada através do sindicato dos professores da UFPB (ADUFPB), com exceção de uma participante. A partir da técnica estatística conhecida por “bola de neve”, foram contatados 16 participantes (8 de cada grupo).

De maneira geral, deixou-se a cargo do entrevistado a escolha do local, dia e horário, a fim de garantir maior adesão à pesquisa, embora ficasse clara a necessidade de um ambiente que fosse sossegado e propício para as gravações. A grande maioria das participações ocorreu na própria universidade, com exceção de uma docente aposentada, cujo local da entrevista foi sua residência.

Para a coleta dos dados adotou-se a entrevista individual do tipo semiestruturada, em profundidade, em sua modalidade narrativa (JOVCHELOVICH; BAUER, 2002), opinada como uma das principais formas discursivas em que as representações sociais se desenvolvem (JOVCHELOVICH, 2000). As entrevistas tiveram uma duração média de 40 minutos, as quais foram gravadas e procuraram resgatar, através das trajetórias de vida dos sujeitos, como o processo de aposentadoria se constitui e como pode ser representado socialmente. Para isso, tomou-se como instrumento de pesquisa, um roteiro de entrevista composto por 4 partes: i) Apresentação do entrevistado; ii) Fase laboral/docência; iii) Fase pré-aposentadoria; iv) Fase pós-aposentadoria (Ver apêndices C e D).

Os docentes ainda em atividade possuíam entre 58 e 68 anos, de ambos os sexos, casados, solicitaram o abono pecuniário entre 2003 e 2014, estão lotados em cursos do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA) e do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), são representados na carreira docente pelos níveis de titular, associado e adjunto. Em relação aos docentes aposentados, possuíam entre 61 e 80 anos, estiveram lotados em cursos do Centro

de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA), Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), Centro de Educação (CE) e Centro de Ciências da Saúde (CCS). São em sua maioria casados, boa parte está aposentada como adjunto IV, passaram em média 25 anos na instituição e pelo menos metade deles pediu a aposentadoria nos anos 1990.

No Quadro 4 estão indicados os aspectos individuais (gênero e idade), familiares (estado civil e número de dependentes), organizacionais (carreira e centro) e contextuais (ano do abono pecuniário ou aposentadoria e o tempo em que atuou na instituição) que caracterizaram os entrevistados. Os participantes foram classificados por meio da seguinte legenda: En (número do entrevistado); Dab (Docente em abono pecuniário); Dap (Docente aposentado).

Quadro 4 – Perfil dos sujeitos entrevistados

Docentes pré-aposentados (em abono pecuniário)								
	Aspectos Indiv.		Aspectos familiares		Aspectos organizacionais		Aspectos contextuais	
	Gênero	Idade (anos)	Estado Civil	Dependentes	Carreira	Centro	Ano do abono	Tempo no órgão
E01Dab	F	60	Casada	0	Adjunto IV	CCSA	2011	25 anos
E02Dab	F	61	Casada	0	Adjunto III	CCSA	2010	28 anos
E03Dab	M	68	Casado	2	Titular	CCSA	2003	40 anos
E04Dab	M	62	Casado	2	Adjunto IV	CCSA	2014	18 anos
E05Dab	F	62	Casada	0	Titular	CCEN	2001	39 anos
E06Dab	F	63	Casada	1	Associado II	CCEN	2014	33 anos
E07Dab	F	58	Casada	2	Associado IV	CCEN	2009	23 anos
E08Dab	M	65	Casado	2	Associado I	CCEN	2008	40 anos
Ex-docentes (pós-aposentados)								
	Aspectos Indiv.		Aspectos familiares		Aspectos organizacionais		Aspectos contextuais	
	Gênero	Idade (anos)	Estado Civil	Dependentes	Carreira	Centro	Ano da aposentadoria	Tempo no órgão
E1Dap	M	77	Casado	0	Adjunto IV	CCSA	2009	22 anos
E2Dap	F	71	Solteira	0	Associado	CCSA	1994	38 anos
E3Dap	F	61	Casada	0	Associado	CCSA	2010	29 anos
E4Dap	F	69	Viúva	0	Adjunto IV	CCHLA	2002 e 2004	22 anos
E5Dap	M	79	Casado	0	Adjunto IV	CCEN	1992	22 anos
E6Dap	M	74	Casado	4	Adjunto IV	CCHLA	1996	18 anos
E7Dap	M	61	Casado	0	Adjunto IV	CCS	2014	32 anos
E8Dap	F	80	Solteira	0	Adjunto IV	CE	1992	21 anos

Fonte: Pesquisa de campo realizada entre junho e outubro de 2016

Antes de cada entrevista, foi solicitado formalmente o consentimento dos sujeitos para a participação na pesquisa através da apresentação e assinatura em duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cujo documento encontra-se no Apêndice E deste trabalho.

Todas as entrevistas foram gravadas e os áudio foram captados mediante um aplicativo de *smartphone*, armazenado no formato .mp3. Ao final, foram obtidas aproximadamente 11 horas de gravações dos dois grupos de sujeitos (docentes e ex-docente), com uma média de 40 minutos para cada entrevista.

4.8 O tratamento e análise dos dados provenientes do campo

A fase de tratamento dos dados teve início com audição integral de cada entrevista por vez, para em seguida, ser executada a transcrição do material empírico. Nessa ocasião foram feitos os primeiros registros no caderno de campo com anotações e reflexões sobre cada uma das entrevistas realizadas. Ao final de transcrição, obteve-se um total de 80 páginas de depoimentos que foram lidos e analisados com maiores detalhes.

O pesquisador buscou selecionar nos relatos dos sujeitos, trechos que contivessem sentenças que pudessem ser relacionadas aos agrupamentos das famílias, em destaque no Quadro 5, provenientes do marco teórico. Após esse processo de aproximação da literatura com os achados advindos do campo, foram criados os seguintes códigos: condições financeiras, associadas na maioria das vezes as dificuldades relatadas pela queda do padrão de vida após a aposentadoria; idadeísmo, relacionado aos estereótipos vinculados ao idoso ou ao que se aproxima dessa condição; e, condições econômicas, políticas e mudanças na legislação, vinculadas ao contexto e as variáveis do ambiente.

Quadro 5 - Níveis de análise, famílias e códigos que emergiram no Atlas.ti na pesquisa de campo

Níveis de Análise	Famílias	Códigos
Micro	Aspectos Individuais	Condições financeiras
Meso	Aspectos familiares	Cuidado com a família
	Aspectos organizacionais	Falta de reconhecimento (idadeísmo)

Macro	Aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais	Condições da economia Políticas governamentais Mudanças na legislação
-------	--	---

Fonte: Pesquisa de campo

A etapa de análise tomou como base as narrativas dos sujeitos, cujas estórias fizeram menção ao que ocorreu, a ordem, os sentidos atribuídos à experiência e ao conjunto de eventos manipulados na vida individual e social. Ao organizarem seus eventos em uma espécie de trama, os indivíduos os envolvem com significados, valores e afetos que são o material substantivo das representações sociais; ao estabelecerem conexões entre o ordinário e o extraordinário, permitem compreender o incompreensível, ou seja, “possibilitam tornar o desconhecido em familiar por meio dos processos de objetivação e ancoragem; e, por fim, ao fazerem uso do aspecto temporal além do seu sentido ordinário, consentem o cotidiano a fazer a história” (JOVCHELOVICH, 2000, p.147-149).

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO 1

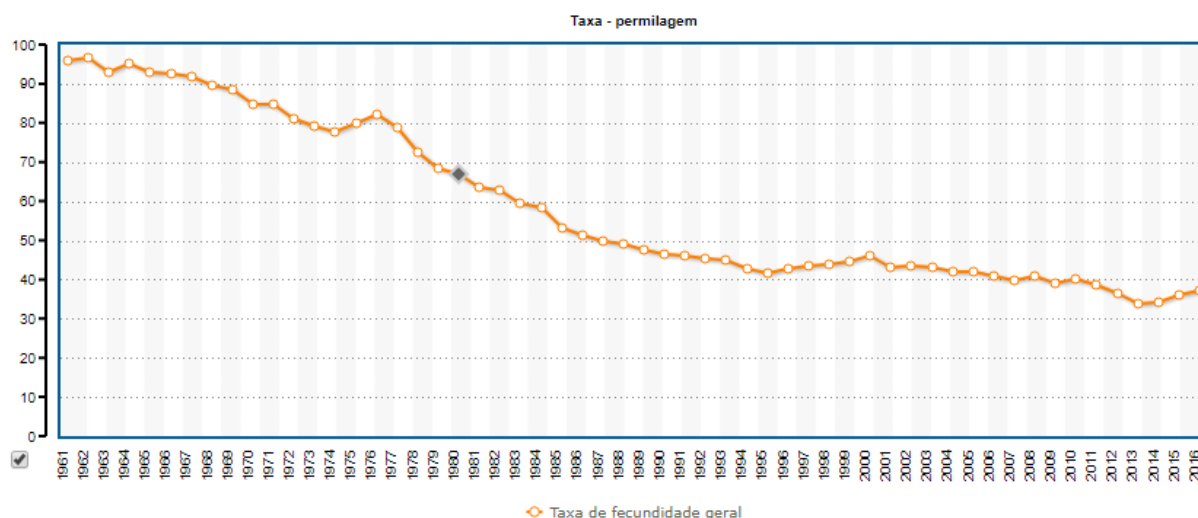
Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados alcançados na primeira etapa da pesquisa que se realizou em Portugal durante o período de setembro a dezembro de 2015. Inicia-se contextualizando o processo de envelhecimento da sociedade portuguesa por meio de gráficos e dados estatísticos, além de uma breve descrição. Em seguida, apresentam-se algumas informações sobre o Sistema de Segurança Social do país e esclarece-se, de maneira geral, como vive o aposentado português. O capítulo encerra-se com os resultados de uma pesquisa documental realizada em um jornal português sobre as representações sociais veiculadas pela mídia acerca dos aposentados e as reflexões do pesquisador sobre duas entrevistas realizadas.

5.1 O envelhecimento da sociedade portuguesa: o ontem, o hoje e o amanhã

De acordo com o último levantamento censitário, em 2011, Portugal possuía uma população de pouco mais de 10 milhões de pessoas, sendo mais de dois milhões acima dos 65 anos de idade, posicionando-o como uma das nações mais envelhecidas do mundo (INE, 2017). Seu processo de envelhecimento demográfico começou a se sobressair entre o período da Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sendo agravado sensivelmente pela forte emigração, ocorrida entre as décadas de 1960 e 1970, cujas pessoas buscavam uma vida mais promissora nos países mais industrializados da Europa Ocidental (CABRAL, 2013).

Embora os movimentos migratórios sejam importantes na constituição da estrutura etária de um país, o envelhecimento da estrutura etária portuguesa é, em grande medida, explicada pelo declínio expressivo da taxa de fecundidade (Gráfico 1) associado à queda da mortalidade infantil (Gráfico 2), com um importante aumento na esperança média de vida que, ao longo das décadas, determinou a situação social em que o país encontra-se atualmente (PORDATA, 2017; ROSA, 2012).

Gráfico 1 - Evolução da taxa de fecundidade geral em Portugal entre 1961 e 2016



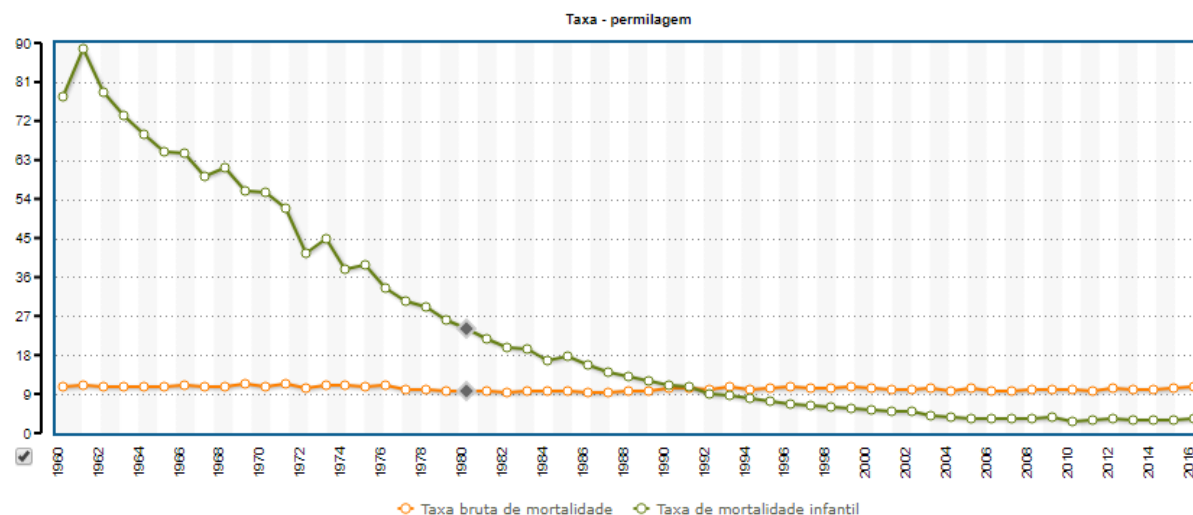
Fonte: PORDATA (2017)

Diferentemente da taxa de fertilidade que consiste na capacidade fisiológica que a mulher possui de ter filhos (número de mulheres em idade fértil), a taxa de fecundidade resulta da relação entre o número de nascimentos e o número de mulheres em idade fértil (ABEP, 2017) e encontra-se em uma redução substancial em pouco mais de meio século de registros. Se no início da década de 1960 haviam quase 96 filhos para cada 1.000 mulheres em idade fértil, em 2016 foram registrados apenas 37, sendo este declínio resultado da expansão da urbanização, os avanços na medicina e o maior acesso aos métodos contraceptivos, o planeamento familiar e a maior participação da mulher no mercado de trabalho.

Um outro aspecto importante e que corrobora com o anterior, diz respeito à taxa de mortalidade infantil que, segundo a ABEP (2017), refere-se ao número de crianças mortas com menos de um ano por mil nascimentos e pode ser considerado um indicador da qualidade dos serviços públicos de saúde, condições de saneamento básico e educação do país. Sua acentuada redução ao longo das décadas foi reflexo de uma melhora significativa dos cuidados com a saúde, dietas alimentares e progressivo aumento do rendimento das famílias, que permitiram uma elevação no nível de vida da população e maior acesso a instrução, facilitando a conscientização da população para os cuidados médicos preventivos.

Tais conquistas, dotaram o país de capacidade para reduzir a mortalidade infantil de 77 casos por mil nascimentos em 1960 para apenas 3 em 2016, mantendo a taxa abaixo, inclusive, da taxa bruta de mortalidade a partir do início dos anos 1990, conforme o Gráfico 2 (PORDATA, 2017).

Gráfico 2 - Evolução da taxa bruta de mortalidade e da taxa de mortalidade infantil em Portugal entre 1961 e 2016

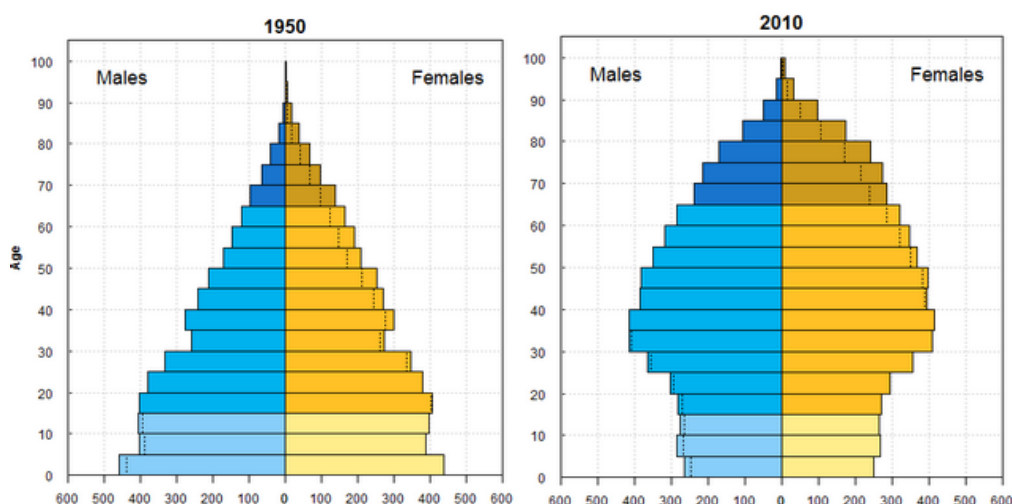


Fonte: PORDATA (2017)

De maneira geral, tanto a redução na taxa de fecundidade quanto na taxa mortalidade infantil, afetaram substancialmente a estrutura etária portuguesa e proporcionaram, como consequência, um aumento da expectativa de vida das pessoas, fato que pode ser notado mais claramente por meio da alteração na tradicional representação gráfica da pirâmide etária, visualizada abaixo por meio de dois histogramas (um correspondente ao ano 1950 e o outro ao ano de 2010) Figura 8.

No eixo vertical são dispostas as idades e no eixo da horizontal o número de habitantes. Representados pela cor azul e pela cor laranja, respectivamente, homens e mulheres, são em sua maioria ainda jovens durante o ano de 1950, com o contingente de idosos pouco expressivo, situação considerada, demograficamente ideal, para o aumento da produtividade e crescimento do país pelo maior número de pessoas em idade ativa aptas a trabalhar. Já na segunda imagem, percebe-se uma configuração cujo contingente de pessoas, com 60 anos ou mais, chega a ultrapassar o grupo etário mais jovem (de 0 a 14 anos), tornando inclusive mais perceptível o crescimento de um grupo etário mais idoso, o de pessoas com 80 anos ou mais.

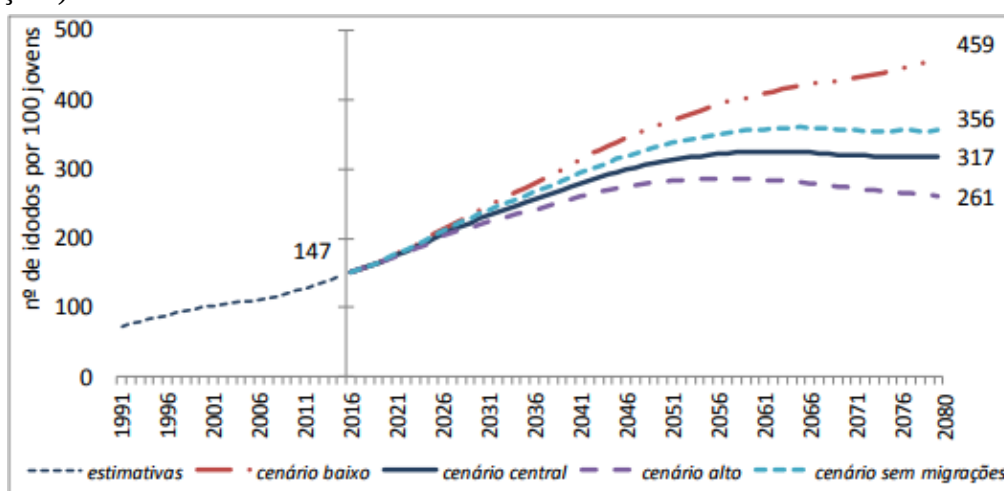
Figura 8 - Evolução da estrutura etária de Portugal entre 1950 e 2010



Fonte: ONU Demographics profiles – The 2012 revision (2013b).

Tal situação demonstra um país a caminho de um avançado estágio de envelhecimento de sua população, com sérios desafios de ordem social (renovação de gerações), econômicos (aumento da produtividade e do PIB) e político (sustentabilidade do sistema de segurança social), que se pelo menos no médio prazo não podem ser superados, podem ser no máximo atenuados (ROSA, 2012). Esse relativo pessimismo quando se apresentam algumas projeções, como por exemplo o índice de envelhecimento (IE) do país, que segundo um levantamento feito pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) prever um aumento de 148,7% (2016) para 317% (2060) em um cenário central, quando percebe-se uma tendência de estabilização desse índice nos 20 anos seguintes Gráfico 3.

Gráfico 3 - Evolução do índice de envelhecimento em Portugal entre 1991 e 2080 (estimativas e projeções)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2017)

À luz desses dados estatísticos, Portugal encontra-se atualmente situado no chamado quarto estágio da Teoria da Transição Demográfica (TTD), cujo entendimento se contrapõe a Teoria Demográfica Malthusiana por estabelecer oscilações periódicas que alternam entre crescimentos e desacelerações demográficas até alcançar um estágio de estabilidade (THOMPSON, 1929, CADWELL, 1976; KIRK, 1996; LEE, 2003). Esse posicionamento, que apresenta como características baixos índices de natalidade e de mortalidade e crescimento demográfico próximo a zero, sugere um olhar mais atento às implicações econômicas e sociais, cujos efeitos repercutem significativamente no trabalho e na aposentadoria dos indivíduos portugueses.

5.2 Reforma e reformados

Portugal pode ser caracterizado como um país onde se vive mais e onde se nasce menos, com uma população que envelhece e, ao mesmo tempo, diminui, cuja pressão sobre a população ativa é cada vez maior (FONSECA, 2011; MENDES, 2011; ROSA, 2012). Embora nem sempre o país tenha vivenciado tal situação, percebe-se que, especialmente, na última década o país viveu tempos difíceis, agravados ainda mais pela crise financeira que lhe afetou entre 2010-2014. As medidas impostas pelo governo para cumprir as metas do acordo firmado com instituições financeiras na Zona do Euro, afetaram drasticamente a população com uma série de reformas na Segurança Social que incluíram aumento de impostos, redução no valor das pensões, aumento da idade mínima para se aposentar etc.

Esse cenário difícil, recentemente, serviu de exemplo ao Brasil, por meio da fala do então Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Sr. Rodrigo Maia, ao se referir às mudanças previstas na Previdência Social brasileira para o ano de 2017:

— Não há bode na reforma da Previdência. O que há é um déficit de R\$ 150 bilhões no regime geral e R\$ 70 bilhões no regime público. Nós temos duas alternativas: ou nós fazemos uma reforma que não é dura, que vai organizar o sistema para o futuro, ou nós chegaremos em determinado momento, se a reforma previdenciária não for feita, que nós vamos ter que fazer o que Portugal fez (JORNAL O GLOBO, 2017).

A comparação feita pelo parlamentar em relação à Portugal, deve-se ao fato da Previdência Social portuguesa está inserida no Sistema de Proteção Social semelhante ao Brasil, e buscar assegurar os direitos básicos aos cidadãos e a igualdade de oportunidades, por meio da promoção do bem estar e coesão social a todos os seus cidadãos e estrangeiros que

desempenhem alguma atividade profissional no território português. Para isso, tem como objetivos fundamentais: i) garantia da concretização do direito à Segurança Social; ii) promoção da melhoria sustentada das condições e dos níveis de proteção social e reforço da respectiva equidade; e, iii) promoção da eficiência de sua gestão e eficácia do sistema (PORTUGAL, 2012).

Até chegar ao seu atual formato, o sistema previdenciário sofreu muitos ajustes ao longo das últimas décadas, na tentativa de se adaptar a reestruturação etária e garantir a sua sustentabilidade. Cabe destacar que a sustentabilidade do sistema público de pensões não deve estar voltada exclusivamente ao caráter financeiro, deve-se sobretudo enaltecer o seu lado social, permitindo a garantia de equidade e justiça entre as gerações e o bem-estar não só dos atuais, mas também dos futuros aposentados. Isso se traduz em uma espécie de compromisso entre as gerações capaz de fornecer aposentadorias decentes, com níveis mínimos de dignidade (AGUIAR, 2015). Por esta razão, apoia-se em alguns princípios gerais, com destaque para o Princípio da Solidariedade, no qual a Previdência Social está incluída Quadro 6.

Quadro 6 - Princípios gerais do Sistema de Segurança Social de Portugal

Princípios gerais	
Princípio da universalidade	Consiste no acesso a todas as pessoas à proteção social assegurada pelo sistema, nos termos definidos por lei.
Princípio da igualdade	Consiste na não discriminação dos beneficiários, designadamente em razão do sexo e da nacionalidade, sem prejuízo, quanto a esta, de condições de residência e de reciprocidade.
Princípio da solidariedade	Consiste na responsabilidade colectiva das pessoas entre si na realização das finalidades do sistema e envolve o concurso do Estado no seu financiamento, nos termos definidos pela Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro. Este princípio concretiza-se em 3 planos: • Nacional, através da transferência de recursos entre os cidadãos, de forma a permitir a todos uma efetiva igualdade de oportunidades e a garantia de rendimentos sociais mínimos para os mais desfavorecidos • Laboral, através do funcionamento de mecanismos redistributivos no âmbito da proteção de base profissional e • Intergeracional, através da combinação de métodos de financiamento em regime de repartição e de capitalização.

Princípio da equidade social	Consiste no tratamento igual de situações iguais e no tratamento diferenciado de situações desiguais.
Princípio da diferenciação positiva	Consiste na flexibilização e modulação das prestações em função dos rendimentos, das eventualidades sociais e de outros fatores, nomeadamente de natureza familiar, social, laboral e demográfica.
Princípio da subsidiariedade	Assenta no reconhecimento do papel essencial das pessoas, das famílias e de outras instituições não públicas na prossecução dos objetivos da Segurança Social, designadamente no desenvolvimento da ação social.
Princípio da inserção social	Caracteriza-se pela natureza ativa, preventiva e personalizada das ações desenvolvidas no âmbito do sistema, com vista a eliminar as causas de marginalização e exclusão social e a promover a dignificação humana.
Princípio da coesão intergeracional	Implica um ajustado equilíbrio e equidade geracionais na assunção das responsabilidades do sistema.
Princípio do primado da responsabilidade pública	Consiste no dever do Estado de criar as condições necessárias à efetivação do direito à Segurança Social e de organizar, coordenar e subsidiar o sistema de Segurança Social.
Princípio da complementaridade	Consiste na articulação das várias formas de proteção social públicas, sociais, cooperativas, mutualistas e privadas com o objetivo de melhorar a cobertura das situações abrangidas e promover a partilha das responsabilidades nos diferentes patamares da proteção social.
Princípio da unidade	Pressupõe uma atuação articulada dos diferentes sistemas, subsistemas e regimes de Segurança Social no sentido da sua harmonização e complementaridade.
Princípio da descentralização	Manifesta-se pela autonomia das instituições, tendo em vista uma maior aproximação às populações, no quadro da organização e planeamento do sistema e das normas e orientações de âmbito nacional, bem como das funções de supervisão e fiscalização das autoridades públicas.
Princípio da participação	Envolve a responsabilização dos interessados na definição, no planeamento e gestão do sistema e no acompanhamento e avaliação do seu funcionamento.
Princípio da eficácia	Consiste na concessão oportuna das prestações legalmente previstas, para uma adequada prevenção e reparação das eventualidades e promoção de condições dignas de vida.
Princípio da tutela dos direitos adquiridos e dos direitos em formação	Visa assegurar o respeito por esses direitos, nos termos definidos pela Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro.
Princípio da garantia judiciária	Assegura aos interessados o acesso aos tribunais, em tempo útil, para fazer valer o seu direito às prestações.
Princípio da informação	Consiste na divulgação a todas as pessoas, quer dos seus direitos e deveres, quer da sua situação perante o sistema e no seu atendimento personalizado.

Fonte: Portugal (2012)

A aposentadoria, denominada em Portugal de pensão da velhice ou simplesmente reforma, vem passando por profundas alterações. Desde o início de 2016, a idade mínima para se aposentar passou a mudar todos os anos, em função da evolução da esperança média de vida (fator de sustentabilidade)³. Ademais, com a chamada Lei de Convergência das Pensões⁴, instituída a partir de 2014, tanto o trabalhador da iniciativa privada quanto da função pública, passam a ser regidos pelas mesmas regras. Além dessa duas mudanças, outras foram adotadas, como por exemplo: a impossibilidade de acumulação de pensões com salários de função pública, a introdução de uma nova forma de cálculo das pensões que contabiliza apenas 80% da remuneração, o aumento da penalização para quem antecipa a aposentadoria, a redução no valor da pensão por morte, entre outras (PORTUGAL, 2016).

No cenário atual o que preocupa não é só a vulnerabilidade econômica do aposentado ou daquele que caminha para essa condição, mas principalmente a vulnerabilidade que ceifa a mínima esperança de uma velhice mais digna e respeitável. A solução provavelmente não é uma só, mas caminha ao lado do que defende-se muito em Portugal: a solidariedade geracional.

5.3 A análise no jornal Correio da Manhã

O processo de análise qualitativa das narrativas presentes nas 57 matérias selecionadas no jornal português Correio da Manhã dispostas na Tabela 2 teve como objetivo, verificar, de maneira exploratória, de que maneira o aposentado português é representado pela mídia impressa indicada. Esta fase preliminar, foi fundamental para se levantar algumas ancoragens e compreender, com maior profundidade, mais tarde, por meio das entrevistas, os acontecimentos envolvidos no processo de aposentadoria, na opinião dos dois entrevistados portugueses. A análise no jornal é apresentada a seguir, segmentada de acordo com os níveis de análise provenientes da literatura (SZINOVACZ, 2003; 2013).

³ Atualmente, a idade mínima para se aposentar, sem perdas, é de 66 anos e 3 meses, tanto para homens quanto para mulheres, conforme Portaria nº 67/2016.

⁴ Lei n.11/2014.

- **Nível micro de análise**

O nível micro de análise está associado aos aspectos individuais das pessoas como, por exemplo, aspectos demográficos, condições de saúde, condições financeiras etc. (SZINOVACZ, 2003; 2013). Na transcrição abaixo, retirada de uma matéria apresentada no jornal em 2011, observa-se como condições de saúde desfavoráveis e a necessidade de auxílio médico contribuíram para o acúmulo de dívidas, gerando a insustentabilidade financeira da aposentada.

"Houve um dia em que uma aluna irrompeu pela sala de aula e dirigiu-se a uma estudante minha com agressividade. Pedi para se retirar e peguei-lhe no braço para a conduzir para a porta. Agrediu-me de forma violenta, causou-me lesões que me impediram de fazer todas as actividades do dia-a-dia". Sucederam-se meses de "tratamentos de fisioterapia, psiquiátricos e psicológicos pagos por mim". Devido aos custos, Elvira viu-se "obrigada a pedir empréstimos para pagar as consultas de especialidade no particular, para conseguir a tempo os relatórios para as juntas médicas" e endividou-se. A minha situação económica tornou-se insustentável e entrei em insolvência. Devo mais dinheiro do que consigo receber de pensão, para a qual descontei 33 anos e meio" (06/11/2011).

Em outra passagem de fevereiro de 2012, observa-se novamente os aposentados representados pela indignação com a redução dos descontos nos passes de transporte, causando mais desconforto financeiro aos sujeitos. A fala do Presidente da Associação Nacional dos Aposentados revela a necessidade que as pessoas têm, ao atingir uma idade mais avançada, de cuidados médicos, aumentos os custos com hospitais e medicamentos.

"A redução para metade do desconto nos passes sénior de transporte é "inconcebível", frisou o presidente da Associação Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Reformados, acrescentando que a diferença "dá para os idosos comerem várias vezes". "É uma medida drástica. É inconcebível. Como é que é possível, com tanta gente a precisar de ir ao hospital, terem de pagar no mínimo 25 euros pelo passe?", questionou Manuel Jerónimo em declarações à Lusa" (01/02/2012).

- **Nível meso de análise**

Embora nesse nível de análise se inclua os aspectos voltados ao trabalho e a organização, se sobressaíram passagens do jornal que remeteram a **questões familiares**. No trecho a seguir, se verificam as dificuldades enfrentadas por uma aposentada de 61 anos, representada pela

dupla fragilidade: garantir o sustento do lar e acompanhar o sofrimento de seu esposo que não consegue emprego. A geração espremida (*sandwich generation*) caracteriza-se pela mudança nas estruturas familiares e pelo modelo de coabitação cada vez mais frequente na sociedade moderna (NICHOLS; JUNK, 1997), aqui incentivada pela dinâmica do mercado de trabalho que, nos momentos de crise como ocorrido em Portugal, penaliza os mais idosos e os mais jovens.

"Aposentada há três anos, Almerinda Bento (61 anos) lida há nove com o desemprego do marido, ex-funcionário dos escritórios da Rodoviária Nacional. Já está habituada a ser o único sustento da casa, pois Vítor nunca mais conseguiu arranjar trabalho, desde os 49 anos. [...] a professora reconhece que não é fácil para um homem, a quem a sociedade atribui a função de prover o sustento do agregado familiar, ficar em casa. Nós estamo-nos marimbando para aquilo que as pessoas pensam. Mas para eles é difícil de 'engolir'. Ficam profundamente fragilizados, mesmo que não o verbalizem. Houve momentos de profundo silêncio cá em casa" (24/02/2013)

Os anos 2010-2015 marcaram um período de crise econômica vivido pelo país em que foi necessário a adoção de algumas medidas pelo governo que culminaram com aumento de impostos, congelamento de salários e cortes nas pensões. Nas passagens abaixo, se percebe a dificuldade enfrentada pelos aposentados que, ao terem suas pensões reduzidas, comprometeram a sobrevivência dos seus dependentes.

"Mas o Governo insiste que não pode ser a geração mais nova a suportar todos os encargos... – Claramente que não, mas os reformados suportam os filhos desempregados, os netos... Há casos de pensionistas que ainda têm de ajudar os próprios pais. – Os reformados aguentam mais cortes, como os que já foram anunciados?" (16/13/2013)

"São reformados que têm vindo a sofrer com cortes na pensão. Têm de pagar as dívidas dos filhos e acolhe-los novamente em casa" (10/08/2014)

"A grande parte das dívidas pagas pelos reformados acontece porque são fiadores dos filhos. Hoje em dia suportam muitos dos encargos dos filhos" (08/02/2015)

Conforme se percebe nas narrativas acima, o processo de aposentadoria não exige apenas planejamento financeiro do "candidato" à aposentadoria, mas também preparo da estrutura familiar, uma vez que as consequências dessa decisão afeta a pessoa diretamente envolvida nesse processo e também todos aqueles que estão a sua volta (ANTUNES; SOARES; MORE, 2014).

- **Nível macro de análise**

Nesse nível de análise são apresentados os fragmentos retirados do jornal e que puderam ser relacionados ao contexto social, político, econômico e cultural que influenciam o processo de aposentadoria. Assim, de acordo com o primeiro trecho retirado do jornal, se observa que a decisão para se aposentar pode ser, algumas vezes, seguida de perdas financeiras, mas que acabam repercutindo em aspectos psicológicos, emocionais e de saúde física.

“Os professores começam a fazer contas ao que vão receber, se pedirem a aposentação antecipada, e optam por continuar a trabalhar. Sobre o número de aposentações de anos anteriores, o diretor-geral da Fenprof recorda que muitos dos professores em situação psicológica limite já pediram para sair: “Quem estava no limite acabou por sair aposentado, mesmo com as penalizações enormes que isso representou. Houve casos até de quem passou muito mal com os cortes adicionais”. (09/11/2014)

As implicações do envelhecimento demográfico português são apresentadas nos trechos a seguir e revelam um país sem muita perspectiva de superar a situação a qual se encontra. Embora os cortes nos salários e no orçamento na época tenha reduzido o déficit ao qual se encontrava, o problema ainda está concentrado no longo prazo, ou seja, como fazer com que o Produto Interno Bruto (PIB) se eleve sem pessoas suficientes em idade ativa.

“Preservar o essencial do sistema e garantir a todas as gerações uma reforma condigna, aproximada aos descontos realizados, é um dever constitucional” (20/10/2013)

“Sem pessoas, o PIB vai encolher. Portugal está a ficar um país mais pobre, mais pequeno e mais velho”. (05/01/2014)

“Dinheiro para pagar reformas futuras acaba em 2030, duas décadas antes do que fora previsto em 2011. Buraco financeiro aparece já em 2020” (19/10/2014)

“Quem tem hoje entre 30 e 40 anos pode ver reduzida a sua pensão em 50 por cento, quando chegar à idade da reforma. A nova lei das reformas, introduzida em 2007, vai levar a reduções no valor das pensões de quem tem agora entre 30 e 40 anos que podem ultrapassar os 50%, de acordo com o estudo ‘A Poupança em Portugal’, feito por professores da Universidade do Minho” (16/11/2011)

Em meio a tantas notícias veiculadas no Jornal Correio da Manhã em relação à crise financeira, à reestruturação econômica e à incerteza quanto ao futuro, surgem duas passagens que indicam os professores universitários representados como uma classe privilegiada financeiramente, cujo valor das aposentadorias se destaca entre as mais elevadas.

Apesar dos cortes que ainda se aplicam nas pensões, há 251 reformas acima dos 4 mil euros que os cofres públicos vão ter de suportar a partir do próximo mês. Destas, cerca de 30 são acima de cinco mil euros e pertencem na maioria a médicos, juizes e professores universitários no topo da carreira (08/10/2014)

A reforma mais elevada foi atribuída em março ao vice-presidente do Instituto Politécnico de Lisboa: 6.788 euros mensais. É entre os 220 professores do ensino superior reformados no ano passado que se encontram as aposentações mais elevadas, com destaque para os 47 catedráticos, que passaram a receber, em média, 4.377 euros (03/02/2013)

O objetivo da etapa documental foi elucidar o significado atribuído ao aposentado pelo jornal local e, de maneira geral, se percebeu uma maior atenção da mídia em divulgar os acontecimentos relacionado aos aspectos contextuais e, em alguma medida, familiares. Em todo caso, se nota o aposentado representado por um indivíduo que se sente injustiçado pelas penalizações as quais são submetidas em um momento da vida de maior fragilidade.

5.4 Reflexões sobre as entrevistas com pesquisadores portugueses

A seguir, apresentam-se alguns trechos das entrevistas realizadas com os dois especialistas portugueses sobre o processo de aposentadoria. Por questões éticas seus nomes foram omitidos e foram denominados “entrevistado 1” e “entrevistado 2”.

Um tema delicado a se investigar

Para o entrevistado 1, a rápida escalada do envelhecimento da sociedade faz do país um *locus* de pesquisa privilegiado para se investigar aspectos relacionados ao envelhecimento e à aposentadoria. Assim, percebe-se que os debates que giram em torno da temática exploram uma realidade social do envelhecimento já consolidada no país, isto é, algo natural e intrínseco ao dia a dia.

Paradoxalmente, toda investigação que inclui a aposentadoria como objeto de interesse, seja qual for o contexto, consiste em um desafio que requer um pouco de audácia e também coragem. Segundo o primeiro entrevistado, isso ocorre por se tratar de um tema de certa forma íntimo, capaz de suscitar boas mas também más lembranças, das quais as pessoas não costumam gostar de falar, especialmente para outras desconhecidas. Esse comentário inicial forneceu as

primeiras pistas acerca das dificuldades que, na ocasião, estavam sendo encontradas para contatar os sujeitos cujas entrevistas eram necessárias ao desenvolvimento destes estudo.

Acredita-se que a sutileza do assunto ao qual o entrevistado se refere diz respeito ao fato da aposentadoria ser, de maneira geral, culturalmente representada como a entrada para a velhice, nesse caso, muito mais associada a questões de ordem negativa, do que otimistas. Em sua visão, de certa forma, isto justifica a falta de desejo dos portugueses de se aposentarem, situação que, aliada às perdas financeiras das pensões quando o decidem fazer antes da idade mínima, contribuem fortemente para que continuem na ativa.

A reforma não é uma instituição do mesmo tipo que a escola ou o mundo do trabalho. Estas últimas são espaços de interação, trajectos, projecções e reconhecimentos, que consolidam identidades e representações em torno das pertenças sociais. A identidade do idoso é uma identidade imputada pela passagem à inactividade e pelas representações sociais dominantes sobre a velhice. À condição social marginal soma-se a representação desvalorizada da idade (FERREIRA, 2011)

Discutir sobre a aposentadoria nesse contexto significa, necessariamente, estar disposto a falar de questões individuais delicadas como, por exemplo, as expectativas, medos, angústias associadas, perda de poder aquisitivo, fragilidade de saúde, doença; aspectos ligados à família e ao trabalho como, rejeição familiar, separação, perda de entes queridos, saída do emprego; e relacionados ao contexto social, isto é, instabilidade política e incertezas econômicas que levam a mudanças nas regras da segurança social, discriminação (idadismo), choque cultural entre gerações entre outros. Nesse sentido, embora tais aspectos fossem, de certa forma, já conhecidos no contexto brasileiro por leituras já realizadas anteriormente, passaram a ser mais significativos quando relatados por alguém que vive a realidade social local.

Conforme Daniel, Antunes e Amaral (2015, p.292), é com a entrada na reforma que o indivíduo adquire “as propriedades que são socialmente imputadas à velhice. Perde o estatuto social atribuído a partir do trabalho profissional – a reforma é também uma forma de exclusão social – e adquire o estatuto desvalorizado de “reformado”.

Assim, acredita-se que a crença acerca dos aspectos negativos associados à aposentadoria, em alguma medida, justifica o uso do termo **tabu**, empregado pelo entrevistado durante alguns momentos da conversa, para representar um assunto cuja discussão costuma ser evitada, seja porque se torna alvo de opiniões contraditórias ou pelo fato de tratar-se de um assunto que interfere na sensibilidade das pessoas.

A aposentadoria representada como sinônimo de morte social

“Ninguém gosta de falar sobre a morte”.

Nas palavras do próprio entrevistado 1, para algumas pessoas, a aposentadoria chega a ser sinônimo de morte, no entanto, essa que aqui se constrói socialmente no relato trata de uma morte diferente daquela do corpo físico, a morte social, cuja representação é caracterizada pelo isolamento, menosprezo, perda dos vínculos de amizade, perda de identidade em relação ao trabalho, doença, exclusão etc. Assim, a equiparação feita com a morte representa a aposentadoria como mais do que uma mera finitude do tempo de trabalho, o fim de uma condição social quando um indivíduo se torna aposentado.

A falta de planejamento para a aposentadoria

Possivelmente pelo motivo exposto, o entrevistado visualiza a dificuldade enfrentada por muitos portugueses para se preparar adequadamente para a aposentadoria. Essa situação chamou especialmente a atenção pelo fato de, na época, o país ainda atravessar um momento de reestruturação econômica pós-crise, em que uma série de medidas políticas e econômicas em anos anteriores foram tomadas e que implicaram algumas mudanças nas regras previdenciárias (ROSA, 2012; AGUIAR, 2015). Nesse contexto de insegurança e incertezas que toda alteração nas regras previdenciárias causam perante a sociedade, tal qual se cogita atualmente no Brasil, considera-se mais do que natural que decisões possam ser, subitamente, tomadas pelos trabalhadores.

Especificamente com relação aos docentes de instituições públicas de ensino superior, sujeitos de interesse da presente investigação, descobriu-se que, de maneira geral, a falta de uma preparação adequada, curiosamente, pode estar associada, segundo o entrevistado, ao retardamento propriamente dito da decisão de aposentar-se. De certa forma, supõe-se que isso possa estar relacionado a duas condições: i) a necessidade de galgar níveis mais elevados em termos de carreira docente e, conseqüentemente, minimizar ou eliminar as perdas financeiras, decorrentes de uma aposentadoria precoce; e ii) a própria condição do docente português de nível superior que, diferentemente do que ocorre no Brasil, possivelmente goza de um maior *status* social, especialmente quando se aproximam do fim da carreira.

Acredita-se que a falta de preparação para a aposentadoria, em alguma medida, também possa estar vinculada à centralidade do trabalho, já que as estatísticas mostram uma expectativa de vida crescente⁵. Além disso, como já observado, percebe-se que há um sentimento de que a transição para a aposentadoria é mais fortemente representada por um momento de passagem para a velhice e à inatividade do que propriamente uma perspectiva positiva do envelhecimento.

Idadismo ou estereótipos

Diferentemente do primeiro encontro, cujas informações foram levantadas por meio de uma conversa informal e apenas registradas no diário de campo, na segunda entrevista, tentou-se colher uma maior quantidade de informações com o uso de um gravador. Não obstante, o que se observou foi a impossibilidade de condução da entrevista tal como se planejou, em virtude das estratégias de fuga utilizadas pelo entrevistado para se esquivar dos questionamentos, reforçando o sentimento daquilo que já tinha sido compartilhado pelo entrevistado inicial.

Se eu fosse administrador deste instituto e se tiver dois corpos iguais, um tiver 35 e o outro 55, eu recruto o jovem, de qualquer maneira com 55 você tá ali (sentido descendente), enquanto que o outro tá assim (sentido ascendente), exatamente.

No relato do entrevistado percebe-se que, em uma possível seleção para composição do quadro de pesquisadores do instituto, um sujeito com idade mais avançada seria preterido em relação a um mais jovem. Essa foi uma resposta que chamou a atenção do pesquisador pelo fato de, normalmente nesse contexto, o fator idade tender a privilegiar os indivíduos que ainda caminham para a velhice (55 anos), uma vez que podem supostamente ser considerados detentores de experiência e conhecimento acumulados ao longo dos anos. Curiosamente, o entrevistado tem uma outra visão e leva em conta o caminho ainda a percorrer no instituto, possivelmente com maiores oportunidades de pesquisa que podem ser desenvolvidas.

Com relação aos estereótipos atribuídos aos mais velhos, declara que o grande problema do idadismo é a sua internalização, isto é, o sujeito sentir-se velho. Logo em seguida complementa afirmando que a solução é ação!

⁵ De acordo com um levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Estatística relativo ao 3º trimestre de 2014 INE (2016), em Portugal, dos 2,1 milhões de idosos, 11,3% continuavam ativos em 2015, superando a maioria dos países da Comunidade Europeia, onde a média é de 5,5%.

Este é que é o grande problema, a projeção do idadismo e a sua internalização.

O best is action, é agir, andar, ir no computador, você escrever, sair, viajar, ou seja, socialização. É o single largest impact on health.... O grande problema é não manter o interesse, a projeção, a socialização.

Acredita-se que ao mencionar a palavra *action* (ação), o entrevistado sugere uma mudança de mentalidade ao idoso, ou seja, manter-se ativo, independente e capaz de interagir socialmente e, para isso, o maior benefício é a saúde. Quase ao mesmo tempo, ressalta que o problema é não se projetar, não se socializar.

A falta de socialização é considerada um dos quatro desafios enfrentados pela velhice, além da auto-imagem, tempo livre e lazer (MOURA; SOUZA, 2012). De maneira geral, alguns trabalhos têm demonstrado oportunidades de ganhos sociais com grupos de terceira idade, as redes sociais, a participação em projetos de extensão universitária ou mesmo a participação mais ampla com amigos e familiares (AZEVEDO; CARVALHO, 2006; CAVALCANTE; FREITAS, 2007; SALVADOR et al., 2009).

Cabe destacar que embora a socialização e o lazer estejam intimamente relacionados, uma vez que este oportuniza aquele e aquele amplia as possibilidades deste, o lazer não é capaz de proporcionar o mesmo sentimento de socialização que o trabalho para essas gerações (DOLL, 2007)

Opa, o problema da aposentadoria; é considerada sinônimo de crise e perdas. Esse aspecto é ótimo, foi eu quem escreveu essas partes todas que estão aí. A primeira coisa que você perde com o retirement são os colegas. E para os homens, em particular, da nossa raça, católica. A maior parte dos nossos amigos, sobretudo das classes baixas, são os amigos do trabalho, de nível idêntico. Você perdeu os seus amigos. Se você trabalha numa fábrica longe da cidade, você arrisca-se a nunca mais vê-los ou uma vez por ano e depois no outro ano há um que morreu e mais um que já não vem.

De certa forma, esse pensamento reflete o pessimismo associado à aposentadoria pelo primeiro entrevistado. Nesse relato, é observado que a perda das relações sociais, especialmente com os colegas de trabalho, constitui-se com um dos primeiros problemas enfrentados por aqueles que se aposentam, conforme Doll (2007).

[...] eu tenho certeza absoluta que no dia em que eu deixar esses gabinete e já estou cinco anos fora do prazo... no dia em que deixar, eu nunca mais tenho as relações que eu tenho hoje com as pessoas mais novas que tenho consigo. [...] é a vida, é a vida, os nossos caminhos deixam de se cruzar. É o que todos dizem quando estão no elevador, pergunto, falo, as vezes ficam..., quer dizer, ainda tenho alunos.

E, sentindo-se (talvez) já um aposentado, revela que também o mesmo deverá acontecer com ele. Segundo o entrevistado, há uma crença de que as relações sociais provenientes do trabalho encerram-se com o fim do trabalho e a chegada da aposentadoria. Embora se perceba um certo lamento, toma o seu próprio depoimento como algo natural da vida afirmando que “é o que todos dizem”. Outro aspecto curioso em seu relato é que chama a atenção é quando declara ainda possuir alunos, dando a entender que esse fato ainda o estimula a não ser aposentado, mesmo afirmando que “já está cinco anos fora do prazo⁶”.

Para os homens, ainda têm uma longa carreira de trabalho penoso inclusive, mau para a saúde etc. e as pessoas querem reformar-se e se não reformam-se antes é porque não podem, por que não há dinheiro suficiente etc.

A narrativa acima revela que, em geral, há um desejo dos homens portugueses pela aposentadoria, no entanto o fator financeiro consiste em um impeditivo, supostamente pelo valor relativamente abaixo das condições que desejam. Embora o valor do salário mínimo em Portugal, em 2017, seja de 849,83 euros, é comum o recebimento de aposentadorias abaixo desse valor, algumas ficando abaixo dos 300,00 euros. A justificativa para o valor reduzido ocorre pelo fato de o indivíduo solicitar sua aposentadoria antes do tempo mínimo, sobre o qual incide o desconto por cada ano antecipado. Um exemplo fornecido pelo jornal português Diário de Notícias em sua edição de 11 de novembro de 2016, apresenta o seguinte dado:

[...] um pensionista que tenha descontado menos de 15 anos tem direito a uma pensão mínima de 263 euros (primeiro escalão), se tiver descontado entre 15 e 20 anos receberá no mínimo 275,89 euros (segundo escalão), com uma carreira contributiva entre 21 e 30 anos o pensionista receberá 304,44 euros pelo menos (terceiro escalão) e quem tiver descontado mais de 31 anos receberá uma pensão não inferior a 380,56 euros.

Ainda assim, o entrevistado revela o peso das aposentadorias para o Estado português e justifica afirmando que a população está muito envelhecida. Por outro lado, informa que o problema da dificuldade de sustentabilidade da segurança social portuguesa tem como motivo o pagamento de aposentadorias acumuladas, bem como para outros que nunca contribuíram.

Você não sabe mas o Estado português gasta... é de longe a rubrica maior do orçamento do Estado português são as pensões, perto de 30 mil milhões de euros,

⁶ Em 2017, a idade mínima para se aposentar sem perdas em Portugal corresponde a 66 anos e 3 meses de idade.

porque a população está muito envelhecida, embora há muitos sistemas de acumulação, basta dizer que há dois meses e meio pensionistas, muitos que nunca cotizaram, sobretudo mulheres, viúvos, aliás se o homem também fica viúvo ele recebe, claro. Mas isso tinha sentido quando era a mulher, não tem sentido para o homem, o homem trabalhou, descontou e deve ser suficiente pra viver, se não é então tem que tirar dos de cima pra dar pra os de baixo e temos três milhões e meio de pensões. Perdão, há um milhão de pessoas que tem no mínimo duas. Tá completamente errado mas não há governo que vá mexer

Reflexões finais sobre o silêncio ensurdecedor

O planejamento para contatar docentes pré-aposentados e aposentados portugueses iniciou-se ainda no Brasil com o contato com instituições como a FENPROF – Federação de Professores e o SNESup – Sindicato Nacional de Ensino Superior, visando a uma aproximação com tais sujeitos. Já em Lisboa, ainda durante a etapa de pesquisa documental, foram feitos contatos com docentes da Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa além do próprio ISCTE-IUL, mas em várias tentativas não se obteve o êxito esperado, assim, a etapa ocorrida em Lisboa limitou-se a apenas duas entrevistas com pesquisadores portugueses do Instituto do Envelhecimento.

Evidentemente que qualquer tentativa de comparação com a realidade social brasileira seria no mínimo prematura, dada as circunstâncias desfavoráveis em que foi submetida a etapa de campo lusitana. Longe de querer contemplar a profundidade requerida de um estudo em que se busca compreender qualitativamente duas realidades econômicas, sociais e culturais distintas, procurou-se aguçar a curiosidade acerca de um fenômeno atual e em ampla expansão e, em última instância, dotar o pesquisador de conhecimentos preliminares para a etapa que se desenvolveria mais tarde no Brasil.

De maneira geral, a visão que parece prevalecer para os pesquisados nos encontros realizados é de que qualquer discussão que envolva a aposentadoria no contexto português, associa-se, em alguma medida, a representações de sentimentos negativos e dificuldades enfrentadas com essa condição social, revelando ainda sua forte ligação à perspectiva ocidental voltada intimamente ao trabalho. Possivelmente por esta razão, a aposentadoria surge como um tema, ora revestido de sutilezas, ora dissimulado.

As respostas evasivas, as fugas e os silêncios observados pelo pesquisador, especialmente na segunda entrevista, sugerem um certo receio para abordar o assunto e merecem uma reflexão mais aprofundada, afinal, o “silêncio” como resposta, pode significar uma resposta.

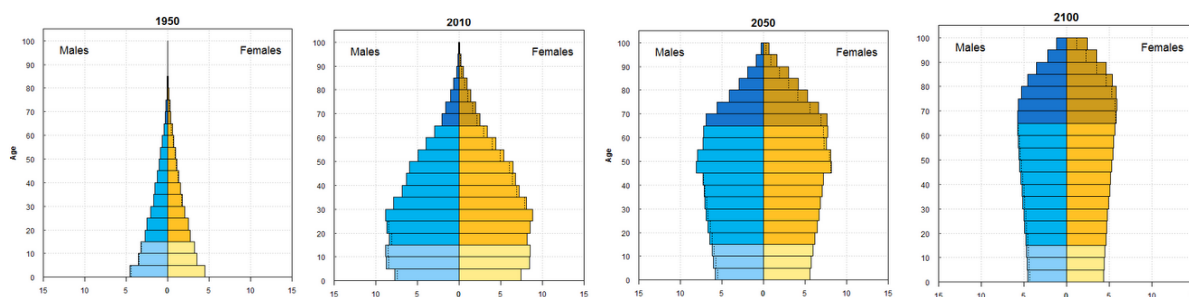
6. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO 2

No estudo dois buscou-se apresentar algumas reflexões acerca do processo de envelhecimento da população brasileira, para isto, resgatam-se alguns dados demográficos marcados implicitamente por transformações históricas e sociais, consideradas determinantes na trajetória da estrutura etária da sociedade. Inicialmente apresenta-se a evolução demográfica e algumas projeções para as próximas décadas; a seguir exploram-se algumas características e representações da população idosa e, por fim, discute-se o enquadramento deste grupo social no mercado de trabalho. Estas discussões servirão como pano de fundo para relacionar a temática aos impactos na aposentadoria.

6.1 O envelhecimento da sociedade brasileira

O envelhecimento da população brasileira é um fenômeno que acompanha a realidade mundial de perto. Segundo dados do IBGE (2012), a população brasileira continua sensivelmente envelhecendo, com sérios reflexos para as gerações futuras. As pirâmides etárias representadas pela Figura 9 ilustram bem a alteração na estrutura demográfica da sociedade brasileira, com projeções para os anos de 2050 e 2100 que demonstram um claro agravamento da situação (ONU, 2013b).

Figura 9 - Pirâmides etárias do Brasil (anos 1950, 2010, 2050 e 2100).



Fonte: ONU Demographics profiles – The 2012 revision (2013b).

Na coordenada horizontal de cada pirâmide está representada, em milhões, a população do país, com os homens representados na cor azul (lado esquerdo) e as mulheres representadas na cor laranja (lado direito); já a coordenada vertical representa as idades dos indivíduos. Ao considerar o período de 100 anos (1950-2050), nota-se que o Brasil apresenta significativas

mudanças em termos demográficos. As projeções para 2100 acentuam estas tendências e revelam, intrinsecamente, um futuro incerto a ser enfrentado pelo Estado e também pelas sociedade, em virtude principalmente da redução da quantidade de jovens em relação ao contingente de idosos.

A Tabela 3 apresenta alguns índices importantes que demonstram o envelhecimento demográfico brasileiro. Nela é possível verificar que, entre os anos 1970-1980, o Brasil possuía características demográficas próprias de uma população estável e bastante jovem (com idade média de 20 anos), decorrente de uma Fertilidade Total (FT) ainda relativamente elevada (4,3%). É possível constatar também que, em um intervalo de 60 anos (1950-2010), a população brasileira cresceu bastante, passando de pouco mais de 50 milhões de pessoas para mais de 195 milhões, com o contingente de idosos passando de pouco mais de 1 milhão e 600 mil para mais de 13 milhões, representando um acréscimo de mais de 800%.

Ao se considerar o ano de 2050, nota-se nitidamente uma mudança na estrutura etária do país, com a elevação da idade média para 44,4 anos, a diminuição da TF para 1,71% e a expectativa de vida atingindo 81,7 anos. Nessa década, o Brasil terá, segundo as projeções, um contingente de aproximadamente 50 milhões de idosos para uma população de 230 milhões de pessoas e, a partir deste período, embora a população comece a decrescer, o contingente de idosos ainda continuará aumentando até meados de 2080 (ONU, 2013).

Tabela 3 - População por grupos de idade e indicadores selecionados – Brasil (1950-2100)

	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2020	2030	2040	2050	2060	2070	2080	2090	2100
População (milhares)	53.975	72.776	96.060	121.740	149.648	174505	195.210	211.102	222.748	229.403	231.120	228.378	221.983	213.199	203.636	194.533
Grupos de idade (anos)																
0 a 14	22.432	31.480	40.676	46.318	52.803	51.647	49.763	44.113	41.364	38.114	35.251	33.122	31.217	29.604	28.275	27.106
15 a 64	29.937	38.895	51.816	70.303	90.164	113.277	131.962	146.847	151.175	150.976	143.861	135.330	124.806	117.228	110.121	104.075
65 ou mais	1.606	2.401	3.569	5.120	6.681	9.580	13.485	20.141	30.210	40.313	52.008	59.926	65.960	66.367	65.240	63.352
Idade média (anos)	19,2	ND	ND	20,3	ND	ND	ND	ND	ND	ND	44,4	ND	ND	ND	ND	49,8
Expectativa de vida ao nascer (anos)	1950-1955	1960-1965	1970-1975	1980-1985	1990-1995	2000-2005	2010-2015	2015-2020	2025-2030	2035-2040	2045-2050	2055-2060	2065-2070	2075-2080	2085-2090	
	51,0	55,9	59,8	63,5	67,5	71,0	73,8	75,1	77,6	79,8	81,7	83,2	84,6	85,9	87,1	
Fertilidade total	1975-1980		2000-2005		2005-2010		2010-2015	2015-2020	2020-2025		2045-2050					2095-2100
	4,3		2,25		1,90		1,82	1,75	1,71		1,71					1,82

Fonte: ONU (2013a)

6.2 A população idosa no Brasil: características e representações

Infelizmente, nem sempre o registro de um maior número de idosos aliado ao aumento da expectativa de vida se traduz necessariamente em melhores condições de vida. Nesse sentido, retomamos o ponto ao qual nos referimos, rapidamente, no início do capítulo em relação às particularidades verificadas nas diferentes nações e que caracterizam distintas formas de envelhecimento.

Para esta discussão recorreremos ao pensamento de Kalache (1987, p.219) que chamava a atenção para um “envelhecimento artificial” vivido pelos brasileiros, afirmando que “muitos sobrevivem, apesar de suas condições de vida, simplesmente, porque recebem imunização ativa contra determinadas doenças ou tratamento específico, para outras”. Para a denominação de “envelhecimento natural” o mesmo autor toma como exemplo o que ocorreu na maioria dos países europeus durante o período de transição demográfica, que “já apresentava níveis socioeconômicos que proporcionavam, a grande parte de suas populações, condições de vida satisfatórias” (KALACHE, 1987, p. 219).

Convém citar ainda que, “na Europa, a queda na taxa de fecundidade iniciou-se no final do século 19, cem anos após a queda na taxa de mortalidade” (NASRI, 2008, p.S6). A partir dessa informação, observa-se que a janela de oportunidades foi aproveitada e os ganhos obtidos com a Revolução Industrial, serviram, de maneira geral, para subsidiar as consequências de tal transição. Segundo Rodriguez-Wong e Carvalho (2006, p.7), “sabe-se que a maior parte dos países europeus levou quase um século para completar sua transição da fecundidade. [...] O Brasil, por sua vez, experimentou um declínio similar em um quarto de século”. Com base nesse raciocínio, afirma-se que a população idosa não pode ser unicamente compreendida por meio de fatores biológicos. A interação de aspectos culturais, sociais, psicológicos e biológicos compõem os principais determinantes deste complexo processo de envelhecimento.

De maneira geral, as diversidades culturais, religiosas, ideológicas e históricas foram responsáveis por influenciar e moldar, ao longo dos tempos, as atitudes e percepções em relação às pessoas mais velhas (JOHNSON, 2005). Na antiguidade encontra-se, por exemplo, na Grécia, nas sociedades judaico-cristãs, no islamismo, no budismo, no confucionismo e, mais recentemente, nas tribos da África e das Américas, o ancião como sinônimo de sabedoria, símbolo de *status* e respeito, características positivas acumuladas ao longo da vida.

Já na atualidade, nas sociedades pós-industriais modernas ditas capitalistas, cujo trabalho, produtividade e lucro configuram-se como principal tripé de sustentação do sistema, o jovem, especialmente do sexo masculino, ainda tende a ser visto como protagonista. “Cultua-

se uma imagem ligada ao jovem, em forma e dotado de um corpo esteticamente bonito, associado a uma representação idealizada de um estilo de vida ligado ao consumo” (FATHERSTONE; HEPWORTH, 2005, p. 354). De modo contrário, a imagem representada na figura do idoso, ainda está, frequentemente, associada à noção de perdas ou a alguém fragilizado, fisicamente dependente, quiçá sem utilidade.

Essa representação tem sido reforçada, de certa forma, em virtude dos gastos crescentes dos governos com o estabelecimento de políticas públicas voltadas a esta camada da população, com vistas a proporcionar melhores condições de saúde, bem-estar e seguridade social, fato que tem levado os idosos a serem percebidos como “um problema social”. Essa visão está bem explicitada na passagem a seguir:

O estereótipo de idosos como um grupo homogêneo com necessidades especiais tem predominado nas políticas públicas. A visão predominante dessa população é a de um grupo homogêneo que vivencia a última fase da vida, composto por uma população frágil, tanto do ponto de vista econômico quanto de sua saúde e que necessita de proteção social específica (IPEA, 2013, p.13).

Apesar dessa percepção quase universal, acredita-se, no entanto, que considerá-los um problema social é equivocado. Algumas razões para isso podem ser postas:

Primeira: deve-se ter em vista que os idosos da atualidade não podem ser comparados com aqueles da década de 1960. Apesar das diferenças regionais e das diferenças em relação às camadas sociais, os avanços na saúde possibilitaram-lhes chegar à faixa dos 60 anos com boa saúde física, mental e disposição para continuarem a trabalhar. A imagem do idoso dotado de maior fragilidade e vulnerabilidade talvez seja mais adequada para aqueles que se situam na faixa dos 70 ou 80 anos e acima. Isto mais uma vez reforça a ideia de que a heterogeneidade do grupo vai além da composição etária.

Segunda: entender-se que a idade como único determinante para demarcação de um sujeito idoso ou não idoso tem sido necessário do ponto de vista político, em virtude do caráter impessoal requerido pela administração pública para a consecução de políticas públicas e distribuição de recursos. Há de se considerar, contudo, as diversas variáveis que interferem nessa determinação.

Terceira: grande parte das dificuldades enfrentadas pelos idosos é, na verdade, consequência de uma estrutura política, econômica e social historicamente fragilizada e incapaz de suprir algumas necessidades básicas.

Ao se discutir sobre os estereótipos ligado aos idosos, a academia internacional tem se utilizado do termo *ageism*⁷, cujos estudos também têm como intenção combater os aspectos negativos associados à velhice e atribuir uma imagem positiva ao idoso. Sobre esse aspecto convém refletirmos sobre o que diz Fatherstone e Hepworth, (2005, p.356).

A percepção do funcionamento do corpo, da saúde e aparência exterior é formada em um contexto social e cultural que tem duas dimensões. É, em primeiro lugar, predominantemente, governada pelo visual: um meio em que as sentenças (positivos e negativos) são constantemente feitas nas interações sociais cotidianas com outras pessoas que podem feedback positivo e negativo avaliações do corpo. Em segundo lugar, é um contexto em que não apenas olhar e são olhados por outros, mas em que somos confrontados no nosso diário viver por inúmeras imagens do corpo humano no mídia e em outros lugares.

Embora o envelhecimento seja considerado um processo biológico natural da vida humana, geralmente não se está muito preparado para reconhecê-lo e aceitá-lo. Sua chegada, frequentemente, vem acompanhada de queda na autoestima, decorrente de um enfraquecimento da saúde e transformações anatômicas e funcionais, que trazem como consequência uma redução da qualidade de vida (ALVARENGA *et al.*, 2009). Assim, as representações que os idosos têm de si e as representações que são formadas pelas sociedades capitalistas contemporâneas trazem consigo perspectivas e desafios que repercutem na dinâmica do mercado de trabalho, valorizando o mais jovem pela sua flexibilidade, agilidade e atualização com os recursos tecnológicos.

Não se pode negar que as fragilidades físicas, mentais e cognitivas aumentam com o avanço da idade e contribuem para uma diminuição da capacidade laboral, embora não haja consenso entre os pesquisadores em relação ao momento em que geralmente isso ocorre (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2012). Percebe-se, todavia, que o aumento da expectativa de vida da sociedade brasileira tem permitido que o segmento etário dos idosos se torne cada vez mais heterogêneo a noção de que o idoso aos 60 anos é um ser incapacitado para o trabalho vem, aos poucos, esmaecendo, perdendo o valor.

O protagonismo do idoso, ainda ativo na cadeia de manutenção familiar, traz reflexos para a População Economicamente Ativa (PEA) idosa, alterações no mercado de trabalho e, consequentemente, implicações em decisões sobre a aposentadoria, seja prolongando o momento de transição da atividade para a inatividade, seja ao optar pela aposentadoria e retorno ao mercado de trabalho, como tem acontecido com frequência no Brasil.

⁷ O termo *ageism* vem do inglês e foi cunhado por Robert Butler em 1975. Refere-se ao preconceito ou discriminação que uma pessoa sofre em função de sua idade. Em Portugal é também conhecido como *idadismo*.

6.3 Aposentadoria no Brasil

No Brasil, o direito à aposentadoria foi instituído pelo Decreto nº 9.912-A, de 26 de março de 1888, inicialmente aos empregados dos Correios, fixando a idade mínima de 60 anos de idade e 30 anos de efetivo serviço. Foi apenas em 1923, entretanto, com o Decreto nº 4.682, também conhecido como Lei Elói Chaves, que foi criada uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para beneficiar todos os empregados das empresas de ferrovia. Este é considerado o marco da Previdência Social propriamente dita (BRASIL, 2015).

Nos anos 1930, já em termos de *status* constitucional, o Governo de Getúlio Vargas impôs mudanças à Previdência Social, visando expandir os benefícios a todos os trabalhadores urbanos como forma de garantir os interesses econômicos do país (LADENTHIN, 2011). O que se verificou até o ano de 1959 foi a criação de vários Conselhos, Departamentos e Institutos, valendo-se de inúmeros decretos, que tinham por objetivo sustentar a inclusão gradual de várias categorias de trabalhadores e consolidar a Previdência Social Brasileira.

A introdução da Constituição Federal de 1967 não trouxe grandes modificações em comparação à Constituição Federal de 1946, a não ser a inclusão do adjetivo **social** à previdência, que passou a ser denominada de Previdência Social (LADENTHIN, 2011). Somente a partir da Constituição Federal do 1988 e a instituição do Regime Jurídico Único em 1990, através da Lei nº 8.112, é que foram observadas mudanças mais significativas (BRASIL, 2015).

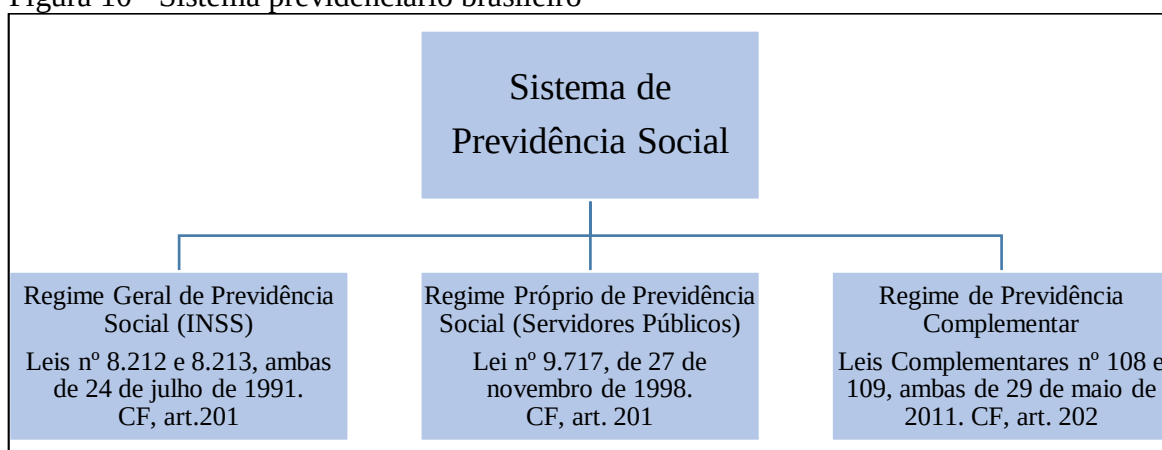
Tais medidas foram uma tentativa de equilibrar o sistema previdenciário brasileiro ao acompanhar as alterações políticas (de tendências neoliberais), econômicas (marcadas pelas crises financeiras na economia global) e sociais (caracterizadas pelo aumento do número de idosos e da expectativa de vida do brasileiro) ao longo das últimas décadas, mas que acabaram por impactar profundamente o trabalhador brasileiro.

Observa-se, por exemplo que, de 1998 até o momento atual, o país passou por três reformas da previdência que trouxeram significativas mudanças em termos de suas estruturas. A primeira delas ocorreu com a Emenda Constitucional (EC) 41, ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio da qual os servidores públicos perderam a prerrogativa de uma aposentadoria diferenciada em relação aos demais trabalhadores. A segunda, no Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, pôs fim à integralidade e à paridade. E a mais recente, implantada no primeiro mandato do Governo de Dilma Vana Rousseff, por meio da Lei n. 12.618 de 30 de abril de 2012, que estabeleceu que os servidores públicos contratados a partir de 04 de fevereiro de 2013 que quisessem receber na aposentadoria mais do que o teto do RGPS

(atualmente em R\$ 5.531,31), deveriam contribuir com a previdência complementar (PROIFES, s/d).

A Figura 10 apresenta como o sistema previdenciário brasileiro atualmente é regido. São três as categorias: o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que engloba todos os indivíduos que contribuem para o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS); os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), de responsabilidade dos Estados e Municípios, destinados aos servidores públicos que ingressaram por meio de concurso público; e a Previdência Complementar (PC), que é facultativa e visa proporcionar uma renda extra ao trabalhador.

Figura 10 - Sistema previdenciário brasileiro



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015

Como consequência do atual quadro previdenciário, atualmente se configuram quatro gerações de servidores federais, cujos perfis podem ser distinguidos a partir do seu ingresso no serviço público. Considerá-los nos estudos que tratam do tema aposentadoria no serviço público torna-se, portanto, uma condição *sine qua non* para a apreensão da atual realidade brasileira dos docentes universitários.

A primeira geração é composta por docentes que se aposentaram antes da EC 41/2003, com garantias de paridade e integralidade; a segunda geração constituída pelos docentes aposentados antes da EC 41/03, mas que precisaram preencher os requisitos de tempo de contribuição; a terceira geração, composta por aqueles que ingressaram no serviço público entre a EC 41/03 e a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, cuja aposentadoria será estabelecida pela média aritmética das 80% melhores contribuições; e, por último, os que ingressaram mais recentemente no serviço público, após a vigência da Lei nº 12.618 (04/02/2013) que criou a previdência complementar, exposto no Quadro 7.

Quadro 7 - Gerações de servidores públicos

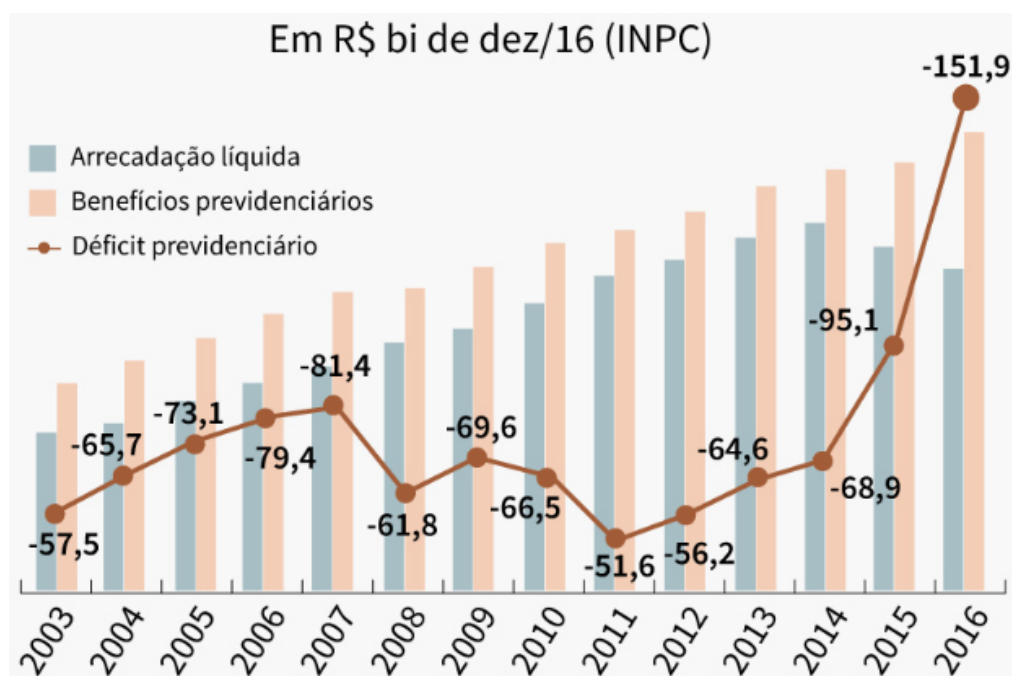
Gerações	Perfil	Data	Características da aposentadoria
1ª Geração	Aposentados antes da EC 41/03	19 de dezembro de 2003	• Aposentadoria integral e paritária • Pagam contribuições de inativos • Pensões correspondem à soma do teto do RGPS mais 70% do que exceder • Pensionistas também pagam contribuições de inativos
2ª Geração	Ingressaram antes da EC 41/03	Até 19 de dezembro de 2003	• Aposentadoria integral e paritária, desde que preencham os requisitos de aposentadoria por tempo de contribuição da EC 41: - Idade: 60 anos (homens) - Idade: 55 anos (mulheres) - Contribuição: 35 anos (homens) - Contribuição: 30 anos (mulheres) - Para todos: 20 anos no serviço público, 10 anos na carreira, 5 anos no cargo • Para professores do ensino básico, a aposentadoria pode ocorrer com 5 anos a menos na idade e na contribuição • Homens: 30 anos de contribuição e 55 de anos de idade • Mulheres: 25 anos de contribuição e 50 anos de idade • Não existe mais a aposentadoria voluntária proporcional. Os servidores que têm os requisitos da aposentadoria voluntária, podem pedir o abono pecuniário • A aposentadoria compulsória ocorrerá pela regra nova e será proporcional ao tempo de contribuição, caso não cumpram os requisitos. • Os servidores que ingressaram antes da EC 20, de 15 de dezembro de 2008, podem se aposentar com menos idade, caso tenham maior tempo de contribuição (Regra de transição 85/95 EC 47)
3ª Geração	Ingresso após a EC 41 e antes da FUNPESP-EXE (Previdência Complementar)	Entre 01 de janeiro de 2004 e 03 de fevereiro de 2013	• Não têm integralidade e paridade • A aposentadoria é calculada pela média das melhores contribuições (80% do tempo) e se torna "provento" • Reajuste pelo mesmo percentual do RGPS (Lei nº 11.784 de 2008) • Tempo, idade e valor de contribuição (11% do salário bruto), iguais aos servidores da 2ª geração
4ª Geração	Ingresso no serviço público após a criação da FUNPESP-EXE (Previdência Complementar)	A partir de 04 de fevereiro de 2013	• A aposentadoria pela média é limitada ao teto do RGPS (atualmente R\$ 5.531,31) – Paga pelo RPPS • Se desejarem receber mais que o teto, devem contribuir com o Fundo de Pensão • Tempo e idade são os mesmos da 3ª geração, mas contribuem com apenas 11% até o teto do RGPS (máximo de R\$ 608,44 em 2017)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

Acredita-se que o aumento do *déficit* da Previdência Social é, possivelmente, uma consequência direta do crescente contingente de idosos na sociedade brasileira e aumento do número de benefícios concedidos nos últimos anos embora nestes não sejam os únicos fatores responsáveis por tal situação, o que tem pressionado o Estado a adotar medidas cada vez mais restritivas, que acabam por gerar incertezas durante a proximidade da aposentadoria, momento de grande fragilidade e indefinição (ROESLER, 2012).

Pelo que se percebe, esse ambiente de insegurança e instabilidade entre os trabalhadores tende novamente a voltar à tona com o recente envio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016 ao Congresso Nacional, cujo objetivo é justamente conter esse *déficit*, que em 2016 atingiu quase 152 bilhões de reais, o equivalente a 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Evolução do déficit previdenciário (RGPS) em bilhões de reais



Fonte: Ministério da Fazenda, 2017

Na seção a seguir, de maneira breve, apresentam-se algumas medidas que caracterizam a nova reforma da Previdência Social, proposta em dezembro de 2016, pelo presidente da República, Michel Temer, e as possíveis implicações para o trabalhador. Em virtude dos variados detalhes que a definem e as possibilidades de alterações no texto ao longo das

discussões que ainda ocorrerão, o próximo subcapítulo volta sua atenção apenas aos aspectos contidos no texto base.

6.4 Propostas de mudança na Previdência Social

Os temas aposentadoria e previdência voltaram ao centro do debate central desde o início de 2017, depois do anúncio em dezembro de 2016, da PEC 287/2016, em que se preveem mudanças aos cidadãos brasileiros. Segundo o governo, o principal objetivo é que seja realizada uma revisão nas aposentadorias a fim de equilibrar as contas públicas, para se adequarem ao novo perfil etário da população brasileira e, conseqüentemente, garantir a médio e longo prazos a sustentabilidade da Previdência. Como toda mudança, gera-se entre os trabalhadores, nitidamente, uma certa insegurança, principalmente pela falta de conhecimento em relação às novas regras propostas que, na percepção da maioria da população economicamente ativa, frequentemente, culminam com uma maior penalização, seja financeiramente ou em relação à idade permitida para se aposentar.

Cabe destacar que nem todos os brasileiros serão afetados pelas mudanças que ocorrerão. Conforme o Quadro 8, se aprovadas, tais alterações atingirão apenas os trabalhadores com menos de 45 anos (mulheres) ou 50 anos (homens); aqueles que já possuem o direito à aposentadoria adquirido, por idade ou contribuição, ou já se aposentaram, não são afetados; já os trabalhadores que não se inserem nem no primeiro e nem no segundo critério, deverão pagar um “pedágio”, seguindo uma nova regra (BRASIL, 2017).

O governo propõe estabelecer uma idade mínima (65 anos, independente do gênero) para obtenção da aposentadoria, elevando o tempo de contribuição em 10 anos (de 15 para 25 anos). A regra que atualmente rege a Previdência não estabelece uma idade mínima para os indivíduos se aposentarem, podendo ser requerido com 30 anos de contribuição (para mulheres) e 35 anos (para homens) a obtenção do benefício, porém o valor integral da aposentadoria é concedido apenas ao atingir a pontuação exigida pela Previdência: 85 pontos para mulheres e 95 pontos para os homens, com aumento progressivo à medida que a expectativa de vida do brasileiro aumenta (Fator previdenciário). A nova regra estabelece um tempo mínimo de contribuição, que é de 49 anos.

Quadro 8 - Resumo das principais mudanças propostas nas atuais regras da Previdência Social

Temas	Como é atualmente	Texto da reforma
Idade da aposentadoria	A soma da idade e tempo de contribuição é de 85 para mulheres e 95 para homens	65 anos (com regra de transição para homens com mais de 50 anos e para mulheres com mais de 45 anos)
Tempo mínimo de contribuição	15 anos	25 anos
Regra para o benefício integral	Fator previdenciário e regra 85/95	49 anos de contribuição
Cálculo da aposentadoria	Média dos 80% maiores salários recebidos a partir de 1994	51% da média de todas as contribuições mais 1% por ano de tempo de contribuição, até atingir 100%
Benefício mínimo	Salário mínimo	Desvinculado do salário mínimo
Regra de transição	Não há	50 anos para os homens e 45 anos para as mulheres, com pedágio de 50% sobre o tempo que falta.
Aposentadoria do servidor público	Há um regime próprio e distinto da Previdência dos trabalhadores privados. Uma parcela das aposentadorias vem da contribuição dos próprios servidores e outra parte do governo	Unificação do Regime Próprio de Previdência Social e do Regime Geral de Previdência Social (INSS)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

Outra mudança refere-se ao próprio enquadramento do servidor público (RPPS), que passa a fazer parte e responder às mesmas regras dos trabalhadores regidos pelo RGPS desse modo, os aspectos como tempo mínimo de contribuição, idade mínima e cálculo do benefício serão tratados de uma única forma (BRASIL, 2017).

Percebe-se assim que, caso sejam aprovadas, parcial ou integralmente, as implicações de tais mudanças para os trabalhadores serão evidentes. De maneira geral, constata-se que essas alterações não são exclusivas no Brasil, mas fazem parte de medidas necessárias, para se adaptar a reestruturação demográfica em curso, que ocorrem em outros países do mundo, a exemplo de Portugal. Somente assim, será possível garantir a sustentabilidade das gerações futuras.

6.5 As representações sociais do aposentado em jornais do Nordeste

Este capítulo apresenta os resultados provenientes da pesquisa documental realizada nos dois jornais do Nordeste (Correio da Paraíba e Jornal do Commercio). Os desdobramentos desta investigação de caráter qualitativo, orientada por sua natureza exploratória e descritiva, estão embasados pela análise de narrativas (JOVCHELOVICH; BAUER, 2002) que encontram-se a seguir.

6.5.1 Jornal Correio da Paraíba

Na busca realizada no jornal Correio da Paraíba, que ocorreu através de seu portal, foram identificadas seis matérias com a palavra-chave “aposentados” durante o ano de 2015, embora nossa procura tivesse contemplado anos anteriores.

Constatou-se que quatro delas estavam relacionadas aos **aspectos político, legal e econômico** (nível macro) que afetavam os aposentados brasileiros dependentes do INSS na época, mais especificamente, as discussões na Câmara dos Deputados e no Senado Federal acerca da emenda na Medida Provisória nº 672/2015 que pretendia estender o reajuste do salário mínimo dos trabalhadores aos aposentados.

Em dois textos intitulados “Senado aprova MP que estende correção do salário mínimo aos aposentados” e “MP do salário mínimo e reforma política mobilizam senadores”, ambos de julho de 2015, é possível observar na matéria uma narrativa que associa o aposentado a um ser, supostamente, **fragilizado financeiramente** e dependente da sensibilização dos senadores, mas que, ao mesmo tempo, **mostra-se consciente de seus direitos e capaz de se mobilizar em protestos**.

Senadores favoráveis ao benefício para os aposentados, como Paulo Paim (PT-RS), alegam que [...] não haveria aumento real, apenas a correção da inflação, que já é prevista em lei. [...] Outra proposta de emenda, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que não foi aprovada, gerou bate-boca no plenário com o senador Paulo Paim (PT-RS), ao som de vaias dos aposentados que acompanhavam a sessão nas galerias (CORREIO DA PARAÍBA, 09/07/2015).

A declaração do governo de que a valorização do salário mínimo às aposentadorias e pensões maiores que um mínimo implicaria um maior impacto sobre o já elevado **déficit nas contas da Previdência Social** consiste na materialização da relação de poder no plano político, confirmada mais tarde com o veto presidencial. Tal fato impôs um **tratamento desigual dado**

aos inativos em relação aos ativos, considerado pelos primeiros, injusto e discriminatório, reforçado à medida que a idade avança e as necessidades financeiras aumentam.

O governo não queria a aprovação do texto com a emenda da Câmara que estendia aos aposentados o direito ao mesmo reajuste do salário mínimo concedido aos trabalhadores que causará impacto sobre as contas da Previdência (CORREIO DA PARAÍBA, 09/07/2015).

Segundo as matérias analisadas, para o governo, as **condições econômicas** do país e as **tendências** que se estabeleciam justificavam a necessidade de continuar com a política de ajuste fiscal e, indiretamente, atribuía aos aposentados a responsabilidade pelo déficit e, conseqüentemente, o peso pelas medidas impostas. Se por um lado, o grupo de aposentados era representado como capaz de se mobilizar em uma matéria anterior, aqui se revela **impotente para reagir socialmente** diante da situação que impacta sua realidade social.

De maneira geral, pode-se supor que a **falta de planejamento financeiro adequado para o momento da aposentadoria** e a instabilidade do quadro econômico do país concorrem para o agravamento da situação financeira do aposentado que, na tentativa de superar tais dificuldades, busca na **aquisição de empréstimos financeiros**, um meio ilusório para melhorar as condições de vida. Neste contexto, o aposentado desempenha um papel de **sujeito endividado**.

Na segunda metade do ano de 2015, duas notícias trouxeram à tona a denúncia de docentes da UFPB, que se aposentaram antes de 1996, sobre cortes nos contracheques. Diferentemente das matérias anteriores que trouxeram para reflexão o contexto brasileiro e o foco no nível micro e macro, desta vez o jornal aponta para problemas relacionados ao próprio ambiente organizacional universitário, ou seja, as atenções voltam-se ao nível meso.

Novamente, a **capacidade de mobilização** e a **luta pela garantia de direitos** surgem como representações vinculadas ao docente aposentado. Segundo a narrativa, o ato ocorreu em virtude da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) utilizar como parâmetro de cálculo a remuneração da classe “professor associado”, criado pela Lei nº 11.344/2006, tomada com base na Norma Técnica nº 188/2012, do Ministério do Planejamento, em substituição ao artigo 192 da Lei nº 8.112/90 que dispõe sobre o Regime Jurídico Único, contrariando o preceito de irredutibilidade dos salários previsto no artigo 7º da Constituição Federal.

Um grupo de 723 professores aposentados da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) realizou um encontro na manhã dessa terça-feira (30) no prédio da Reitoria,

no campus I de João Pessoa, para denunciar que estaria havendo cortes nos salários deles desde 2013 [...]. No encontro, todos tomaram café da manhã e fizeram um minuto de silêncio em protesto à forma como a Reitoria da UFPB estaria tratando o caso [...]. Os docentes que se sentem prejudicados, ingressaram por meio do Sindicato dos Professores da UFPB (Adufpb) com um requerimento junto ao Conselho Universitário (Consuni) solicitando o retorno dos valores cortados e o pagamento retroativo (CORREIO DA PARAÍBA, 01/07/2015).

A figura da Reitora, representada na matéria como autoridade máxima da universidade, surge, de certa forma, como responsável pelas perdas financeiras dos sujeitos aposentados pelo fato de não ter submetido o requerimento à apreciação do Consuni (Conselho Universitário) e sim, à Procuradoria Jurídica da UFPB. O tempo de quase quatro meses entre as duas notícias veiculadas, sugerem, em um primeiro momento, questões de natureza burocrática da própria instituição, que caracterizam grande parte dos órgãos públicos brasileiros, além de um sentimento de descaso, por parte dos envolvidos, para a maneira como a questão é tratada.

A reitora Margareth Diniz, como presidente do Consuni, não chegou a submeter o documento à discussão, encaminhando-o para parecer da Procuradoria Jurídica da UFPB. Até o momento, entretanto, o requerimento não retornou ao Consuni. Por causa da demora, os professores ingressaram com outro requerimento, desta vez na Progep, solicitando o restabelecimento do critério de cálculo previsto no artigo 192, mas o pedido foi rejeitado pela Pró-Reitoria. [...] Em seguida, os professores apresentaram um segundo requerimento à Progep, desta vez destacando o princípio constitucional da irredutibilidade dos salários. Na resposta, os juristas da Pró-Reitoria voltaram a negar o pedido e ignoraram completamente a argumentação dos docentes, apresentando a mesma resposta dada ao primeiro requerimento. Os aposentados continuam cobrando uma solução para o caso e exigem a reposição imediata dos valores cortados (CORREIO DA PARAÍBA, 01/07/2015).

As ancoragens presentes no ano de 2015 no jornal analisado são confirmadas por outros estudos na medida em que conferem à aposentadoria um período único na vida do indivíduo, quando este se defronta com incertezas que podem interferir em sua qualidade de vida (LIBERATTI et. al, 2015; FRANÇA; SOARES, 2009). Ao mesmo tempo, percebe-se que o problema vivenciado pelos docentes aposentados da UFPB se assemelha a alguns dos problemas dos idosos e aposentados brasileiros em geral, como a dificuldade de ter os seus direitos reconhecidos. Essa garantia de direitos é minimizada quando se observa que as formas de mobilização dos aposentados são menos visíveis, se comparadas aos dos trabalhadores que continuam na ativa, haja vista a impossibilidade de se organizar greve.

6.5.2 Jornal do Commercio

O período de tempo mais prolongado e o número maior de notícias encontradas no jornal pernambucano permitem cobrir uma quantidade maior de acontecimentos relacionados ao tema e, assim, buscar uma análise um pouco mais apurada em comparação ao jornal Correio da Paraíba, com vistas a facilitar uma aproximação para compreensão das representações sociais da aposentadoria na etapa vindoura.

Partindo de uma perspectiva micro, onde são focalizados aspectos inerentes ao indivíduo, foi possível identificar passagens do texto que demonstram no código condições financeiras do aposentado como um **sujeito vulnerável financeiramente**, devido à contratação excessiva de empréstimos. Sobre o adiamento do reajuste salarial dos funcionários públicos federais de janeiro para agosto, um docente aposentado faz um desabafo.

Muitos não tem instrução e costumam ser alvo fácil de funcionários de bancos e financeiras que precisam bater metas, além de serem constantemente utilizados por familiares para tomar empréstimos [...] Em média, esses consumidores têm sete empréstimos, mas já recebemos idosos com 17 empréstimos. Há cidadãos com até 90% da renda comprometida (JORNAL DO COMMERCIO, 14/07/2015).

Já me mandaram uma carta dizendo que eu devia R\$ 16,5 mil. É tanta carta que você fica doido, desabafa. Agora estou com o nome sujo e tenho que ver como vão ficar esses pagamentos (JORNAL DO COMMERCIO, 19/07/2015).

Quem vai arcar com grande parte desse pacote são os funcionários públicos. Além da inflação e dos tributos que estão previstos, ainda vamos ter mais oito meses de defasagem. Tenho compromissos que não posso deixar de pagar, vamos ter que fazer ainda mais esforço para cortar os gastos dentro de casa”, queixa-se o professor aposentado da Universidade Federal Rural de Pernambuco, DM, responsável pela única renda de casa (JORNAL DO COMMERCIO, 20/09/2015).

Cabe ressaltar que a prática de buscar empréstimos junto aos bancos, pelos idosos, algumas vezes, tem como objetivo quitar outras dívidas já assumidas anteriormente ou, como no caso abaixo, utilizá-lo para aquisição de medicamentos e cuidados com a saúde, em detrimento de realização de atividades que poderiam concorrer para uma melhoria na qualidade de vida e, conseqüentemente, aumento da dignidade do idoso.

Os idosos terão condições de planejar melhor o orçamento, além de uma “folga no bolso” que possibilitará, a muitos, a compra – e o uso – de medicamentos (JORNAL DO COMMERCIO, 01/10/2014).

Ainda em relação ao aspecto saúde, uma matéria que trata da “ginástica cerebral” alerta para a necessidade de os mais velhos procurarem fugir da rotina e buscarem desafios, como forma de aumentar a sua capacidade intelectual e estimular a memória. No trecho a seguir é transmitida uma imagem do **aposentado** como alguém **preocupado com seu bem estar físico**, já **consciente** da chegada de algumas limitações cognitivas e **atento aos cuidados com sua saúde**.

O casal de aposentados V e AB, 66 e 69 anos, respectivamente, seguem os princípios do método há quase um ano e perceberam que as atividades dão uma mãozinha à memória. “Eu tinha dificuldades de me lembrar do nome de pessoas que fizeram parte da minha vida profissional. Comecei a fazer os exercícios e percebi a melhora [...] Se a gente exercita o corpo, porque não trabalhamos o cérebro? A mente precisa de desafios para se manter saudável” (JORNAL DO COMMERCIO, 19/03/2015).

Conforme Ferreira et al. (2012), o envelhecimento ativo deve ser uma responsabilidade não apenas de um governo, mas da sociedade. O governo, atento a essas questões, introduz medidas que visam garantir mais direitos aos idosos para um envelhecimento mais saudável, como por exemplo, a resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), citada no jornal, que prevê através de uma resolução a permissão para que o empregado, uma vez aposentado, continue usando o plano de saúde oferecido pela empresa.

A nova norma garante ainda o direito de os aposentados que contribuíram por mais de dez anos permanecerem no plano pelo tempo que quiserem, também com a exigência de que assumam o valor integral das parcelas (JORNAL DO COMMERCIO, 26/11/2011).

Consciente do seu “novo papel” na sociedade e na perspectiva de reconhecer na aposentadoria uma nova vida, repleta de desafios e descobertas, alguns idosos aproveitam esse momento para um novo começo (ALVES, 2016; ROESLER, 2014).

Aposentado de 84 anos faz Enem pela quarta vez e busca vaga em Biologia [...] Na tentativa deste ano ele diz que contratou uma professora de redação e o resto ele estudou sozinho pelo computador. É um sonho. Não tenho pretensão de trabalhar. Só de continuar estudando e aprendendo (JORNAL DO COMMERCIO, 24/10/2015).

Um outro ponto que chama a atenção no jornal é a representação do aposentado como um sujeito com **necessidades de se articular** para reivindicar melhores condições de vida e reconhecimento perante a sociedade entre outras benesses de cunho social e coletivo. Aqui o jornal deixa de emitir informações para se utilizar da carta de um leitor, o que reforça que são indicadas por um leitor, conforme o recorte abaixo.

Aposentados e pensionistas são sempre esquecidos [...] Nas tão importantes manifestações em nosso país, não vi uma bandeira ou cartaz representante dos aposentados [...] Precisamos nos entender, nos unir, nos mobilizar (JORNAL DO COMMERCIO, 20/07/2013)

Ao passar para o nível meso de análise, onde determinados aspectos organizacionais passam a interferir no processo de aposentadoria, o jornal deixa em evidência uma matéria em que revela o tratamento desigual dado aos funcionários da ativa em relação aos aposentados. Nesse sentido, a **aposentadoria** pode estar **associada** a um evento que traz certo **arrependimento e descontentamento** por sua decisão, além de acarretar ao aposentado um sentimento de falta de reconhecimento ou, até mesmo, discriminação.

O diretor do Sindicato dos Petroleiros do Rio (Sindipetro-RJ) e da Federação Nacional do Petroleiros (ANP), E.M., informou que pelo 18º ano, a Petrobrás tem aprovado aumento diferenciado para os funcionários da ativa [...] A Petrobrás ainda divide os ativos entre os antigos e os novos. Além disso, criou uma casta de gerentes de primeira linha e diretores em que os aumentos de salários são diferenciados. Já o funcionário comum e o aposentado, embora tenha contribuído durante toda a vida, para a garantia do mesmo aumento, segundo o contratos de trabalho e do fundo de pensão, ela (a Petrobrás) vem sistematicamente descumprindo esse acordo (JORNAL DO COMMERCIO, 01/10/2014)

Cabe destacar que, assim como o jornal Correio da Paraíba, neste também não foram encontradas notícias, nem passagens que pudessem ser associadas a aspectos familiares. Este é um fato curioso, tendo em vista que, a aposentadoria repercute na estrutura familiar afetando os padrões de comportamentos e, em algumas ocasiões, a qualidade dos vínculos estabelecidos entre o cônjuge, filhos e netos (ANTUNES, SOARES; MORÉ, 2015).

Os aspectos encontrados em um nível macro de análise foram os mais enfatizados nas notícias do jornal, possivelmente pela quantidade de categorias aqui inseridas. Observa-se que o tema Previdência é corriqueiramente noticiado, percebendo-se que o crescente déficit da dívida, que está associado aos benefícios dos aposentados, é a maior preocupação do governo.

A aposentadoria se insere neste contexto como um futuro cheio de incertezas. Se em algumas passagens verifica-se a tentativa do governo de se atribuir mais dignidade ao aposentado que depende do INSS, supostamente, com benefícios de maior valor, por outro lado, atribui-se à Previdência uma imagem de instabilidade e desequilíbrio, que compromete as metas estabelecidas para o ajuste fiscal. Este é, provavelmente, um dos motivos pelos quais um representante sindical confere tal déficit à má gestão do governo e rechaça a responsabilidade atribuída aos **aposentados como culpados pela dívida**, provocando a retomada das discussões

em torno da eventual possível volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) pela Presidente Dilma Rousseff.

Do lado do governo o que pesa é um possível rombo nas contas da Previdência, que já não anda lá muito bem das pernas (JORNAL DO COMMERCIO, 15/10/2012)

Déficit da Previdência do setor público é maior que dos aposentados privados. [...] O problema somos nós, disse o ministro B. Z. referindo aos servidores públicos (JORNAL DO COMMERCIO, 03/12/2014)

O governo trabalha para dar mais dignidade ao aposentado, mas a gente não pode arrebentar as contas da Previdência (JORNAL DO COMMERCIO, 09/07/2015)

A entidade afirma que o governo omite que a arrecadação da Previdência é superavitária. O governo, tendo que cobrir um rombo bilionário devido à má administração, astutamente usa os aposentados para justificara criação de um novo imposto. Para forçar a opinião pública, distorce e manipula os dados, desvinculando as receitas da Previdência, fazendo com que se mostre deficitária, sendo que de fato não é (JORNAL DO COMMERCIO, 15/09/2015)

De maneira geral, algumas reflexões podem ser trazidas à tona ao final destas descrições. Inicialmente, o que chama a atenção é o fato de não terem sido publicadas notícias, durante o período analisado, que permitissem compreender, por exemplo, eventuais associações do aposentado com a questão do envelhecimento, exceto em uma única matéria que, de maneira muito superficial, tratou da importância de manter os cuidados com a saúde. Nesta perspectiva, percebe-se que apenas um ângulo da questão é explorado.

Reconhece-se também que, qualquer estudo sobre a aposentadoria não pode ser devidamente compreendido sem que se observem os aspectos inerentes à família. Dada a dinâmica social ocorrida nas famílias brasileiras, nas últimas décadas, com o envelhecimento populacional essa adquire nova importância, com novos valores assumidos, mudanças de hábito e sua ressignificação com a chegada da aposentadoria.

Assim, as representações sociais encontradas no jornal paraibano sobre o tema em discussão associam o aposentado brasileiro, de maneira geral, a um sujeito dotado de necessidades financeiras, o que também se confirma, verificadas as devidas proporções, em relação a um grupo de ex-docentes da UFPB que reivindica seus direitos junto à Reitoria, e também quando se analisa o discurso do professor da UFRPE citado na matéria do jornal pernambucano que, como servidor público da ativa, preocupa-se com a possibilidade de ter o seu reajuste salarial atrasado.

Estes casos observados indicam, em alguma medida, que o fator financeiro adquire uma importância significativa para aqueles que se encontram aposentados e/ou se aproximam da

aposentadoria. As dificuldades encontradas pelos sujeitos sugerem uma falta de planejamento adequado para este momento da vida.

Embora se admita que a quantidade de matérias analisadas seja relativamente pequena, dada a complexidade do tema, acredita-se que os trechos que puderam ser recortados, resgataram os acontecimentos mais recentes e sinalizaram possibilidades de aprofundamentos para a etapa seguinte. Se por um lado essa limitação pode ter relação com o pouco tempo em que os jornais disponibilizaram o seu acesso na internet ao público, por outro, também serve de alerta à pouca atenção dada a outras questões relacionadas à aposentadoria que não foram noticiadas no período analisado.

Quadro 9 - Síntese das representações sociais encontradas nos jornais selecionados

Famílias	Jornal do Commercio	Correio da Paraíba
	Representações Sociais	
Micro	Sujeito vulnerável financeiramente Preocupado com o bem estar físico Cuidadoso com sua saúde Necessidade de se articular em sociedade	Fragilizado financeiramente Endividado Incapaz de se planejar financeiramente
Meso	Aposentadoria como sinônimo de arrendimento	Direitos diferentes para “ativos” e “inativos”, causando um sentimento discriminatório Consciente de direitos e capaz de mobilizar-se em protestos, mas impotente para reagir socialmente
Macro	Aposentado como “culpado” pela crise na previdência	Condições econômicas do país desfavorável Déficit nas contas da Previdência

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Ao se comparar as representações sociais veiculadas nos dois jornais, de maneira geral, se percebe mais semelhanças do que diferenças, conforme o Quadro 9. Com relação aos aspectos individuais, apenas o Jornal do Commercio apresentou uma matéria relacionando o aposentado ao cuidado com a saúde e o bem estar, mas frequentemente, em ambos os jornais, está associado ao sujeito fragilizado, vulnerável e endividado. Em uma perspectiva organizacional (nível meso), a aposentadoria emerge como sinônimo de frustração e

arrependimento no *Jornal do Commercio*, mas a maioria das notícias veiculadas no *Correio da Paraíba* retratam o aposentado consciente dos direitos adquiridos, mas impotente ao tentar garanti-los, dada a capacidade limitada de articulação política que se traduz em um sentimento discriminatório, pela diferença de direitos entre trabalhadores da ativa e “inativos”. Por fim, em relação ao nível macro, ressalta-se em ambos os meios de comunicação impressa as condições econômicas desfavoráveis do país em virtude do déficit previdenciário, enaltecendo o aposentado como o grande vilão e “culpado” pela dívida.

6.6 As representações sociais da aposentadoria entre docentes e ex-docentes da UFPB

Tomando como orientação a perspectiva do curso da vida, esta parte da tese trata das análises das narrativas que permitiram identificar como se configuram as representações sociais da aposentadoria entre os docentes pré-aposentados e pós-aposentados do *campus* I da UFPB. São relatos repletos de expectativas, angústias, medos, conflitos, desabafos e até mesmo alguns arrependimentos, embora cheios de energia, alegrias, reconhecimentos, esperanças e o desejo de continuar contribuindo com a Academia.

As narrativas contidas nas 16 trajetórias de vida que marcaram a pesquisa, mais do que apenas terem sido resgatadas, proporcionaram, sobretudo, compreender e tornar familiar o desconhecido. A seguir, as representações sociais do processo de aposentadoria são discutidas tomando como norte os níveis micro (aspectos individuais), meso (aspectos familiares e organizacionais) e macro (aspectos contextuais) que emergiram durante a etapa anterior que se vê no Quadro 10.

Quadro 10 - Níveis de análise, famílias e códigos criados pelo pesquisador no Atlas.ti na etapa das entrevistas

Níveis de Análise	Famílias	Códigos	Representações sociais encontradas
Micro	Aspectos individuais	Características demográficas Condições financeiras Condições de saúde	Aspectos de gênero A importância do abono pecuniário A saúde como fator limitante
Meso	Aspectos familiares	Cuidado com a família	A geração espremida

	Aspectos organizacionais	Reconhecimento institucional O trabalho docente Idadismo	A falta de reconhecimento O trabalho docente e a pós-aposentadoria O sentimento de (des)pertencimento A (des)preparação para a aposentadoria O idadismo “intelectual”
Macro	Aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais	Normas sociais	A visão positiva da velhice

Fonte: Elaborado pelo autor

Para identificar as narrativas dos sujeitos que seguem adiante, sugere-se observar o Quadro 4, na página 54, onde “E” significa entrevista, “01” significa a entrevista número um, “Dab” significa docente em abono pecuniário (pré-aposentado) e “Dap” significa docente aposentado (pós-aposentado).

6.6.1 Nível micro

Os atributos individuais correspondem ao primeiro aspecto a ser explorado. Para isso, tomou-se como categorias o fator gênero, o fator econômico dos sujeitos e as questões relacionadas à saúde, todos associados ao processo de aposentadoria, conforme Szinovacz (2003; 2013) e Silverstein e Giarrusso (2011).

Aspectos de gênero

Em relação ao fator gênero, observou-se, a partir de algumas narrativas, que, independente do gênero ou de estarem na ativa ou aposentados, representantes dos dois grupos entendem que as mulheres têm menos dificuldades para iniciar o período de transição para a aposentadoria e, conseqüentemente, adaptar-se a ela. De maneira geral, as razões registradas estão simbolizadas pela dupla jornada de trabalho (casa e trabalho) que comumente assumem, aqui reforçadas pelo fator cultural, conforme **E01Dab e E04Dap**.

Eu acho que é porque a mulher mesmo, quando aposentada, tem o seu trabalho que nunca vai deixar de ter, que é tomar conta da casa, da família, dos idosos... e o homem não, quando se aposenta parou o homem da minha idade dificilmente tem o costume de tomar conta da casa, de assumir alguma coisa dentro de casa porque ele não foi criado pra isso (E01Dab)

[...] para a mulher, apesar de ser professora e estar aqui com 40 horas igual ao colega, ela tem a jornada dupla de trabalho, que é o doméstico. Da casa dela, da família dela que cuida. A maioria dos nosso colegas homens, a maioria não tem esse envolvimento doméstico tão intenso como a mulher então quando eles chegam em casa, eles podem se sentar no sofá, assistir televisão, assistir o futebolzinho dele, pedir uma cervejinha, uma garrafinha d'água, um lanchinho na mesa. A mulher não pode fazer isso, ela não se dá a esse direito digamos assim (E04Dap)

A docente **E02Dab** cita inclusive o termo “coragem”, dando uma ideia de enfrentamento do “desconhecido” (a chegada da aposentadoria) e cita como exemplo colegas professores que pedem a aposentadoria quando já não conseguem mais continuar, geralmente por problemas de saúde. Nesse sentido, acredita-se que o processo de transição da pré-aposentadoria para a pós-aposentadoria pode ser sensivelmente menos traumático para as mulheres docentes do que para seus colegas do gênero oposto.

O que eu vejo é que, a mulher quando completa a idade e tem tempo de serviço ela tem mais peito de chegar e pedir a aposentadoria, nem que seja pra ficar em casa fazendo crochê, entendeu [...] Eu acho que o homem quando ele pede a aposentadoria é mesmo quando ele tá baqueado na questão de saúde, quando ele não pode mais continuar, entendeu. O homem, pelas pessoas que eu conheço do sexo masculino que tão aposentadas, a maioria foi por questão de doença. (E02Dab)

Nesse contexto, observa-se a necessidade de se investigar aspectos relacionados a aposentadoria, do ponto de vista da mulher, a partir de uma perspectiva mais cuidadosa em que se leva em conta os efeitos do casamento, do cuidar e das obrigações para com a família, em um contexto psicológico, social e econômico (RICHARDSON, 1999). Embora tais aspectos, de um modo geral, levem a uma melhor adaptação para a transição da aposentadoria, supõe-se que eles tenham um peso cada vez menor, tendo em vista as lutas (e conquistas) obtidas nas últimas décadas em relação à diminuição das desigualdades para com os homens no trabalho.

A importância do abono pecuniário

A decisão dos indivíduos de permanecer trabalhando ou se aposentar está associada, entre outros aspectos, às condições financeiras alcançadas por eles ao longo da trajetória de vida, sendo esta escolha baseada na teoria racional (WANG; SCHULTZ, 2010). As narrativas dos sujeitos a seguir mostram que o abono pecuniário, em certa medida, se constitui em uma motivação econômica para continuar na universidade e permitir a manutenção do salário, embora este não possa ser considerado como o único fator determinante para tal justificativa.

De maneira geral, esse achado se aproxima dos resultados de Cruz (2011) que, ao desenvolver uma pesquisa com servidores públicos federais, identificou que, de maneira semelhante, os sujeitos retardaram o pedido de aposentadoria em virtude dos benefícios econômicos associados ao cargo.

Ao se cogitar sobre a possibilidade de extinção do abono pecuniário entre uma das medidas de reforma da Previdência, **E03Dap** afirma que isto poderia ocasionar uma onda de pedidos de aposentadorias, e alerta para o fato de que muitos não estão preparados para isto.

A influência financeira ainda pesa. Conheço pessoas que fazem a conta, na hora de me aposentar eu vou perder tanto de abono pecuniário e eu tenho uma gratificação que eu então levo pra aposentadoria, então dá tanto. Não, eu vou segurar um pouco mais. Conheço pessoas que ficam por conta disso (E03Dap)

Na minha opinião, se tirar o abono de permanência, vai ter uma enxurrada de aposentadorias e vai ter uma enxurrada de problemas, porque essas pessoas não estão se preparando pra uma vida ativa, produtiva, depois de se aposentar (E03Dap)

Por outro lado, para um determinado grupo de docentes que recebe o abono pecuniário, o fator financeiro é secundário. Segundo os depoimentos de **E03Dab**, **E04Dab** e **E08Dab**, a possibilidade de reingressar no mercado de trabalho após se aposentarem pode trazer maiores benefícios financeiros do que o recebimento dessa gratificação.

Você saindo você teria mais possibilidades de inserção produtivas até superiores a esse abono (E03Dab)

Eu acredito na minha capacidade de envolvimento, eu tenho um domínio pelas coisas, eu sei gerenciar, eu sei liderar equipes, eu sempre tive esse prazer de me envolver com equipes, então eu não tenho receio não, eu já disse isso mais de uma vez, se eu pensar em me aposentar, eu me aposento com a maior tranquilidade do mundo (E04Dab)

Eu não vou negar que a gratificação é importante ne, o abono de permanência ne, mas o abono de permanência é pequeno ne, digamos assim, se eu arranjasse pra dar aula por aí, talvez eu ganhasse mais do que isso ne, mas aí entra uma outra história, eu não gosto da ideia do ensino privado, eu acho que o princípio é de que a educação deve ser pública (E08Dab)

Constata-se que a aposentadoria não é mais vista como um fim. Tais achados confirmam a declaração de França et al (2013), quando destacam que muitos indivíduos, ao optarem pela ruptura com o trabalho formal, ao qual sempre estiveram ligados, decidem pela volta ao mercado (*bridge employment*) com o benefício de poder ajustar gradativamente a sua retirada do trabalho, facilitando a adaptação à aposentadoria e fornecendo-lhes um renda extra.

A saúde como um fator limitante

As condições físicas e de saúde são representadas, particularmente, pelos docentes em abono, como um fator limitante, de desgaste, e impeditivo à continuidade das atividades laborais na universidade, que restringem, inclusive, a possível chegada até a aposentadoria compulsória.

Assim, em razão da idade, o docente **E04Dab** (62 anos) declara a necessidade de cuidados especiais, como a manutenção das taxas ideais de colesterol, o controle do peso e o combate à alta pressão arterial, especialmente em função de já ser avô. De maneira semelhante, **E06Dab** (docente do sexo feminino, com 63 anos), confessa o seu sentimento de desgaste mental por sua trajetória de 33 anos. Ela mesma reconhece que não tem mais a mesma energia do início da profissão e demonstra que possui outras atividades próprias ao gênero e à idade que caminham para isso, como por exemplo, o cuidado com os netos. Esses são aspectos que têm contribuído para fazê-la pensar no pedido de aposentadoria.

[...] a minha maior preocupação é a saúde. Depois de muitos e muitos anos, eu voltei a fazer academia, quero perder peso, preciso perder peso. Melhorei, sempre tive boas taxas, sou hipertenso, mas controlo muito bem minha hipertensão, não abuso de sal, de gordura, mas tenho me preocupado muito com minha saúde, porque hoje eu sou avô, tenho um neto de 8 anos que mora na França, tenho uma neta de 2 anos que mora em Brasília e eu penso muito nessa geração que tem comigo uma relação afetiva (E04Dab)

Olhe, na verdade eu já venho pensando, chega uma hora que a gente cansa de sala de aula. E chega neto, tem uma série de outras coisas, realmente você tá com mente cansada, tem outros afazeres, você não tem mais o pique de passar 8 horas aqui na universidade, dando aula... (E06Dab)

Em outra narrativa, **E05Dab** (62 anos), elenca alguns problemas físicos ocasionados pelo trabalho ao longo dos 39 anos de dedicação à UFPB, como artrose na bacia e problemas na coluna. Embora não sejam totalmente impeditivos, são sintomas que dificultam o trabalho e trazem alguma preocupação com relação à vida pós-aposentadoria. Este último ponto é confirmado por Bressan et al (2009), cuja pesquisa identificou a saúde e a tranquilidade financeira como principais dimensões ao bem-estar de servidores públicos federais na aposentadoria.

No conjunto, essas narrativas comprovam alguns achados da literatura que, de maneira geral, demonstram que, quanto mais saudável for o indivíduo, mais propensão ele tem de

continuar trabalhando, seja no emprego atual, seja engajando-se em outro, já na condição de aposentado (WANG ET AL, 2008; WANG; SCHULTZ, 2007; KIM; FELDMAN, 2000).

[...] hoje em dia eu já tenho alguns problemas de coluna, problema de artrose na bacia que já estão trazendo algumas dificuldades, nada que me impeça de trabalhar, mas coisas que me fazem enxergar que, se eu protelar mais, eu vou parar sem condições físicas de aproveitar um pouco uma viagem mais longa, alguma coisa que eu teoricamente ainda posso [...] (E05Dab)

Entre os docentes aposentados, nenhum deles citou dificuldades nas condições de saúde como um fator motivador para o pedido de sua aposentadoria, mas sim como um fator capaz de tornar a vida na pós-aposentadoria mais ativa. Conforme Wang (2012), comportamentos e hábitos saudáveis, como exercícios, dieta alimentar, ausência de drogas e de álcool são importantes para manter o idoso com boas condições de saúde durante a aposentadoria. Atitudes como essas, além de contribuírem para o bem estar físico e mental, ao retardar as perdas inerentes ao avanço da idade, ajudam a resgatar a autoestima dos docentes após o exercício do magistério.

Para o entrevistado **E01Dap** que, mesmo aposentado continua trabalhando na universidade na condição de professor voluntário, a prática de atividades esportivas é fundamental para a manutenção da energia. Mesmo assim, ao comparar-se a períodos anteriores em que conseguia dar até duas aulas seguidas, sente que não possui o mesmo vigor físico que antes, por isso acredita que precisa diminuir o ritmo. Do mesmo modo, em outra narrativa, a docente aposentada **E03Dap** atribui à saúde o fato de ainda manter-se produtiva.

Eu tento manter as energias ne, eu pratico esporte, eu nado, eu continuo fazendo um programa intenso de academia pra manter a estrutura física, pra manter a saúde. Isso me rouba muito tempo pra não cair, mas eu sinto que eu não tenho mais a energia, a minha capacidade de recuperação é muito lenta... antigamente eu dava 3 aulas, podia dar 2 aulas seguidas e saía pulando num pé só, atualmente eu dou 1 aula e quando chega no fim da aula, porque eu dou aula em pé, mas quando chega no fim da aula eu sinto que fiquei um bocadinho cansado. Não tem jeito. Eu tenho de desacelerar (E01Dap)

[...]eu me sinto uma pessoa produtiva e tenho tempo livre pra fazer as coisas que eu gosto. Eu agora entrei no mundo dos esportes, eu corro, nado, ando de bicicleta, eu tenho tempo para mim e não deixo de fazer algo que eu acho que é produtivo (E03Dap).

6.6.2 Nível meso

Sobre os elementos inseridos no nível meso de análise do processo de aposentadoria, foi possível resgatar, nos relatos, algumas representações sociais que simbolizam o contexto familiar e organizacional, conforme apresentados adiante.

A geração espremida

O processo de aposentadoria, algumas vezes, é determinado por circunstâncias que vão além da decisão unilateral do indivíduo que se encontra diretamente envolvido nesse processo de mudança; ao contrário disso trata-se, muitas vezes, de uma decisão colaborativa entre o pré-aposentado(a) e o(a) companheiro(a), seja para antecipar o pedido, seja para retardá-lo (FISCHER ET. AL, 2016; WANG; SHI, 2014). Tais casos encontram-se nas narrativas que seguem, cujo entrevistado **E08Dab** informa sobre o desejo de permanecer na universidade até o momento da chegada da aposentadoria compulsória, no entanto, sinaliza a mudança de opção a partir das decisões tomadas pela companheira.

Eu divido o meu cotidiano com uma companheira que pode cismar e querer cair pelo mundo à fora ne, então eu posso repensar essa ideia ne, mas em princípio, eu ficaria até a compulsória (E08Dab)

Essa eventual antecipação da aposentadoria também foi encontrada no relato de **E01Dab**. Essa professora menciona o fato de renunciar aos planos feitos durante a pré-aposentadoria para, no futuro, atribuir uma maior atenção à mãe, esta com perspectiva de progressividade de uma doença degenerativa. Acontecimentos como estes têm sido mais frequentes, em virtude das mudanças ocorridas na estrutura das famílias brasileiras, causadas pelo aumento da expectativa de vida. Desse modo, observa-se que as gerações têm sido sucedidas, em vez de substituídas, chegando, em alguns casos, a coexistirem quatro ou até mesmo cinco gerações em uma mesma família (MOTTA, 2010).

[...] o meu sonho de comprar uma granja tá mais distante e também tem uma perspectiva de uma mãe com Alzheimer e eu não posso ir pra o meio do mato com uma mãe com Alzheimer, entendeu? Então a minhas necessidades particulares estão mudando os meus planos (E01Dab)

Se por um lado o cuidado com a saúde da geração ascendente pode motivar a saída do trabalho, por outro lado a preocupação com os filhos contribui para que o indivíduo permaneça

trabalhando, a fim de manter o bem estar familiar, conforme se observa em uma das narrativas. A docente **E02Dab**, no papel de mãe, cita a síndrome do ninho vazio que, segundo Sartori e Zilberman (2009), geralmente ocorre em um período em que a mulher está mais susceptível a mudanças como baixa na auto estima e até depressão, relacionadas aos problemas advindos da menopausa e da própria aposentadoria. Ainda assim, a docente em abono pecuniário manifesta claramente o desejo de continuar em atividade na universidade com o propósito de subir na carreira e, ao aumentar os seus rendimentos, proporcionar um maior bem estar a sua família.

Minhas filhas tem os empregos dela, mas eu ainda tenho aquela coisa assim, eu quero ainda dar o melhor pra minhas filhas, então eu ainda sinto que elas estão embaixo das minhas asas. É como eu estava te dizendo, eu já estou com síndrome do ninho vazio, porque eu casei a última agora em abril e tão nas suas casas. Todas já tem as suas vidas meio estabelecidas, mas eu não penso em me aposentar, sem galgar, chegar até lá mais em cima por causa da minha família (E02Dab)

As situações destacadas acima nos remetem a uma discussão acerca do que Miller (1981) denominou de geração “sanduíche”. De acordo com a autora, trata-se dos adultos de meia idade, especialmente mulheres, comprimidos, simultaneamente, por demandas de um ou dois pais e de filhos e/ou netos. No Brasil, uma investigação tomando como referência a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD) de 2008, conduzida por Jesus e Wajnman (2016), mostrou que embora esta situação ainda não seja típica, à medida que a população envelhece e a expectativa de vida aumenta, casos como os aqui representados poderão ser cada vez mais comuns, trazendo novos desafios para as famílias.

O trabalho docente e a pós-aposentadoria

Na sociedade contemporânea, o trabalho assume um lugar de destaque na vida das pessoas ao ponto de estar relacionado intimamente as suas próprias identidades ao criar laços de dependência (FÔLHA; NOVO, 2011; FRANÇA; SOARES, 2009; LIMA; MELO; ALBUQUERQUE, 2015). Esse papel quase indissociável, cujo vínculo é fortalecido por décadas de trabalho, foi simbolizado pelos sujeitos **E01Dab** e **E04Dab** como sinônimo de orgulho e parte de uma realização pessoal. No relato da professora **E01Dab**, que se encontra em abono pecuniário, ao imaginar-se fora da sala de aula e distante do ambiente acadêmico como futura aposentada, afirma perder a vontade de se afastar.

Olhe, pra mim representa todo a minha vida profissional [...]Quando eu penso que vou sair da universidade, que eu vou sair de uma sala de aula, que eu não vou ter mais esse espaço, eu não tenho vontade de me aposentar. (E01Dab)

Como professor é uma realização pessoal. (E04Dab)

De modo semelhante, **E02Dab**, por acreditar que irá se sentir ociosa e depressiva, ressalta a necessidade de se planejar como forma de se preparar adequadamente para uma nova etapa da vida. Nesse aspecto, as opiniões dos entrevistados confirmam o que Wang, Henkens e van Solinge (2011) estabelecem, ou seja, de maneira geral, aqueles indivíduos que têm o trabalho como central em suas vidas manifestam maior dificuldade para se adaptarem à aposentadoria do que aqueles que não apresentam tal dependência.

[...] sem o trabalho eu me sentiria ociosa, se eu ficasse sem trabalho, com certeza eu entraria numa depressão, eu precisava planejar muito bem a minha vida pra dizer que hoje eu não quero mais trabalhar. Eu ia ficar, sabe, do jeito que eu sou destemida, mas eu ainda não quis parar para fazer esse planejamento, então pelo fato de ainda não ter feito esse planejamento na minha vida, eu não quero galgar uma aposentadoria sem esse planejamento (E02Dab)

A expectativa com a pós-aposentadoria é também representada pelos docentes em abono **E02Dab** e **E04Dab** como um desejo de poderem continuar contribuindo com o curso, o departamento e a instituição. É também sinônimo do tempo livre que não se teve para concretizar os sonhos que foram algum dia planejados e ficaram para trás, conforme se vê no depoimento de **E07Dab**.

Eu ainda tenho tanto pra contribuir, sabe, porque eu gosto do que faço. Se eu não fosse apaixonada pelo que faço, não é isso agora aqui no departamento ou na sala, é esse universo acadêmico que é ter a universidade impregnada na minha pele. Eu adoro essa vivência” (E02Dab)

Então eu penso que eu não vou parar não, eu tenho muito ainda pra fazer [...] Eu não vou vestir pijama, eu sei que eu não vou ficar quieto (E04Dab)

Quando eu penso em mim, nesses significados de ter ou não a aposentadoria, eu sou inclinada a querer a aposentadoria para ser dona do meu tempo, eu acho que essa é a questão principal (E07Dab)

Já na perspectiva do docente aposentado **E06Dap**, a pós-aposentadoria representa uma etapa da vida em que se considera com mais experiência e, portanto, mais condições intelectuais de contribuir com a UFPB, paradoxalmente, relata que é quando mais sente a ausência da

instituição. Esse sentimento de falta de apoio e descarte, típico de trabalhadores na sociedade ocidental capitalista, abre uma discussão no sentido da PROGEP, enquanto setor responsável pelo servidor, repensar as estratégias de acompanhamento ao docente, especialmente quando este assume a condição de aposentado. Nesse caso, uma sugestão poderia ser a aproximação do desse sujeito, daqueles colegas mais jovens, recém chegados aos departamentos, ou dos alunos ingressantes nos cursos.

Pela experiência que nós temos, mas parece que à medida que nós vamos com a idade mais avançada, não é que a gente vai perder o nosso conhecimento, porque ainda hoje eu leio, eu escrevo, quase tudo, mas não tem o apoio que devia ter da universidade (E06Dap)

A (des)preparação para a aposentadoria

Embora na narrativa anterior, **E02Dab** tenha mencionado sobre a importância de se preparar para a aposentadoria, percebe-se nitidamente que, para a grande maioria dos sujeitos entrevistados, há uma (des)preocupação quanto a esse aspecto, com exceção de **E05Dab**, que afirmou estar se submetendo à terapia clínica para se acostumar com a ideia de se aposentar, e **E01Dap** que afirma estar diminuindo aos poucos o ritmo de trabalho.

Terapia e eu ainda faço (E05Dab)

Entrei com o abono de permanência e continuei até completar os 70 anos que é a idade que a gente chama de expulsória [risos]. Ai eu disse “tá chegando a hora, eu tenho que mudar de atividade, eu tenho que mudar de vida e desacelerar a minha atividade, o meu ritmo de atividade que eu tenho pra me preparar pra outra coisa”, porque eu tô me preparando para a aposentadoria desde que chegou a idade da aposentadoria, porque eu sabia que não ia me aposentar, então não tinha pressa. Mas quando chegou a idade que era 70, faltava ainda uns 5 anos mais ou menos pra eu completar os 70. Então disse “pronto, agora eu tenho 5 anos pra me preparar para sair, para me aposentar” (E01Dap)

Além dos fatores associados à cultura, conforme aponta **E03Dap**, acredita-se que o próprio desejo de continuar trabalhando e, de certa forma, retardar a chegada da aposentadoria concorrem para essa falta de planejamento. Trata-se, portanto, de uma estratégia de defesa, ou seja, uma maneira de tentar evitar aquilo que não se deseja. Assim, para essas pessoas, a aposentadoria é representada socialmente como algo indesejado.

Se você me perguntar o que é que eu estou fazendo para me aposentar, eu digo por enquanto nada, estou pensando, certamente será um momento difícil de transição, a

gente correu a vida toda numa direção, aí de repente vai ter que de alguma forma parar nessa trajetória (E03Dab)

Se tivesse uma cultura de planejamento da aposentadoria, as pessoas iriam começar a fazer uma previdência privada no ano em que começaram a trabalhar, porque sabem que essa previdência que tá aqui não vai dar conta de suprir o seu status quando você chegar no final. Mas não tem a cultura, o problema é que não tem a cultura de preparar para a aposentadoria (E03Dap)

Percebeu-se também que essa situação é uma responsabilidade que é atribuída ao próprio indivíduo, trazendo uma ideia de individualização pelo processo, muito embora não seja exclusiva dele (PAZZIM; PUGA, 2016). Semelhante ao que Debert (2012) denomina de “reprivatização da velhice”, a preparação para a aposentadoria parece estar unicamente vinculada a uma responsabilidade individual em relação ao prolongamento da vida em detrimento de responsabilidade institucional. O “silêncio” nas entrevistas quanto ao papel exercido pela instituição no processo de preparação para a aposentadoria, sugere que as políticas adotadas para sua execução talvez não estejam surtindo o efeito esperado, requerendo da PROGEP/UFPB novas medidas para alcançar, de maneira mais eficiente, os servidores da universidade.

Tem funcionários do laboratório de materiais que se aposentaram e quando foi com 6 meses voltaram e pediram para serem voluntários lá no departamento e agora trabalham lá no departamento como voluntários porque acharam melhor do que ficar só em casa, entendeu (E05Dap)

Não, financeiramente [risos] até hoje nós aqui pelo andar da carruagem, ninguém preparou-se financeiramente porque não dá mesmo né, você tem que manter.... só se você fosse um morar num lugar bastante pobre ne, mas você tem que ter pelo menos uma qualidade de professor, um status pra se manter, mas financeiramente eu não me preparei (E06Dap)

A partir de 1998 eu já teria direito de requerer a minha aposentadoria, só que academicamente ou mesmo na vida privada eu achei que não estava preparada, até porque eu não tinha 60 anos ainda, tinha acho que bem menos e não me sentia preparada para aquilo psicologicamente, eu achava que alguma coisa... eu ia sentir muita falta da vida acadêmica (E08Dap)

Em um dos relatos constata-se também que, em algumas ocasiões, a decisão de se aposentar foge às intenções do indivíduo, como no caso de **E08Dap**. Na oportunidade, a solicitação foi motivada por problemas ocorridos com familiares, de certo modo, impedindo que uma decisão mais planejada fosse tomada pela entrevistada.

[...] em 2002 eu resolvi fazer o pedido oficial, por causa de problemas de família, doença de marido, de mãe, de pai, então eu resolvi que eu deveria dar mais atenção a família e já era tempo e também não poderia mais ficar me esquivando disso. Eu fiz

a solicitação e mesmo assim eu fiquei como voluntária até em 2004, quando finalmente eu me afastei (E08Dap)

A falta de preparação para a aposentadoria é também percebida até mesmo pela falta de informação, por exemplo, quanto ao tempo legalmente requerido. No relato de **E08Dap**, observa-se inclusive uma desorientação momentânea da entrevistada, ao narrar que ao saber que estava totalmente “apta” a solicitar a aposentadoria perturbou-a sobremaneira, a ponto de esquecer o local onde estacionou o automóvel.

Quando eu descobri que tinha direito eu fiquei muito desnortada, eu fui pra reitoria fazer a contagem de tempo aí a Carmem disse “você já tem tempo, pode se aposentar hoje”, aí aquilo me deu uma dor, não sei o que foi aquilo que eu fiquei tão desnortada.... eu saí do departamento de carro pra lá, o estacionamento da reitoria porque era umas 11 horas no sol quente, pois eu deixei o carro lá, esqueci o carro e voltei pra o departamento a pé. Quando deu 12 horas que eu saí pra pegar o carro, cadê? Eu fiquei desesperada dizendo “roubaram o meu carro”, eu me esqueci, quer dizer, o trauma foi tão grande que eu esqueci o carro aí eu comecei a me ajustar, a pedir aos poucos (E08Dap)

O sentimento de (des)pertencimento

Algo curioso encontrado ao longo das entrevistas é que, embora boa parte dos professores tenham dedicado boa parte de suas vidas à instituição, de maneira geral, nem todos se sentem parte dela. Isso pode ser comprovado, por exemplo, nas narrativas de **E03Dab**, que vincula seu pertencimento a alguns “espinhos por baixo da camisa” e **E07Dab**, que afirma estar presa à educação *per si*.

O sentimento de pertencimento não é um sentimento que está desvinculado também da sensação das injustiças e das incompreensões e das ingratidões, o sentimento de pertencimento engloba tudo isso. Não é um sentimento de pertencimento como alguns dizem “vestir a camisa”, a gente veste a camisa mas sabendo que por dentro por ter alguns espinhos que incomodam (E03Dab)

O que me prende, embora eu tenha muito carinho pela UFPB, muito, muito, e não deixaria de ter por sair daqui, inclusive eu estaria à disposição caso me quisessem pra eu vir alguma vez aqui, mas o que me prende a educação aqui, me prenderá em qualquer lugar do mundo que eu exerça (E07Dab)

Pelo que se notou, esse mesmo sentimento de (des)pertencimento não é algo comum apenas aos pré-aposentados, mas também ocorre com outros ex-professores mais idosos. Em uma primeira narrativa, um professor aposentado (**E01Dap**) informa que poucos são os que retornam à universidade como docentes voluntários para continuar fazendo ciência. Segundo

ele, o sentimento de pertencimento à UFPB, portanto, está ligado à questão financeira e, consequentemente, à sobrevivência, isto porque dar aulas é um mal necessário.

De um modo geral, não. Agora aqui tem alguns docentes que, certamente, vão fazer coisa parecida. São poucos eu diria nem 2% dos docentes, de um modo geral. Tem que ser aqueles docentes que realmente se consideram cientistas. A maioria é doida pra sair daqui, claro que eles vão continuar docentes, mas vão ganhar dinheiro em faculdades privadas, porque o objetivo deles não tem nada a ver com a ciência, eles dão aula pra ganhar dinheiro. Dar aula é um sacrifício necessário, eles vão continuar só por causa do dinheiro, o que já me foi oferecido. Eu podia tá nas universidades privadas pra ganhar dinheiro, mas eu não vou, porque o meu problema não é ganhar dinheiro, o meu problema é fazer pesquisa científica e numa universidade privada você não faz pesquisa científica (E01Dap)

Com relação a um outro docente aposentado (**E05Dap**), nota-se um certo lamento, possivelmente pelo fato de ainda se sentir ativo e em plenas condições de contribuir com a instituição. Em sua narrativa, sugere que a UFPB, semelhante ao que fazem outras instituições no exterior, não imponha obstáculos as suas participações nos departamentos do qual fizeram parte durante anos. Esse sentimento de rejeição social é indicado pela literatura como uma das formas de exclusão (DEBERT, 2012) e idadismo (MARQUES, 2011). Acredita-se que uma possível solução seria o incentivo à participação desses docentes já aposentados (pela experiência, conhecimento e respeito que possuem), em atividades que pudessem socializa-los e integrá-los ao ambiente do qual sempre fizeram parte.

Agora eu acho o seguinte, eu acho que a universidade deveria estimular aqueles professores que gostam da academia que não pusessem obstáculos a pessoa, pelo contrário, estimulasse. Dizem que em outras universidades do exterior, essas universidades estimulam através de bolsas etc., mas por obstáculos é um negócio meio incompreensível ne (E05Dap)

Em outra narrativa, uma professora aposentada (**E02Dap**) é enfática ao relatar que pesquisas já realizadas mostraram que o comprometimento com a instituição não é semelhante àquele do tempo que ela ingressou na universidade. De certa forma, compactua com algumas opiniões anteriores, como a de **E01Dap**, e cita o fato de ambientes docentes na época do seu ingresso na universidade estarem sempre repletos de alunos.

Eu talvez possa até generalizar para os dois grupos, professor e aposentado, mas pelo tempo de universidade que eu tenho eu digo com toda a certeza, hoje não tem mais professor e funcionário como antigamente, que vestia a camisa, então são poucos. Já houve estudos daqui que mostraram que a universidade é um bico, entendeu. Depois veio aquela pressão de tá acumulando cargo, aí veio a reitoria puxou mais, mas era assim, eu vou ali dar a minha aula e tchau. Não é assim, você tem que viver academicamente, tem um ambiente desse, receber seus alunos aqui, ter com um

colega, ver de fora, então essa vivência acadêmica eu acho que perdeu muito no andar de 77 pra cá. Quando eu entrei aqui em 77 minha sala era em cima, podia vir aqui de tarde pra todas as salas estarem cheias, venha agora pra ver como as salas estão (E02Dap)

Um outro dado relevante que a pesquisa destacou foi relatado por **E03Dap** ao esclarecer que a continuidade de alguns docentes de seu departamento está relacionada à impossibilidade de obter uma alternativa melhor fora da academia, em parte, corroborando com a afirmativa de **E01Dap**. Essa informação sugere que o fator financeiro seja um aspecto relevante a ser levado em consideração quando da decisão de permanecer na ativa ou pedir a aposentadoria, conforme aponta a teoria da escolha racional (WANG; SHULTZ, 2010; HATCHER, 2003).

Conheço esses do meu departamento que realmente não queriam sair porque se sentem parte daquilo e não conseguem construir uma outra alternativa, porque você pode se sentir parte daquilo, mas pode construir uma alternativa e ser parte de outras, mas eu interpreto assim, pessoas que não conseguem criar outra alternativa profissional (E03Dap)

O idadismo “intelectual”

Com frequência, quando se discute sobre aspectos de discriminação relacionados à idade do idoso, utiliza-se o termo idadismo. Aqui, porém, o termo assume uma outra conotação ao aplicar-se especificamente ao idoso docente e ex-docente, haja vista as circunstâncias de exclusão serem outras. Percebeu-se nas narrativas um fato bastante curioso: a falta de atualização dos conhecimento e a consequente “incompetência” intelectual é que gera a discriminação. Tal condição passou a ser percebida por meio de alguns comentários, como dos docentes pré-aposentados **E01Dab** e **E06Dab**, que revelaram a existência de uma pressão velada, pelos próprios pares, para a saída da instituição, como forma de ceder a vaga para outros docentes mais jovens e, de certo modo, intelectualmente mais capazes.

Existe um pensamento dos mais novos de que a gente é dinossauro, a gente já poderia ter se aposentado, a gente tá ocupando o lugar de um mais jovem. Existe sim. (E01Dab)

Olhe, em relação a mim não, é possível que exista em relação a outros. Agora a questão da discriminação não é em relação à idade, é em relação à competência ou à incompetência. Geralmente, o que acontece é que, as pessoas quando vão se aproximando da aposentadoria, vão... [...] decaindo como profissionais, então vão se desmoralizando, não porque estejam ficando velhos, mas porque estão ficando cientificamente velhos, improdutivos. Já não têm mais preocupação, já não leem mais nada, dão uma aula que dava igual a aula que eles davam a 300 anos atrás, já não querem mais trabalhar, já não querem mais estudar. Isso é que faz com que as pessoas fiquem desmoralizadas (E01Dap)

O que eu sinto já, é que no ambiente onde a maioria dos professores são mais jovens, a nossa opinião já não é mais tão importante. Eu não sinto isso comigo, mas sinto com outros colegas, mas também não acho que seja por causa da idade ou porque estou me aposentando, eu acho que é porque você se acomodou demais. Me refiro a você se atualizar, participar, você não se acomodar. Se você ocupar os seus espaços na instituição isso aí fica menos perceptível, mas eu tenho o testemunho de outros colegas, de sua opinião, por estar mais velho já não é tão ouvida, tão respeitada quando ele era mais jovem (E06Dab)

Esse desconforto é relatado também por **E06Dab**, que reconhece, por exemplo, a falta de familiaridade com algumas ferramentas tecnológicas mais recente. Nesse caso, a docente considerada pelos pares como “intelectualmente improdutiva”, é representada como alguém popularmente denominada de “gagá”, expressão popular utilizada para designar uma pessoa que já está muito velha, senil. Nestas narrativas, identifica-se ainda um sentimento de falta de reconhecimento pelos mais de 30 anos de trabalho junto à instituição e a confissão de que, exclusivamente, o fator financeiro a prende ao trabalho.

[...] sempre fui muito responsável com as atividades que eu desempenhava aqui, tudo ne, sempre que entrava, entrava com muita seriedade em todas as coisas, mas vai chegando um determinado ponto da vida da gente, que a gente sente que o próprio departamento já tá doido que a gente vá embora [risos]. Primeiro pra ter a vaga da gente e segundo porque o pessoal novo chega com ... hoje no meu departamento só entram doutores, então eles parecem que acham que o doutorado deles, parece que é diferente do nosso doutorado. Eles parecem que... se acham os donos do mundo, sabe. O pessoal que tá chegando novo, cheio de gás, de ideias novas é bem diferente das nossas e acha que a gente já tá caduco é isso, realmente, cria um certo desconforto. (E06Dab)

[...] eu acho que as pessoas que chegam... parece que você já tá desatualizado porque você não sabe mexer nas ferramentas que tem, então elas te olham assim ... já tá gagá, já tá bom de deixar a vaga para as pessoas mais novas [...] É, tem muita falta de reconhecimento (E06Dab)

O pessoal que chega, passa e não te dar nem um bom dia, nem boa tare. Na verdade, pra mim, o ambiente de trabalho se tornou péssimo, então eu venho aqui dar a minha aula, você vê a hora que eu cheguei, venho aqui dou a minha aula [...] O que vai te sustentando aqui a perda de salário, então é o que me segura aqui (E06Dab)

Semelhante ao aspecto anterior, a questão da falta de reconhecimento profissional parece também afetar outro docente (**E03Dab**), que menciona uma certa surpresa ao receber pressão de quem não esperava. Segundo esse entrevistado, essas “pancadas” doem mais do que os anos vividos.

O que eu estou dizendo é que a gente começa a receber pancada de onde a gente não esperava e essas pancadas doem mais do que os anos, as artrites, as artroses, são as artrites e as artroses da alma e essas é preciso que a gente se fortaleça por dentro para não deixar sucumbir por elas (E03Dab)

[...] eu dei muito de mim, não só eu, mas todos que participaram desse processo para a construção dessa instituição, então não é à toa que a gente se sente também como integrante desse processo, apesar de sabermos que toda instituição só pensa nela mesma, ela não pensa naquilo que você contribuiu ou deixou de contribuir e no momento em que você não está mais respondendo a todos esses requisitos você é jogado fora, quer dizer, esse sentimento de pertencimento, não é um sentimento inocente ou desprovido de crítica, é um sentimento de pertencimento porque efetivamente a gente contribuiu, mas a gente sabe que esse pertencimento não é uma visão bilateral. No momento que você não tiver mais dando, ela lhe descarta. Eu tenho plena consciência disso (E03Dab)

É um sentimento que fere, mas é um sentimento que por cima da ferida tem a certeza que existiu um processo de formação, um processo de contribuição e que a gente ainda contribui pra isso (E03Dab)

O sentimento de descarte, que está diretamente ligado à falta de reconhecimento, surge também na narrativa do docente aposentado **E06Dap**, que, aos 74 anos de idade, demonstra uma certa insatisfação com a instituição pelo fato de ainda ter consciência de que poderia representar bem o seu papel como mestre.

É neste momento agora que eu deveria estar na universidade, porque é exatamente agora que eu tenho mais conhecimento da coisa. É neste momento aqui que eu acho que a universidade deveria dar um maior apoio a gente (E06Dap)

É relevante destacar que o idadismo não deve ser representado apenas de modo individual, mas sobretudo ao nível institucional e cultural. “O idadismo não é apenas uma atitude negativa, individualizada em relação às pessoas idosas, mas espelha os nossos valores culturais mais profundos e as práticas institucionais da nossa sociedade” (MARQUES, 2011, p.19).

6.6.3 Nível macro

No nível macro, o processo de aposentadoria dirige o olhar para as questões contextuais, ligadas aos aspectos econômicos, políticos, culturais e às normas sociais que, de alguma maneira interferem nas situações de pré-aposentadoria, de decisão propriamente dita, bem como nas da pós-aposentadoria. Entre as representações encontradas, destacam-se situações que remetem à velhice.

Visão positiva da velhice

De maneira geral, as representações da velhice sob à ótica dos sujeitos entrevistados foram associadas a uma visão positiva (otimista). Segundo Debert (2012), esta é marcada por um processo contínuo de aprendizagem a partir de novas experiências que transmitem um caráter de utilidade ao idoso elevando sua autoestima. Por esta razão está mais relacionada à teoria da atividade, proposta por Cumming e Henry em 1961 (MARSHALL; BENGTON, 2011). Esta perspectiva se contrapõe à visão que retrata o idoso como um ser improdutivo e incapaz, mais susceptível a estereótipos e processos discriminatórios, conforme observado anteriormente.

Além de ser representado por **E02Dab** e **E01Dap** como algo que faz parte do curso natural da vida, o envelhecimento, na opinião de **E08Dab**, é associado a um termo complexo e que cada indivíduo o sente idiossincraticamente. Cabe destacar aqui este último pensamento quanto ao fato de ser representado pela imagem de uma pessoa com uma bengala, dando a pseudo impressão de referir-se a alguém com problemas de coluna. Essa opinião reflete as diferentes categorias de idosos (jovens velhos, velhos e mais velhos) apresentadas por Marshall e Bengtson (2011) e indicam a necessidade de se repensar a velhice.

[...] viver é envelhecer, nada mais. É isso que eu penso da velhice, tá. Você só tem duas opções na vida: ou envelhecer ou morrer. Eu prefiro viver e envelhecer. É por isso que eu resumo, viver é envelhecer, nada mais (E02Dab)

Rapaz, o envelhecimento significa um processo normal da vida. Eu não tenho nem angustia, nem desespero, nem sufoco, isso é a vida. [...] Eu considero isso absolutamente natural, portanto, eu não tenho nenhuma angústia, eu não tenho essa preocupação, é normal, é assim que vai acontecer e vai acontecer comigo também, o que é que eu posso fazer? (E01Dap)

Olha, o termo envelhecimento é um termo complexo, não é um termo tão simples assim, além de cada um possuir uma percepção diferente, cada um envelhece de uma maneira diferente [...] eu acho que a velhice no Brasil ele é um conceito meio atravessado, inclusive você vê o símbolo do idoso é uma figura de alguém que tá com problema de coluna ne, com uma bengala. O problema de coluna pode ocorrer em qualquer idade ne, por que é que o velho... tem muito velho esperto aí com 90 anos (E08Dab)

Os relatos apresentados anteriormente corroboram com o posicionamento da docente aposentada **E08Dap**, para a qual o problema é a falta de tempo para lidar com todas as atividades que tem normalmente em sua vida após deixar o trabalho. Assim, a aposentadoria não deve ser vista como um fim, mas como uma outra vida que se inicia repleta de novas conquistas. A integração do idoso à sociedade e o envelhecimento ativo pode ser considerada

uma mudança positiva, uma conquista, mas evidentemente, tal situação depende também de como o indivíduo se prepara, psicológica e financeiramente para viver nesse condição.

Eu tô integrada em muita coisa, agora mesmo eu vou cantar num evento que vai ter aqui do dia dos professores, eu também faço parte de outros órgãos internacionais do Partners of America que sou diretora financeira, da Campanha das Américas e do Lions Club, eu também trabalho nessas áreas, também faço parte da Comissão de Cidadania e Bem Estar do Lions que é o meu clube. É difícil porque eu não tenho tempo nem pra mim, é complicado. Às vezes até pra os netos, eu vou deixar essas coisas pra dar uma assistência à família. (E08Dap)

[...] agora é como eu digo, a aposentadoria não significa a inatividade, você pode se aposentar mas o problema tá em saber o que fazer quando se aposentar. Sair do meio em que você viveu, daquilo que você andou fazendo, da rotina de vida que você viveu, sei lá 30 anos, 40 anos, é um impacto. Ou você cria uma alternativa, aí você tem que ver os hobbies que você tem... (E07Dap)

Resumidamente, ao final desta etapa de análise das narrativas identificou-se algumas representações sociais relacionadas ao processo de aposentadoria que contemplaram aspectos individuais, familiares, organizacionais e contextuais envolvendo sujeitos dos dois grupos. As opiniões, crenças, atitudes e valores emitidos por eles por meio das relações sociais em suas práticas cotidianas revelaram, por exemplo, que as circunstâncias financeiras contribuem para que o docente continue em situação de abono pecuniário por mais tempo, embora não se descarte também entrevistados pré-aposentados este mesmo grupo comprove certo grau de expectativa quanto à chegada da aposentadoria, não demonstra interesse para preparar-se para sair da UFPB, possivelmente como uma estratégia de defesa; a questão familiar surge como um fator que, em certa medida, influencia o processo de decisão, seja para retardar a saída, seja para impulsioná-la; os estereótipos que afligem alguns sujeitos, podem ser caracterizados como “pressões internas” dos pares para que cedam sua vaga para outro mais jovem e mais motivado e “intelectualmente mais atualizado” etc.

Ao atentar para estas questões, passa-se a entender a complexidade da aposentadoria e como ela repercute entre os sujeitos que vivenciam o seu processo, como estes e outros aspectos relacionados ao fenômeno aumentarão de complexidade à medida que a população envelhece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desta tese teve como objetivo compreender como se configuram as representações sociais da aposentadoria em face das experiências vividas pelos docentes universitários pré-aposentados e pós-aposentados da Universidade Federal da Paraíba. Para isso, foi necessário questionar o caráter estritamente tradicional do ponto de vista cronológico e unidimensional da aposentadoria e defendê-la como parte de um contexto multidimensional, portanto, mais amplo, que se desenvolve sob várias influências e ao longo do tempo, isto é, sob a forma de processo.

Concebê-la como tal requer ir além de simplesmente reconhecê-la como um evento normativo; requer compreendê-la como uma etapa natural do curso da vida, tornando o contexto biográfico, histórico e social, parte integrante desse processo. Nesse sentido, a tese foi construída resgatando na Teoria das Representações Sociais o argumento necessário para que se pudesse, ao longo do estudo, esclarecer como os sujeitos vivenciam o período de transição para a aposentadoria, especificamente no contexto acadêmico, compreendido entre o período de pré-aposentadoria e pós-aposentadoria, defendendo-se uma articulação entre o psicológico e o social a partir da inseparabilidade entre o sujeito, objeto e sociedade (MOSCOVICI, 2012; 2013).

O estudo se justificou pelo importante momento pelo qual passa o Brasil, ou seja, a transição da sua estrutura etária, que traz como consequência o envelhecimento de sua sociedade e as discussões que apontam para mais uma mudança na Previdência Social, desta vez, por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/2016 que, entre outros pontos, visa ao aumento da idade mínima do trabalhador para se aposentar, como forma de acompanhar a reestruturação demográfica e minimizar o *déficit* previdenciário.

Para se compreender melhor o contexto pelo qual atravessa o Brasil e os vários desafios a serem enfrentados pela sociedade em geral, foi de grande relevância o período vivenciado em Lisboa-Portugal, por meio da participação no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o acolhimento no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), reconhecidamente um dos países com maior índice de envelhecimento populacional da Europa.

Por meio da pesquisa documental realizada em um jornal português selecionado para a investigação, foi possível entender as várias medidas políticas e econômicas adotadas pelo país, a fim de diminuir a crise financeira que o país atravessou nesta década, mas principalmente, os efeitos dessas medidas para os trabalhadores e os aposentados. Nesse sentido, buscou-se na

mídia impressa descobrir que representações sociais são veiculadas e estão associadas ao aposentado português para, mais tarde, refletir sobre o contexto local.

Após as leituras e análise do material empírico selecionado, observou-se, por meio da pesquisa documental, que a grande maioria das matérias veiculadas no Jornal Correio da Manhã está associada principalmente aos aspectos de ordem política e econômica (nível macro), um reflexo do momento vivido pelo país com a crise financeira entre 2010 e 2014. Nesse sentido, diversas medidas foram tomadas com vistas à diminuição do déficit fiscal e ao pagamento da dívida, entre elas o aumento da idade mínima para a aposentadoria e o corte no valor de algumas pensões.

É nesse contexto de crise que o aposentado lusitano passa a ser representado pela mídia como um indivíduo consciente de direitos, com algum poder de mobilização, mas de certo modo, incapaz de ter suas necessidades sociais atendidas. Fragilizado financeiramente e, em alguns casos, dependente do governo para sobreviver, sente-se injustiçado por ter contribuído durante anos e, mesmo assim, estar submetido ao aperto fiscal.

Para entender melhor sobre o processo de aposentadoria no contexto português e os efeitos da crise sobre o trabalhador pré e pós-aposentado, buscou-se também a realização de entrevistas com pesquisadores reconhecidos pelas publicações na área. A partir do contato dialógico descobriu-se que o tema aposentadoria, na perspectiva dos entrevistados, costuma ser revestido de sentimentos negativos, comparado a uma espécie de morte social, além de ser algo íntimo e de difícil prospecção. Outro fato interessante descoberto na pesquisa foi a importância dada a solidariedade geracional (CABRAL; MACUCH, 2016), que se contrapõe a lógica de competição capitalista e incentiva o fomento à cidadania e à participação das gerações mais jovens e mais velhas, estreitando a distância entre elas como forma de reduzir o idadismo (MARQUES, 2011).

Já no contexto local, os jornais selecionados (Correio da Paraíba e Jornal do Commercio) veiculam matérias que abordam aspectos voltados especialmente a mudanças decorrentes da PEC 287/2016 que sugerem um aumento na idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres. Novamente, representa-se o aposentado, na maioria das vezes, como um indivíduo fragilizado e endividado, mas também revela-se em algumas notícias esse mesmo personagem preocupado com sua saúde e seu bem estar, visto aqui a partir de uma perspectiva do envelhecimento ativo (DEBERT, 2012).

A última etapa da pesquisa, caracterizada pela investigação com docentes (pré-aposentados) e ex-docentes (pós-aposentados) no *campus* I da UFPB, pôde retratar com mais riqueza de detalhes as crenças, opiniões e atitudes desses sujeitos em relação ao processo de

aposentadoria. Assim, representantes dos dois grupos concordam que as mulheres têm menos dificuldades para iniciar o período de transição para a aposentadoria e, conseqüentemente, adaptar-se a ela. O que se percebeu foi que pelo fato de, culturalmente, já assumirem uma dupla jornada de trabalho (casa e trabalho), ao deixarem o ambiente acadêmico, apenas voltariam a exercer uma atividade a qual já estão acostumadas, sentindo menos o efeito da mudança.

Com relação à decisão de continuar na ativa ou pedir a aposentadoria, em certa medida, os docentes pré-aposentados afirmam que o benefício do abono de permanência se constitui em uma motivação econômica para continuar exercendo a profissão, embora este não possa ser considerado como o único fator determinante para tal justificativa. Para alguns sujeitos, existem ainda possibilidades de reingressar no mercado de trabalho após se aposentarem trazendo maiores benefícios financeiros do que o recebimento da gratificação.

A pesquisa mostrou que o abandono dos sujeitos das atividades laborais, ainda durante o período de abono pecuniário são ocasionadas especialmente pelo fato das condições físicas e de saúde tornarem-se aspectos limitantes e impeditivos para que consigam chegar até a aposentadoria compulsória. Já no caso das docentes, um fator que dificulta a continuidade está ligado a necessidade cuidar dos pais e/ou dos netos.

Uma questão que precisa ser apreciada pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) é a falta de planejamento para a aposentadoria dos pré-aposentados. Alguns informaram não ter conhecimento de cursos de preparação para a aposentadoria que são oferecidos pela instituição, demonstraram desinteresse ou, já na condição de aposentados, disseram que deveriam ter se planejado melhor para esta nova etapa da vida, especialmente os homens.

Outro ponto que merece a atenção da instituição é o “idadismo intelectual”; aquele que ocorre, inclusive, entre os pares, como forma de pressionar colegas para que cedam o lugar para outro considerado “intelectualmente mais competente” e atualizado com a produtividade acadêmica. Outra situação encontrada em alguns relatos que merece destaque é a percepção de (des)pertencimento em relação à instituição, sendo o mais curioso a descoberta que isto atinge tanto docentes pré-aposentados, como também ex-docentes. Cabe frisar que, essa percepção de “descarte” foi sentida pelo próprio pesquisador durante a própria condução da investigação, quando se procurou realizar um levantamento dos docentes aposentados nos departamentos e se obteve com resposta a falta dos contatos.

Apesar de alguns problemas encontrados, ainda se observa que tanto docentes como ex-docentes encaram a velhice de uma forma natural e que faz parte da vida. Assim, a aposentadoria se insere nesse contexto como uma outra vida que se inicia, repleta de novas

conquista e novas descobertas mostrando que a simbologia do idoso representada por uma imagem de uma pessoa curvada com uma bengala, não mais reflete a atualidade.

Limitações da pesquisa

Coloca-se aqui como limitações da pesquisa o fato do investigador ter obtido acesso a apenas aos docentes pré-aposentados do campus I da UFPB, lotados no Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA) e no Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), que pela natureza dos cursos ofertados à comunidade e pelos docentes envolvidos, podem suscitar representações sociais específicas desse agrupamento, podendo diferenciar-se de outros *Campi* e outros Centros. Em outros termos, docentes pré-aposentados lotados em outros Centros e departamentos que em algumas situações, dispõe de uma outra atividade laboral além da universidade, podem ter representações distintas das que foram aqui compartilhadas.

Considera-se também oportuno salientar que grande parte dos docentes pós-aposentados participantes da pesquisa são sindicalizados, sendo contatados na sede do Sindicato dos Professores da UFPB, portanto, supostamente direcionados a uma posição ideológica contrária ao governo, ou seja, oposto as mudanças previstas na PEC 287/2016.

Sugestões para futuras pesquisas

Como desdobramento da tese e oportunidade de preenchimento de lacunas, sugere-se que também os técnico-administrativos possam ser incluídos na pesquisa como forma de se realizar uma investigação comparativa com os docentes com vistas a descobrir aproximações e discrepâncias quanto às representações sociais associadas ao processo de aposentadoria; outra sugestão é verificar as diferenças de atitudes e comportamentos em relação a aposentadoria entre os mais jovens, recém ingressantes no mercado de trabalho, os sujeitos de meia idade e aqueles que já estão na condição de aposentado, buscando-se levantar o aspecto geracional.

Enfim, pode-se afirmar que estudar o tema durante o doutorado foi ao mesmo tempo desafiador e gratificante. O tempo mostrou que o fenômeno, por ser ambíguo e multidimensional entre indivíduos, torna-o complexo, portanto, requer aprofundamentos teóricos, metodológicos e epistemológicos.

O Brasil, vive-se um momento de transição demográfica, que traz no seu bojo o amadurecimento da população e, assim, grandes desafios a serem ultrapassados. Se estamos ou não preparados para enfrentá-los, só o futuro dirá. Em todo caso, reconhece-se que, enquanto na maioria dos países desenvolvidos essa reestruturação social ocorreu de forma lenta e gradual, tempo suficiente para que pudessem aplicar os frutos da riqueza em melhores condições de vida para sua sociedade, em nosso país essa transformação ocorre rápida e agressivamente, em um contexto marcado por carências nas áreas de seguridade social e Previdência, saúde pública, educação, habitação, saneamento básico, trabalho, renda e mobilidade urbana.

À luz desses desafios, emergem discussões na mídia impressa e na sociedade em geral acerca de tais transformações, que incluem a necessidade de se repensar a aposentadoria e o envelhecimento, que de algum modo, implicam na atual necessidade de reformar a Previdência Social brasileira como meio de se mantê-la sustentável à longo prazo e permiti-la suprir, no futuro, parte dessas demandas.

À medida que a sociedade brasileira envelhece, o contexto das discussões sobre a aposentadoria ganha nova dimensão ao incluir especificidades em nível individual, familiar, organizacional e contextual. Assim, a tese que ora se finda, buscou provocar reflexões e estimular as discussões sobre o processo de aposentadoria entre os docentes e ex-docentes do *campus* I da Universidade Federal da Paraíba, sob a ótica da Teoria das Representações Sociais, como forma de tornar o até então desconhecido em algo familiar. Ao fazer uso dessa perspectiva teórica, decidiu-se pela valorização da elaboração e apreensão dos saberes sociais, produzidos no cotidiano e pertencentes ao mundo vivido dos dois grupos de sujeitos, inseridos cada um em um contexto específico.

No geral, observa-se que a aposentadoria é um tema que necessita ainda ser muito debatido como as próprias representações dos entrevistados mostram. Questões como a falta de preparação para esse momento da vida ou a queda da autoestima pelos estereótipos construídos dentro da organização mostram que, a Administração, enquanto ciência social tem algo a fazer. Se pensarmos que a sociedade brasileira ainda se apresenta como “madura” e caminha para um estágio mais avançado de envelhecimento nas próximas décadas, verificamos que alguns desses desafios aqui discutidos na tese, que atualmente já se apresentam como complexos, mais tarde tornar-se-ão de difícil solução.

REFERÊNCIAS

ABEP. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/site/>>. Acesso em: 03.maio.2017.

AGUIAR, M. M. C. **Pensões**: restaurar o contrato social para reconciliar as gerações. Bnomics: Lisboa, 2015.

ALEXANDRE, M. Representações sociais: a genealogia do conceito. **Comum**, vol. 10, n. 23, p. 122-138, 2004.

ALEXANDRE, M. o papel da mídia na difusão das representações sociais. **Comum**, vol.6, n. 17, p. 111-125, 2001.

ALMEIDA, A. M. O. Abordagem societal das representações sociais. **Sociedade e Estado**, vol. 24, n. 3, p. 713-737, 2009.

ALVARENGA, L. N. *et al.* Repercussões da aposentadoria na qualidade de vida do Idoso. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 43, n. 4, p. 796-802, 2009.

ALVES, F. W. R. Aposentadoria: um novo começo, expectativa e realidade. Uma análise com servidores técnico-administrativos da UFG. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiás, 2016.

ANTUNES, M. H.; SOARES; D. H. P; SILVA, N. Aposentadoria e contexto familiar: um estudo sobre as orientações teóricas da produção científica. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, vol. 3, número especial, p. 45-56, 2013.

ANTUNES, M. H.; SOARES; D. H. P.; MORÉ, C. L. O. O. Repercussões da aposentadoria na dinâmica relacional familiar na perspectiva do casal. **Psico**, vol. 46, n. 4, p. 432-441, 2015.

ANTUNES, M. H.; SOARES; D. H. P.; MORÉ, C. L. O. O. Aposentadoria e família: as repercussões da intergeracionalidade nas experiências de casais aposentados. **Nova Perspectiva Sistêmica**, vol. 50, p. 101-116, 2014.

ATCHLEY, R. C. The meaning of retirement. **Journal of Communication**, vol. 24, n. 4, p. 97-100, 1974.

ATCHLEY, R. C. Retirement as a social institution. **Annual Review of Sociology**, vol.8, p. 263-287, 1982.

ATCHLEY, Robert C. A continuity theory of normal aging. **The Gerontologist**, vol. 29, n. 2, p. 183-190, 1989.

ATCHLEY, Robert C. Retirement and leisure participation: continuity or crisis? **The Gerontologist**, vol. 11, n. 1, p.13-17, 1971

ARRUDA, A. A psicologia social no nordeste nos anos 80: levantamento de dados. **Revista de Psicologia**, vol. 5, n. 2, p. 73-85, 1987.

BAMBERGER, P.; BACHARACH, S. Predicting retirement upon eligibility: an embeddness perspective. **Human Resource Management**, v.53, n.1, p.1-22, Jan./Feb., 2014.

BANDEIRA, M. L. (Coord.) **Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa: 1950-2011 evolução e perspectivas**. Fundação Francisco Manuel dos Santos: Lisboa, 2014.

BANDEIRA-DE-MELO, R. Softwares em pesquisa qualitativa. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. S. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos**. São Paulo: Saraiva, p. 429-460, 2006.

BARBOSA, T. M.; TRAESEL, E. S. Pré-aposentadoria: um desafio a ser enfrentado. **Barbarói**, n.38, p.215-234, 2013.

BEEHR, T. A. The process of retirement: a review and recommendations for future investigation. **Personnel Psychology**, 39, 31-56, 1986.

BEEHR, T. A.; BOWLING, N. A. Variations on a retirement theme: conceptual and operational definitions of retirement. In: WANG, M. (Ed.), **The Oxford Handbook of Retirement** (p. 42-55). New York, NY: Oxford University Press, 2013.

BEEHR, T. A., ADAMS, G. A. Introduction and overview of current research and thinking about retirement. In: ADAMS, G. A.; BEEHR, T. A. (Eds.), **Retirement research: reasons, processes and results** (p. 1-5). New York: Springer, 2003.

BEGER, M. L. M.; DERNTL, A. M. Aposentados e livres... mas para quê? Os trabalhadores e a representação social da aposentadoria e do projeto de vida pessoal. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 8, n.2, p. 1-301, 2005.

BENGTSON, V.; ELDER JR, G.; PUTNEY, N. The lifecourse perspective on ageing: linked lives, timing and history. In: JOHNSON, M. L. (Ed.). **The Cambridge Handbook of Age and Ageing**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BERTOCINI, E. M. O. Luti. Trabalho, identidade e aposentadoria precoce: notas teóricas sobre o sofrimento do trabalhador. **Revista de Psicologia da UNESP**, v.1, n.1, p.38-50, 2002.

BITENCOURT, B. M.; GALLON, S.; BATISTA, M. K.; PICCININ, V. C. Para Além do Tempo de Emprego: o sentido do trabalho no processo de aposentadoria. **RCA - Revista de Ciências da Administração**, vol.1, n.31, p.30, 2011.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. Disponível em:
<<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/historico/>> Acesso em: 12.jan.2015.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 Janeiro de 1994. **Política Nacional do Idoso**. Diário Oficial da União 3.out.2003. Disponível em URL: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm >

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1 Outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Diário Oficial da União 3.out.2003. Disponível em URL: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm

BRESSAN, M. *et al.* Bem-estar na aposentadoria: o que isto significa para os servidores públicos federais? **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v.16, n.2, p.259-72, 2013.

BULLA, L. C.; KAEFER, C. O. Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n.2, dez. 2003.

CABRAL, M. V. (Coord.). **Processos de envelhecimento em Portugal**: usos do tempo, redes sociais e condições de vida. Fundação Francisco Manuel dos Santos: Lisboa, 2013.

CABRAL, M. V.; FERREIRA, P. M. **Envelhecimento activo em Portugal**: trabalho, reforma, lazer e redes sociais. Fundação Francisco Manuel dos Santos: Lisboa, 2014.

CABRAL, M. L. L.; MACUCH, R. S. Solidariedade geracional: perspectivas e representações. **Cinergis**, Santa Cruz do Sul, vol. 18, n. 1, p.59-68, jan./mar. 2016.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; FERNANDES, D. Saída do mercado de trabalho: qual é a idade? In: IPEA/MTE - **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise. Brasília: IPEA/MTE, 2012.

CAMARGO, J. M.; REIS, M. C. Aposentadoria, pressão salarial e desemprego por nível de qualificação. **Revista Brasileira de Economia**, v. 62, n. 3, p. 299-331, 2008.

CAMARGO, B. V.; WALCHELKE, J. F. R.; AGUIAR, A. Um panorama do desenvolvimento metodológico das pesquisas sobre representações sociais através dos grupos de trabalho das jornadas internacionais. **Contribuições para a teoria e o método de estudos das representações sociais**. In: MOREIRA, A. S. P.; CAMARGO, B. V. (Orgs.). João Pessoa-PB: Editora Universitária da UFPB, p. 181-202, 2007.

CAMBOIM, V. S. C.; QUEIROZ, J. V.; VASCONCELOS, N. V. C.; QUEIROZ, F. C. B. P. Aposentadoria, o desafio da segunda metade da vida: estudo de caso em uma agência bancária. **Revista Gestão Organizacional**, v. 4, n. 1, art. 3, p. 49-70, 2011.

CARMO, E.; MEDEIROS, C.R.O.; LOEBEL, E. Novatos motivados e veteranos acomodados: representações sociais de técnicos-administrativos sobre atuação no trabalho. **Revista de Carreira e Pessoas**. Vol. V, n.03, 2015.

CARVALHO, C. L. S.; COSTA, I. S. A.; PIMENTA, R. C. A percepção de servidores públicos sobre a aproximação da aposentadoria: o caso PRODERJ. **Reuna**, v.18, n.3, p.21-40, 2013.

CHUYKOVA, T. S.; POLKINA, T. M. Social representations of retirement: cross-cultural comparison. **Social Psychology and Society**, n. 3, p. 89-102, 2012.

COLLARES-DA-ROCHA, J. C. C.; WOLTER, R. P.; WACHELKE, J. As pesquisas em representações sociais na Revista Psicologia & Sociedade. **Psicologia & Sociedade**, vol. 28, n. 3, p. 582-588, 2016.

COLUSSI, E. L. ET AL. Docentes universitários e aposentadoria: uma experiência de velhice bem-sucedida? **Pajar**, vol.2, n.2, p.67-74, 2014.

CRON, W. L., JACKOFSKY, E. F., & SLOCUM, J. W. Job performance and attitudes of disengagement stage salespeople who are about to retire. **Journal of Personal Selling & Sales Management**, vol. 13, p.1-13, 1993.

CRUZ, M. A. G. Adiando a aposentadoria: um estudo sobre os fatores que levam servidores federais a adiar a aposentadoria em uma instituição de pesquisa (**Dissertação de Mestrado**) Acesso em: 12.nov.2015. Disponível em: <http://mtc-m19.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m19/2011/05.02.13.44/doc/publicacao.pdf>

DE ROSA, A. From theory to metatheory in social representations: the lines of argument of the theoretical-metodological. **Social Science Informations**, vol.33, n.2, p. 273-303, 1994.

DE WIND, A. ET AL. A life course perspective on working beyond retirement - results from a longitudinal study in the Netherlands. **BMC Public Health**, vol.16, p.499, 2016

DEBERT, G. G. **A Reinvenção da Velhice**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2012.

DENTON, F. T.; SPENCER, B. G. What is retirement? A review and assessment of alternative concepts and measures. **Canadian Journal on Aging**, v. 28, n.1, p.63–76, 2009.

DUBERLEY, J.; CARMICHAEL, F.; SZMIGIN, I. Exploring women's retirement: continuity, context and career transition. **Gender, Work and Organization**, v. 21, n.1, p.71-90, 2014.

DURAN, M. C. G. Uma instigante leitura com Moscovici, Jodelet, Marková e Jovchelovitch. **Educação & Linguagem**, vol. 15, n. 25, p. 228-245, 2012.

DUVEEN, G. Introdução: o poder das ideias. In: MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 10. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2013.

EKERDT, D. J. Frontiers of research on work and retirement. **Journal of Gerontology: Social Sciences**, 65B, n.1, p.69–80, 2010.

ELDER JR, G. H. The life course as developmental theory. **Child Development**, vol. 69, issue 1, p. 1-12, 1988.

ELDER Jr., G.; JOHNSON, M. K.; CROSNOE, R. The emergence and development of life course theory. In: MORTIMER, J. T.; SHANAHAN, M. J. (Ed.) **Handbook of the Life Course**, Kluwer Academic/Plenum Publishers, New York, 2003.

GOLDBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: Record; 1999.

- FALEIROS, V. P.; SILVA, S. F. Trabalho, aposentadoria e lazer como *habitus* segundo idosos que frequentam bares. **Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento**, v. 17, n. 2, p. 353-371, 2012.
- FARR, R. Theory and method in the study of social representations. In: BREAKWELL, G. M.; CANTER, D. V. (Orgs.). **Empirical approaches to social representations**. Oxford: Claredon Press, p 15-38, 1993.
- FARR, R. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- FEATHERSTONE, M.; HEPWORTH, M. Images of ageing: cultural representations of later life. In: JOHNSON, M. L. (Ed.). **The Cambridge Handbook of Age and Ageing**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- FELDMAN, D. C. The decision to retire early: A review and conceptualization. **Academy of Management Review**, v.19, n.2, p.285–311, 1994.
- FELIX, Y. T. M.; CATÃO, M. F. F. M. Envelhecimento e aposentadoria por policiais rodoviários. **Psicologia & Sociedade**, v.25, n.2, p.420-429, 2013.
- FERNANDES, P. C. M.; MARRA, A. V.; LARA, S. M. Metamorfoses identitárias na pré-aposentadoria de servidores públicos. **Revista de Carreira e Pessoas**. Vol. VI, n. 01, p.86-99, 2016.
- FERREIRA, O. G. L. ET AL. Envelhecimento ativo e sua relação com a independência funcional. **Texto Contexto Enfermagem**, vol. 21, n. 3, p. 513-518, 2012.
- FONSECA, A. M. **Reforma e reformados**. Almedina: Lisboa, 2011.
- FRANÇA, L. H. F. P *et al.* Aposentar-se ou continuar trabalhando? O que influencia essa decisão? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.33, n.3, p. 548-563, 2013.
- FRANÇA, L. H. F. P.; MENEZES, G. S.; SIQUEIRA, A. R. Planejamento para aposentadoria: a visão dos garis. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v.15, n.4, p.733-745, 2012.
- FRANÇA, L. H. F. P. O envelhecimento populacional e seu reflexo nas organizações: a importância da educação ao longo da vida. **Boletim Técnico do Senac**. Rio de Janeiro, vol. 37, n. 2, p.49-60, 2011.
- FRANÇA, L. H. F. P. Influências sociais nas atitudes dos 'Top' executivos em face da aposentadoria: um estudo transcultural. **Revista de Administração Contemporânea**, v.13, n.1, p.17-35, 2009.
- FRANÇA, L. H. F. P; SOARES, D. H. P. Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.29, n.4, p.738-751, 2009.
- FRANÇA, L. H. F. P; VAUGHAN, G. Ganhos e perdas: atitudes dos executivos brasileiros e neozelandeses frente à aposentadoria. **Psicologia em Estudo**, v.13, n.2, p. 207-216, 2008.

GRAEFF, L. Representações Sociais da Aposentadoria. **Textos sobre Envelhecimento**, v.4, n.7, Rio de Janeiro, 2002.

GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). Introdução. In: **Textos em representações sociais**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GUARESCHI, P. Representações e ideologia. **Revista de Ciências Humanas**. Edição especial temática, p. 33-46, 2000.

HARDY, M. Rethinking retirement. In: SETTERSTEIN JR., R.; ANGEL, J. (Eds.). **Handbook of Sociology of Aging**. New York: Springer, 2011.

HATCHER, C. B. The economics of the retirement decision. In: ADAMS, G.A.; BEEHR, Terry A. (Eds.). **Retirement: Reasons, Processes, and Results**. New York: Springer Publishing Company, p.136-158, 2003.

IPEA. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. Ministério do Trabalho e Emprego. n.54, Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt54_completo1.pdf>. Acesso em: 05 out 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Jornal Destaque. Projeções da população residente 2015-2080, 29.mar.2017. Disponível em: <https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=277695619&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt>. Acesso em: 03.abr.2017.

JESUS, J. C.; WAJNMAN, S. Geração sanduíche no Brasil: mito ou realidade? **Revista Latinoamericana de Población**, ano 10, n. 18, 2016.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, cap. 1, p. 17-44, 2001.

JOGAIB, M. L. M L.; MUNIZ, H. P. Aposentadoria e trabalho docente: momento de despedidas ou reencontros com o trabalho? **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 18, n. 1, p.47-59, 2015.

JOHNSON, M. The social construction of old age as a problem. In: JOHNSON, M. L. (Ed.). **The Cambridge Handbook of Age and Ageing**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

JORNAL DA PARAIBA. Rede Paraíba. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/institucional/grupo> Acesso em: 03.set.2016

JORNAL DO COMMERCCIO. Diretriz ética e código de conduta. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/etica>. Acesso em: 25.ago.2016.

JOVCHELOVICH, S.; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes; 2002.

JOVCHELOVICH, S. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica de espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

KALACHE, A.; BARRETO, S.M.; KELLER, I. Global aging: the demographic revolution in all cultures and societies. In: M.L. Johnson (Ed.). **The Cambridge Handbook of Age and Ageing**, Cambridge: Cambridge United Press, p. 30-46, 2005.

KALACHE, A. Envelhecimento populacional no Brasil: uma realidade nova. **Cadernos de Saúde Pública**. Editorial, v.3, n.3, p. 217-220, 1987.

KAPTEYN, A. What can we learn from (and about) global aging? **Demography**, v.47, supplement, p. S191-S209, 2010.

KIM, S. The impact of research productivity on early retirement of university professors. **Industrial Relations: A Journal of Economy & Society**, vol.42, p.106-125, 2003.

KIM, S; FELDMAN, D. C. Working in retirement: the antecedents of bridge employment and its consequences for quality of life in retirement. **Academy of Management Journal**, v.43, n.6, p. 1195-1210, 2000.

LADENTHIN, A. B. C. **Aposentadoria por idade**. 2. ed. Juruá: Curitiba, 2011.

LIBERATTI, V.; MARTINS, J. Representações sociais da aposentadoria por enfermeiros assistenciais de uma universidade pública. **Revista de Enfermagem UFPE**, v.6, n.10, p.2603-2605, 2012.

LITTON, I.; POTTER, J. Social representations in the ordinary explanation of a “riot”. **European Journal of Social Psychology**, vol. 15, n. 4, p. 371-388, 1985.

MCKINLAY, A.; POTTER, J. Social representations: a conceptual critique. **Journal of the Theory of Social Behaviour**, vol. 17, n. 4, p. 471-487, 1987.

MILLER, D. A. The “sandwishe” generation: adult children of the aging. **Social Work**, vol. 26, n.5, p. 419-423, 1981.

MACEDO, L. S. S.; BENDASSOLLI, P. F.; TORRES, T. L. Representações sociais da aposentadoria e intenção de continuar trabalhando. **Psicologia & Sociedade**, vol.29, p.1-11, 2017.

MACHADO, C. N. C.; LUCAS, M.G. Aposentadoria: como professores vivenciam esse momento? *Revista de Carreira e Pessoas*, vol. VII, n.2, p.576-588,2017.

MAGNABOSCO-MARTINS, C. R.; VIZEU-CAMARGO, B.; BIASUS, F. Representações sociais do idoso e da velhice de diferentes faixas etárias. **Universitas Psychologica**, v.8, n.3, p. 831-847, 2009.

MAGALHÃES, M. O. et al. Padrões de ajustamento na aposentadoria. **Aletheia**, n.19, p.57-68, 2004.

MARKOVÁ, I. **Dialogicidade e representações sociais**: as dinâmicas da mente. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

MARQUES, S. **Discriminação na terceira idade**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.

MARQUES, R. M.; EUZÉBY, A. Um regime único de aposentadoria no Brasil: pontos para reflexão. **Nova economia**, v.15, n.3, p.11-29, 2005.

MARRA, A. V. *et al.* Imaginario, subjetividade e aposentadoria feminina. **BBR - Brazilian Business Review**, v. 8, n.2, p. 119-137, abr./jun., 2011.

MARTINS, A. M.; CARVALHO, C. A. S.; ANTUNES-ROCHA, M. I. Pesquisa em representações no Brasil: cartografia dos grupos registrados no CNPq. **Revista Psicologia: teoria e prática**, vol. 16, n. 1, p. 104-114, 2014.

MENDES, F. R. **Segurança social**: o futuro hipoteca. Fundação Francisco Manuel dos Santos: Lisboa, 2011.

MENDES, M. F. **Determinantes da fecundidade em Portugal**. Fundação Francisco Manuel dos Santos: Lisboa, 2016.

MOREIRA, J. O. Imaginários sobre aposentadoria, trabalho, velhice: estudo de caso com professores universitários. **Psicologia em estudo**, v.16, n.4, p.541-550, dez. 2011.

MOSCOVICI, S. Comment on Potter & Litton. **British Journal of Social Psychology**, vol. 24, n. 2, p.91-92, 1985.

MOSCOVICI, S. **A Psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 10. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2013.

MOTTA, A. B. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. **Revista Estado & Sociedade**, vol, 25, n. 2, p. 225-250, 2010.

MUNIZ, J. A. PPA: Programa de Preparação para o Amanhã. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n.1, p. 198-204, 1997.

NASCIMENTO-SCHULZE, C. M.; CAMARGO, B. V. Psicologia social, representações sociais e métodos. **Temas em Psicologia da SBP**, v.8, n.3, p.281-299, 2000.

NASRI, F. O envelhecimento populacional no Brasil. **Einstein**, v.6, supl.1, p.4-6, 2008.

NEVES, M. M.; TREVISAN, L. N.; JOÃO, B. N. Carreira proteana: revisão teórica e análise bibliométrica. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, vol. 13, n.2, p. 217-232, 2013

NICHOLS, L. S.; JUNK, V. W. The sandwich generation: dependency, proximity and task assistance needs of parentes. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 18, p. 299-326, 1997.

ONU – ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. World report on aging and health. WHO Press, 2015. Acesso em: 05.jan.2016. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/186468/1/WHO_FWC_ALC_15.01_eng.pdf?ua=1

PAZZIM, T. A.; PUGA, D. S. C. S. (Orgs.). **Preparação para a aposentadoria: conceitos e práticas**. Editora CRV: Curitiba, 2016.

PORDATA. Base de dados Portugal contemporâneo. Indicadores de envelhecimento. Disponível em: <<http://www.pordata.pt/Portugal/indicadores-de-envelhecimento-526>>. Acesso em: 01.jun.2017.

PORDATA. Base de dados Portugal contemporâneo. Taxa de fecundidade geral. <<http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+fecundidade+geral-618>>. Acesso em: 01.jun.2017.

PORDATA. Base de dados Portugal contemporâneo. Taxa bruta de mortalidade e taxa de mortalidade infantil. Disponível em: <<http://www.pordata.pt/Portugal/taxa-bruta-de-mortalidade-e-taxa-de-mortalidade-infantil-528>>. Acesso em: 01.jun.2017.

PORTUGAL. Diário da República, 1.^a série, n.º 64 - 1 de abril de 2016, p. 1117, 2016.

PORTUGAL. Segurança Social. Disponível em: <<http://www.seg-social.pt/evolucao-do-sistema-de-seguranca-social>>. Acesso em: 25.maio.2017.

PORTUGAL. Segurança Social. Disponível em: <<http://www.seg-social.pt/evolucao-da-estrutura-organica-funcional>>. Acesso em: 25.maio.2017.

PORTUGAL. Segurança Social. Disponível em: <<http://www.seg-social.pt/objectivos-e-principios>> Acesso em: 25.maio.2017.

POTTER, J.; LITTON, I. Some problems underlying the theory of social representations. **British Journal of Social Psychology**, vol. 24, n. 2, p.81-90, 1985.

PROIFES. Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior. **Aposentadoria dos servidores das IFES: ontem, hoje e amanhã**. Editora Verdeperito: Porto Alegre-RS, s/d.

RAU; B. L.; ADAMS, G. A. Aging, retirement, and human resources management: A Strategic Approach. In: WANG, M. (Ed.) **The Oxford Handbook of Retirement**. New York: Oxford Library of Psychology, 2013.

RICHARDSON, V. E. Women and Retirement, **Journal of Women & Aging**, vol. 11, n.2-3, p.49-66, 1999.

RODRÍGUEZ-WONG, L. L.; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006.

ROESLER, V. R. **Posso me aposentar de “verdade” e agora?** Contradições e ambivalências vividas no processo de aposentadoria de bancários. Tese (doutorado) Universidade Federal de

Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Santa Catarina, 2012.

ROESLER, V. R. **Posso me aposentar “de verdade”**. E agora? Curitiba: Alteridade, 2014.

ROLAND-LÉVY, C.; BERJOT, S. Social Representations of retirement in France: a descriptive study. **Applied Psychology**, v. 58, n.3, p.418-434, 2009.

ROSA, M. J. V. **O envelhecimento da sociedade portuguesa**. Fundação Francisco Manuel dos Santos: Lisboa, 2012.

ROSA, M. J. V. O desafio social do envelhecimento demográfico. **Análise Social**, vol. XXVIII, n. 122, p. 679-689, 1993.

SÁ, C. P.; ARRUDA, A. O estudo das representações sociais no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, Edição Especial Temática, p.11-31, 2000.

SÁ, C. P. Representações Sociais: teoria do núcleo central. **Temas em psicologia**, n.3, p. 19-33, 1996.

SANTOS, V. B.; TURA; L. F. R.; ARRUDA, A. M. S. As Representações Sociais de “pessoa velha” construídas por Idosos. **Saúde e Sociedade**, v.22, n.1, p.138-147, 2013.

SANTOS, M. F. S.; MORAIS, E. R. C.; ACIOLI NETO, M. L. A produção científica em representações sociais: análise de dissertações e teses produzidas em Pernambuco. **Psico**, vol. 43, n. 2, p. 200-207, abr./jun. 2012.

SARTORI, A. C. R.; ZILBERMAN, M. L. Revisitando o conceito de síndrome do ninho vazio. **Revista de Psiquiatria Clínica**, vol. 36, n. 3, p. 112-121, 2009.

SELIG, G. A.; VALORE, L. A. Imagens da aposentadoria no discurso de pré-aposentados: subsídios para orientação profissional. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v.13, n.1, p.73-87, 2010.

SETTERSTEN JR., R. A. Time, age, and the transition to retirement: New evidence on life-course flexibility. **International Journal of Aging and Human Development**, v.47, p. 177-203, 1998.

SHULTZ, K. S.; WANG, M. Psychological perspectives on the changing nature of retirement. **American Psychologist**, vol. 66, n. 3, p.170-179, 2011.

SILVA, S. E. D.; CAMARGO, B. V.; PADILHA, M. I. A teoria das representações sociais nas pesquisas da Enfermagem brasileira. **Revista Brasileira de Enfermagem**, vol. 64, n. 5, p. 947-951, 2011.

SILVA, J. et al. Envelhecimento da força de trabalho do governo federal: desafios para a educação superior pública. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, vol.5, n.2, p. 196-216, 2012.

SILVA, L.R.F. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v.15, n.1, p.155-168, 2008.

SILVERSTEIN, M.; GIARRUSSO, R. Aging individuals, families, and societies: micro-meso-macro linkages in the life course. In: SETTERSTEIN JR., R.; ANGEL, J. (Eds.). **Handbook of Sociology of Aging**. Nova York: Springer, 2011.

SZINOVACZ, M. E. A multilevel perspective for retirement research. In: WANG, Mo (Ed.). **The Oxford Handbook of Retirement**. New York: Oxford Library of Psychology, 2013.

SZINOVACZ, M.E. Contexts and pathways: Retirement as institution, process and experience. In: ADAMS, G.A.; BEEHR, T. A. (Eds.). **Retirement: Reasons, Processes, and Results**. New York: Springer Publishing Company, 2003.

TALAGA, J. A., BEEHR, T. A. Are there gender differences in predicting retirement decisions? **Journal of Applied Psychology**, vol. 80, p. 16-28, 1995

TORRES, T. L. *et al.* Identidade e representações sociais da aposentadoria. **Anais... Anais da 43ª da Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia**. Aracajú-SE, 23-26.out.2013.

UNITED NATIONS ORGANIZATIONS. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **World Population Prospects: The 2012 Revision, volume II, Demographic Profiles**, New York, 2013b.

VAN SOLINGE, H. Retirement adjustment. In: WANG, M. (Ed.) **The Oxford Handbook of retirement**. New York: Oxford Library of Psychology, 2013.

Van SOLINGE, H.; HENKENS, K. Adjustment to and satisfaction with retirement: two of a kind? **Psychology and Aging**, v.23, p.422-434, 2008.

VELOZ, M., NASCIMENTO-SCHULZE, C.; VIZEU-CAMARGO, B. Representações sociais do envelhecimento. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol.12, n.2, 1999.

VOELKLEIN; C.; HOWARTH, C. A review of controversies about social representations theory: a British debate. **Culture & Psychology**, vol. 11, n. 4, p. 431-454, 2005

WAGNER, W. *et al.* Theory and method of Social Representations. **Asian Journal of Social Psychology**, v. 2, n.1, p.95-125, 1999.

WANG, M.; HENKENS, K.; van SOLINGEN, H. Retirement adjustment: a review of theoretical and empirical advancements. **American Psychologist**, vol.66, n.3, p.204-213, 2011.

WANG, M.; SHI, J. Psychological research on retirement. **Annual Review of Psychology**, vol.65, p. 209-233, 2014.

WANG, M.; SCHULTZ, K. Employee retirement: A review and recommendations for future investigation. **Journal of Management**, vol.36, p.172-206, 2010.

WANG, M. Health and fiscal and psychological well-being in retirement. In: HEDGE, J. W.; BORMAN, W. C. **The Oxford Handbook of Work and Aging**. New York: Oxford Press, p.570-584, 2012.

WANG, M. et al. Antecedents of bridge employment: a longitudinal investigation. **Journal of Applied Psychology**, vol. 93, p. 818-830, 2008.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O ESTUDO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre o processo de transição para a aposentadoria e está sendo desenvolvida pelo pesquisador Cléverson Vasconcelos da Nóbrega, aluno do Curso de Doutorado em Administração da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Dr. Diogo Henrique Helal (Brasil) e Co-orientação da Profa. Dra. Sibila Marques (Portugal).

O objetivo do estudo é comparar ideias, crenças, opiniões e atitudes, resultantes da interação social, em relação à aposentadoria. A finalidade deste trabalho é contribuir, acadêmica e cientificamente, com outros estudos sobre esta temática, compreendendo e interpretando as opiniões e sentimentos dos entrevistados em relação à visão que a sociedade possui para com aqueles(as) que envelhecem, se aproximam da aposentadoria ou já estão vivendo nesta condição.

Solicitamos a sua colaboração para a entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e publicá-los em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que esta pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde. Não obstante, é possível que alguns incômodos de natureza psíquica, moral, intelectual, social e cultural, possam atingir seus participantes durante o momento da entrevista. Isso se deve ao fato de que algumas lembranças podem resgatar momentos da vida causadoras de algum desconforto, uma vez que a aposentadoria também é considerada pelos autores, sinônimo de decadência e perdas.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição. O pesquisador estará à disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma via deste documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

Assinatura da Testemunha

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, o pesquisador poderá ser localizado através dos seguintes contatos:

Brasil
Endereço (Setor de Trabalho): Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - CEP 58051-900 - João Pessoa/PB
Contatos: Celular TIM: ☎ (83) XXXX-XXXX / Email: cleverson.nobrega@gmail.com

Portugal
Endereço (Setor de Trabalho): ISCTE – IUL, CIS - Centro de Investigação e Intervenção Social, Ala Autônoma, sala 338
Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa
Contatos: Celular Vodafone: ☎ XXXXXXXXXX / Email: cleverson.nobrega@gmail.com

Ou

Caso deseje fazer alguma denúncia envolvendo a pesquisa ou o pesquisador, poderá se reportar aos seguintes contatos:

Brasil
Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB
☎ (83) 3216-779 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Portugal
Comitê de Ética em Pesquisa do ISCTE-IUL Departamento de Psicologia Social e das Organizações (DPSO)
Profa. Dra. Maria Manuela Calheiros
Ala Autônoma AA1.07
E-mail: mmac@iscte.pt

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O ESTUDO 2

Prezado(a) Senhor(a),

Esta pesquisa é sobre o processo de transição para a aposentadoria e está sendo desenvolvida pelo pesquisador Cléverson Vasconcelos da Nóbrega, aluno do Curso de Doutorado em Administração da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do prof. Dr. Diogo Henrique Helal.

O objetivo do estudo é compreender as ideias, crenças, opiniões e atitudes, resultantes da interação social, em relação à aposentadoria. A finalidade deste trabalho é contribuir, acadêmica e cientificamente, com outros estudos sobre esta temática, compreendendo e interpretando as opiniões e sentimentos dos entrevistados em relação à visão que a sociedade possui para com aqueles(as) que envelhecem, se aproximam da aposentadoria ou já estão vivendo nesta condição.

Solicitamos a sua colaboração para a entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e publicá-los em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que esta pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde. Não obstante, é possível que alguns incômodos de natureza psíquica, moral, intelectual, social e cultural, possam atingir seus participantes durante o momento da entrevista. Isso se deve ao fato de que algumas lembranças podem resgatar momentos da vida causadores de algum desconforto, uma vez que a aposentadoria também é considerada pelos autores, sinônimo de decadência e perdas.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolva a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição. O pesquisador estará à disposição para quaisquer esclarecimentos que considere necessários em qualquer etapa da pesquisa. Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

João Pessoa, _____ de _____ de 2016

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Contato do Pesquisador Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o pesquisador Cléverson Vasconcelos da Nóbrega.

Endereço (Setor de Trabalho): Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - CEP 58.051-900 - João Pessoa/PB

Contatos: Celular TIM:   / Email: cleverson.nobrega@gmail.com

APÊNDICE C – QUESTÕES NORTEADORAS PARA A ENTREVISTA COM OS DOCENTES EM ABONO PECUNIÁRIO

Questões norteadoras	
Introdução	Apresentação breve da pesquisa ao entrevistado Entrega e leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Gravação: Local - Dia/mês/ano e hora. N° da entrevista Recolhimento de informações pessoais do entrevistado para o perfil
Fase laboral Docência	Apresentação do entrevistado Comente sobre sua trajetória profissional O que representa ser docente da UFPB?
Fase pré- aposentadoria	Como vai ser quando chegar o momento de se aposentar? Como fica a família frente a essa questão? O que leva a continuar na situação de pré-aposentado? Fale sobre o seu planejamento para a aposentadoria O que representa a aposentadoria? Existe discriminação com a proximidade da aposentadoria? Comente um pouco sobre essas mudanças nas regras da aposentadoria. O que representa o envelhecimento?
Fase pós- aposentadoria	Quais são suas expectativas com a aposentadoria?
Finalização	Comentários finais do entrevistado Agradecimento do pesquisador Contato para divulgação dos resultados da pesquisa Hora do fim da entrevista

APÊNDICE D – QUESTÕES NORTEADORAS PARA A ENTREVISTA COM OS DOCENTES APOSENTADOS

Questões norteadoras	
Introdução	Apresentação breve da pesquisa ao entrevistado Entrega e leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Gravação: Local - Dia/mês/ano e hora. N° da entrevista Recolhimento de informações pessoais do entrevistado para o perfil
Fase pré-aposentadoria	Apresentação do entrevistado Comente sobre sua trajetória profissional O que representou ser docente da UFPB? Como foi momento de se aposentar? Como ficou a família frente a essa questão?
Fase pós-aposentadoria	O que representa a aposentadoria? Como é o seu dia a dia como docente aposentado? Como a sociedade percebe o idoso aposentado? O que representa o envelhecimento? Há relação entre envelhecimento e aposentadoria? Qual o segredo para chegar a esta idade, ativo(a), com saúde física e mental?
Finalização	Comentários finais do entrevistado Agradecimento do pesquisador Contato para divulgação dos resultados da pesquisa Hora do fim da entrevista

APÊNDICE E - PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES PORTUGUESAS, NO SEGMENTO INFORMAÇÃO GERAL, ATÉ O 3º BIMESTRE DE 2015

	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre	
Publicação	Tiragens	Circulação	Tiragens	Circulação	Tiragens	Circulação	Tiragens	Circulação	Tiragens	Circulação	Tiragens	Circulação
Correio da Manhã Jornal Diário	150.126	108.770	150.653	110.135	147.999	109.118	0	0	0	0	0	0
Expresso Jornal Semanal	97.878	97.931	100.638	96.896	96.978	92.856	0	0	0	0	0	0
Tempo Livre Jornal Mensal	90.942	90.942	92.780	92.630	92.576	92.385	0	0	0	0	0	0
Visão Revista Semanal	82.150	69.094	87.933	78.969	82.088	70.391	0	0	0	0	0	0
Jornal Destak Jornal Diário	69.795	69.795	70.395	70.395	69.659	69.659	0	0	0	0	0	0
Metro Portugal Jornal Diário	69.447	69.448	70.140	70.140	69.268	69.268	0	0	0	0	0	0
Jornal de Notícias Jornal Diário	78.722	59.064	77.583	57.830	77.954	58.488	0	0	0	0	0	0
Sábado Revista Semanal	73.688	49.581	82.383	53.143	76.963	54.722	0	0	0	0	0	0
Seleções do Reader's Digest Revista Mensal	42.000	36.859	41.500	36.239	44.500	39.103	0	0	0	0	0	0
Público Jornal Diário	34.334	38.605	35.068	36.634	33.365	32.237	0	0	0	0	0	0
Sol todos os Sábados Jornal Semanal	53.186	22.125	48.790	21.685	48.877	21.356	0	0	0	0	0	0
Visão História Revista Trimestral	27.600	15.658	26.500	18.064	26.900	17.803	0	0	0	0	0	0
Courrier Internacional Revista Mensal	22.200	17.336	22.550	17.781	21.800	17.418	0	0	0	0	0	0
Diário de Notícias Jornal Diário	28.600	16.023	29.215	16.260	28.714	15.624	0	0	0	0	0	0
I Informação Jornal Diário	11.590	4.817	11.477	4.570	11.331	4.555	0	0	0	0	0	0

APÊNDICE E - PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES PORTUGUESAS, NO SEGMENTO INFORMAÇÃO GERAL, ATÉ O 3º BIMESTRE DE 2015 (CONTINUAÇÃO...)

	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre	
Publicação	Tiragens	Circulação	Tiragens	Circulação	Tiragens	Circulação	Tiragens	Circulação	Tiragens	Circulação	Tiragens	Circulação
CX Revista Trimestral	72.080	72.080	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (2015)

APENDICE F - RELAÇÃO DE MATÉRIAS SELECIONADAS PARA A PESQUISA DOCUMENTAL NO JORNAL CORREIO DA MANHÃ

Matéria	Data	Título da matéria	Link
01	27/09/2015	Decerto de ideias	http://www.cmjornal.xl.pt/opinioao/colunistas/francisco_moita_flores/detalhe/deserto_de_ideias.html
02	06/09/2015	O dinheiro das pensões	http://www.cmjornal.xl.pt/opinioao/colunistas/armando_esteves_pereira/detalhe/20150906_02_10_o_dinheiro_das_pensoes.html
03	25/05/2015	Sustentabilidade da Segurança Social pode passar por reduções nas pensões	http://www.cmjornal.xl.pt/cm_ao_minuto/detalhe/sustentabilidade_da_seguranca_social_pode_passar_por_reducoes_nas_pensoes_ministra.html
04	17/05/2015	Mais de 3,5 milhões de pensionistas em Portugal	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/sociedade/detalhe/mais_de_35_milhoes_de_pensionistas_em_portugal.html
05	25/02/2015	Função pública com corte de 13% nas novas reformas	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/politica/detalhe/corte_de_13_nas_novas_reformas.html
06	11/02/2015	Sem nenhum respeito por cabelos brancos	http://www.cmjornal.xl.pt/domingo/detalhe/sem_nenhum_respeito_por_cabelos_brancos.html
07	08/02/2015	Penhoras tiraram 41 milhões a reformados	http://www.cmjornal.xl.pt/exclusivos/detalhe/penhoras_tiraram_41_milhoes_a_reformados.html
08	10/12/2015	Oito mil milhões para desemprego	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/economia/detalhe/oito_mil_milhoes_para_desemprego.html
09	09/11/2014	Docentes adiam ida para a reforma	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/sociedade/detalhe/2014_11_08_cerca_de_50_pais_em_protesto_pela_escola_publica.html
10	19/10/2014	Pensões em risco 20 anos mais cedo	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/economia/detalhe/pensoes_acabam_20_anos_mais_cedo.html
11	08/10/2014	Estado perde 52 funcionários por dia	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/economia/detalhe/estado_perde_52_funcionariosdia.html
12	14/09/2014	Dislates Sim, a dos salários, que este ano já foram 'reformados' três vezes e já se anuncia uma quarta, com a novela dos suplementos!	http://www.cmjornal.xl.pt/opinioao/colunistas/carlos_garcia/detalhe/dislates.html
13	08/10/2014	Pensionistas penalizados com congelamento de pensões	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/sociedade/detalhe/pensionistas_penalizados_com_congelamento_de_pensoes.html
14	08/10/2014	Pensão congelada para 1,4 milhões	http://www.cmjornal.xl.pt/exclusivos/detalhe/14_milhoes_vao_ter_pensoes_congeladas.html
15	10/08/2014	Fiadores endividados fazem mais queixas	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/economia/detalhe/fiadores-endividados-fazem-mais-queixas.html
16	30/07/2014	FESAP não percebe constitucionalidade de normas que oneram sempre os mesmos	http://www.cmjornal.xl.pt/cm_ao_minuto/detalhe/fesap-nao-percebe-constitucionalidade-de-normas-que-oneram-sempre-os-mesmos.html
17	06/07/2014	Assalta o banco do qual é cliente	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/portugal/detalhe/assalta-o-banco-do-qual-e-cliente.html

18	07/05/2014	Aposentados da função pública manifestam-se por aumentos nas pensões	http://www.cmjornal.xl.pt/cm_ao_minuto/detalhe/aposentados-da-funcao-publica-manifestam-se-por-aumentos-nas-pensoes.html
19	16/04/2014	Aposentados da função pública manifestam-se por aumentos nas pensões	http://www.cmjornal.xl.pt/opinioao/colunistas/eduardo_cabrita/detalhe/pensao-incerta.html
20	13/04/2014	Ajuda externa: Novo cálculo das pensões torna definitivos cortes provisórios - reformados	http://www.cmjornal.xl.pt/cm_ao_minuto/detalhe/ajuda-externa-novo-calculo-das-pensoes-torna-definitivos-cortes-provisorios---reformados.html
21	02/04/2014	Banco Alimentar Contra a Fome	http://www.cmjornal.xl.pt/cm_ao_minuto/detalhe/isabel-jonet-o-pior-inimigo-dos-desempregados-sao-as-redes-sociais.html
22	26/03/2014	Mota Soares diz que redução de pobreza nos idosos mostra "aposta inequívoca" do Governo	http://www.cmjornal.xl.pt/cm_ao_minuto/detalhe/mota-soares-diz-que-reducao-de-pobreza-nos-idosos-mostra-aposta-inequivoca-do-governo.html
23	02/02/2014	Reformados do Estado pagam mais 66%	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/economia/detalhe/reformados-do-estado-pagam-mais-66.html
24	22/01/2014	Reformados protestam contra cortes nas pensões Manifestação frente à Assembleia da República pelo fim da "guerra desenfreada" contra os pensionistas	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/economia/detalhe/reformados-protestam-contras-cortes-nas-pensoes192028973.html
25	05/01/014	Mais velhos e mais pobres	http://www.cmjornal.xl.pt/opinioao/colunistas/armando_esteves_pereira/detalhe/mais-velhos-e-mais-pobres.html
26	15/12/2013	Reforma adiada para 40 mil pessoas	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/sociedade/detalhe/reforma-adiada-para-40-mil-pessoas.html
27	20/11/2013	Corrida às Reformas	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/politica/detalhe/corrida-as-reformas141325713.html
28	23/10/2013	O direito à reforma	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/politica/detalhe/governo-mexe-nas-pensoes-do-estado.html
29	16/10/2013	“Não aguentamos mais”	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/economia/detalhe/nao-aguentamos-mais.html
30	25/09/2013	Aposentados e pensionistas acusam Governo de roubo nas pensões Reformados exigem demissão do Executivo	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/economia/detalhe/aposentados-e-pensionistas-acusam-governo-de-roubo-nas-pensoes.html
31	08/09/2013	Cortar pensões "é inevitável"	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/politica/detalhe/cortar-pensoes-e-inevitavel.html
32	08/09/2013	Justiça intergeracional	http://www.cmjornal.xl.pt/opinioao/colunistas/fernanda_palma/detalhe/justica-intergeracional021528450.html
33	07/08/2013	500 mil reformados têm cortes nas pensões	http://www.cmjornal.xl.pt/exclusivos/detalhe/500-mil-reformados--tem-cortes-nas--pensoes.html
34	05/05/2013	A reforma das reformas	http://www.cmjornal.xl.pt/exclusivos/detalhe/500-mil-reformados--tem-cortes-nas--pensoes.html

35	06/03/2013	Reformados protestam em Setúbal contra cortes	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/economia/detalhe/reformados-protestam-em-setubal-contr-cortes.html
36	24/02/2013	Só a mãe é que trabalha	http://www.cmjornal.xl.pt/domingo/detalhe/so-a-mae-e-que-trabalha.html
37	03/02/2013	Ensino: Mais de 4 mil reformados com pensões entre 200 e 6.788 euros	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/sociedade/detalhe/ensino-mais-de-4-mil-reformados-com-pensoes-entre-200-e-6788-euros.html
38	09/12/2012	Reformados concentram-se em frente à residência de Passos	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/economia/detalhe/reformados-concentram-se-em-frente-a-residencia-de-passos.html
39	31/10/2012	Pensão do Estado	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/economia/detalhe/pensao-do-estado-nao-vai-ser-suficiente.html
40	06/05/2012	Corrida à pensão custa 335 milhões	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/economia/detalhe/pensao-do-estado-nao-vai-ser-suficiente.html
41	01/02/2012	Redução de desconto nos passes para idosos é "inconcebível"	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/economia/detalhe/reducao-de-desconto-nos-passes-para-idosos-e-inconcebivel.html
42	21/12/2012	Reformados não podem ser "empurrados" para novos pobres	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/economia/detalhe/reformados-nao-podem-ser-empurrados-para-novos-pobres.html
43	23/11/2011	FENPROF ajuda docentes e investigadores a reclamar do corte de subsídio	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/sociedade/detalhe/fenprof-ajuda-docentes-e-investigadores-a-reclamar-do-corte-de-subsidio.html
44	16/11/2011	Reformas podem cair para metade	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/economia/detalhe/reformas-podem-cair-para-metade.html
45	31/07/2012	Quase 67 mil com pensão antecipada	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/economia/detalhe/quase-67-mil-com-pensao-antecipada.html
46	10.07.2011	Jovens e pré-reformados são os que mais acampam	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/portugal/detalhe/jovens-e-pre-reformados-sao-os-que-mais-acampam.html
47	20/03/2011	Corrida à pensão antecipada dispara	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/economia/detalhe/corrida-a-pensao-antecipada-dispara.html
48	22/12/2010	Pensionistas vão receber menos 2,25% a 3,5%	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/economia/detalhe/pensionistas-vao-receber-menos-225-a-35.html
49	24/11/2010	O portugueses vão perder 50% do salário	http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/economia/detalhe/reforma-tira-50-do-salario.html

APÊNDICE G – RELAÇÃO DE MATÉRIAS SELECIONADAS PARA A PESQUISA DOCUMENTAL NO JORNAL DO COMMERCIO

Matéria	Data	Título da matéria	Link
01	19/08/2011	Aposentado pode ter isenção de imposto de renda	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/noticia/2011/08/19/aposentado-pode-ter-isencao-de-imposto-de-renda-13391.php
02	26/11/2011	Aposentado e demitido manterão plano de saúde	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/mundo/brasil/noticia/2011/11/26/aposentado-e-demitido-manterao-plano-de-saude-23585.php
03	01/06/2012	Muda regra de plano de saúde de aposentado e demitido	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/mundo/brasil/noticia/2012/06/01/muda-regra-de-plano-de-saude-de-aposentado-e-demitido-44052.php
04	15/10/2012	Entenda o que é desaposentadoria	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2012/10/15/entenda-o-que-e-a-desaposentadoria--59753.php
05	24/05/2013	Aposentado é roubado e assassinado dentro de casa, em Belo Jardim	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/policia/noticia/2013/05/24/aposentado-e-roubado-e-assassinado-dentro-de-casa-em-belo-jardim-84209.php
06	25/05/2013	Saem regras de cortes na Chesf	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/peernambuco/noticia/2013/05/25/saem-regras-de-cortes-na-chesf-84313.php
07	20/07/2013	Aposentados e pensionistas são sempre esquecidos	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/voz-do-leitor/envie-sua-contribuicao/noticia/2013/07/20/aposentados-e-pensionistas-sao-sempre-esquecidos-90692.php
08	18/09/2013	Sem recadastramento, mais de 8 mil aposentados e pensionistas terão pagamento suspenso	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/mundo/brasil/noticia/2013/09/18/sem-recadastramento-mais-de-8-mil-aposentados-e-pensionistas-terao-pagamento-suspenso-97927.php
09	15/01/2014	Burocracia ameaça vida de aposentado	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/peernambuco/noticia/2014/01/15/burocracia-ameaca-vida-de-aposentado-113333.php
10	09/03/2014	Ministro vai mandar investigar atraso em pagamento de benefícios do INSS	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2014/03/09/ministro-vai-mandar-investigar-atraso-em-pagamento-de-beneficios-do-inss-120803.php
11	01/10/2014	Aposentados da Petrobras continuam no saguão do edifício-sede da empresa	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2014/10/01/aposentados-da-petrobras-continuam-no-saguao-do-edificio-sede-da-empresa-148599.php
12	01/10/2014	Aumento de prazos para empréstimo consignado agrada a aposentados	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2014/10/01/aumento-de-prazos-para-emprestimo-consignado-agrada-a-aposentados-148597.php
13	03/12/2014	Déficit da previdência do setor público é maior que dos aposentados privados	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2014/12/03/deficit-da-previdencia-do-setor-publico-e-maior-que-dos-aposentados-privados-159094.php
14	08/02/2015	Pensionistas da Aerus recebem benefícios atrasados	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2015/02/08/pensionistas-da-aerus-recebem-beneficios-atrasados-167479.php

15	19/03/2015	Ginástica cerebral estimula a memória	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/saude/noticia/2015/03/19/ginastica-cerebral-estimula-a-memoria-172829.php
16	28/05/2015	Deputado quer isenção do IPVA para aposentados e pensionistas em Pernambuco	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/peernambuco/noticia/2015/05/28/deputado-quer-isencao-do-ipva-para-aposentados-e-pensionistas-em-pernambuco-183352.php
17	04/06/2015	Aposentados e pensionistas da Prefeitura e da Câmara de Jaboatão terão que se recadastrar	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/noticia/2015/06/04/aposentados-e-pensionistas-da-prefeitura-e-da-camara-de-jaboatao-terao-que-se-recadastrar-184368.php
18	08/07/2015	Senado aprova MP que estende correção do salário mínimo aos aposentados	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/nacional/noticia/2015/07/08/senado-aprova-mp-que-estende-correcao-do-salario-minimo-aos-aposentados-189417.php
19	09/07/2015	Delcídio diz que governo vetará extensão do reajuste do mínimo para aposentados	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/nacional/noticia/2015/07/09/delcidio-diz-que-governo-vetara-extensao-do-reajuste-do-minimo-para-aposentados-189603.php
20	09/07/2015	Dilma sinaliza nova proposta sobre reajuste aos aposentados	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/nacional/noticia/2015/07/09/dilma-sinaliza-nova-proposta-sobre-reajuste-aos-aposentados-189514.php
21	09/07/2015	MP permite veto à correção de salário mínimo para aposentados, diz senador	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/nacional/noticia/2015/07/09/mp-permite-veto-a-correcao-de-salario-minimo-para-aposentados-diz-senador-189518.php
22	14/07/2015	Idosos são parcela da população mais vulnerável a dívidas	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2015/07/14/idosos-sao-parcela-da-populacao-mais-vulneravel-a-dividas-190091.php
23	18/08/2015	Mudanças no consignado obrigam aposentados a serem mais controlados	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2015/08/18/mudancas-no-consignado-obrigam-aposentados-a-serem-mais-controlados-194767.php
24	18/08/2015	Sindicato de aposentados pede que STF obrigue INSS a antecipar 13º	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2015/08/18/sindicato-de-aposentados-pede-que-stf-obrigue-inss-a-antecipar-13-194947.php
25	21/08/2015	Fazenda vai propor dividir em duas parcelas antecipação do 13º de aposentados	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2015/08/21/fazenda-vai-propor-dividir-em-duas-parcelas-antecipacao-do-13-de-aposentados-195468.php
26	22/08/2015	Fazenda confirma pagamento da primeira parcela do 13º dos aposentados	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2015/08/22/fazenda-confirma-pagamento-da-primeira-parcela-do-13-dos-aposentados-195601.php
27	24/08/2015	Governo decide e paga em setembro antecipação do décimo terceiro salário para aposentados	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2015/08/24/governo-decide-e-paga-em-setembro-antecipacao-do-decimo-terceiro-salario-para-aposentados-195819.php
28	04/09/2015	Decreto formaliza antecipação de metade do 13º dos aposentados em setembro	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2015/09/04/decreto-formaliza-antecipacao-de-metade-do-13-dos-aposentados-em-setembro-197542.php
29	15/09/2015	Sindicato dos aposentados da Força Sindical critica retorno da CPMF	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/nacional/noticia/2015/09/15/sindicato-dos-aposentados-da-forca-sindical-critica-retorno-da-cpmf-199131.php
30	20/09/2015	Reajuste no orçamento vai deixar vida mais difícil em 2016	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/peernambuco/noticia/2015/09/20/reajuste-no-orcamento-vai-deixar-vida-mais-dificil-em-2016-199821.php
31	24/09/2015	Aposentados começam a receber primeira parcela do décimo terceiro	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2015/09/24/aposentados-comecam-a-receber-primeira-parcela-do-decimo-terceiro-200554.php

32	14/10/2015	Censo Previdenciário do Recife começa a convocar servidores e aposentados	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/peernambuco/noticia/2015/10/14/censo-previdenciario-do-recife-comeca-a-convocar-servidores-e-aposentados-203477.php
33	24/10/2015	Aposentado de 84 anos faz Enem pela quarta vez e busca vaga em Biologia	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/mundo/brasil/noticia/2015/10/24/aposentado-de-84-anos-faz-enem-pela-quarta-vez-e-busca-vaga-em-biologia-205124.php
34	04/11/2015	Governo publica norma que encarece consignado para aposentados	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2015/11/04/governo-publica-norma-que-encarece-consignado-para-aposentados-206495.php
35	18/11/2015	Congresso mantém veto a reajuste de aposentados pelo salário mínimo	http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/nacional/noticia/2015/11/18/congresso-mantem-veto-a-reajuste-de-aposentados-pelo-salario-minimo-208678.php

APENDICE H - RELAÇÃO DE MATÉRIAS SELECIONADAS PARA A PESQUISA DOCUMENTAL NO PORTAL CORREIO

Matéria	Data	Título da matéria	Link
01	19/03/2015	Aposentados da UFPB denunciam cortes em contracheque, mas reitoria nega	http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/emprego-e-educacao/geral/2015/03/19/NWS,256231,44,423,NOTICIAS,2190-APOSENTADOS-UFPB-DENUNCIAM-CORTES-CONTRACHEQUE-REITORIA-NEGA.aspx
02	25/06/2015	Câmara estende reajustes do salário mínimo a benefícios da Previdência Social	http://portalcorreio.uol.com.br/politica/politica/mais-politica/2015/06/25/NWS,261164,7,416,POLITICA,2193-CAMARA-ESTENDE-REAJUSTES-SALARIO-MINIMO-BENEFICIOS-PREVIDENCIA-SOCIAL.aspx
03	01/07/2015	Professores da UFPB dizem que perdem até R\$ 28,5 mil com cortes de salários	http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/emprego-e-educacao/geral/2015/07/01/NWS,261492,44,423,NOTICIAS,2190-PROFESSORES-UFPB-DIZEM-PERDEM-MIL-CORTES-SALARIOS.aspx
04	09/07/2015	Senado aprova MP que estende correção do salário mínimo aos aposentados	http://portalcorreio.uol.com.br/politica/politica/mais-politica/2015/07/09/NWS,262037,7,416,POLITICA,2193-SENADO-APROVA-ESTENDE-CORRECAO-SALARIO-MINIMO-APOSENTADOS.aspx
05	11/07/2015	MP do Salário Mínimo e reforma política mobilizam senadores	http://portalcorreio.uol.com.br/politica/politica/mais-politica/2015/07/11/NWS,262214,7,416,POLITICA,2193-MP-SALARIO-MINIMO-REFORMA-POLITICA-MOBILIZAM-SENADORES.aspx
06	18/11/2015	Congresso mantém veto ao reajuste dos aposentados pelo percentual do mínimo	http://portalcorreio.uol.com.br/politica/politica/mais-politica/2015/11/18/NWS,269322,7,416,POLITICA,2193-CONGRESSO-MANTEM-VETO-REAJUSTE-APOSENTADOS-PELO-PERCENTUAL-MINIMO.aspx